



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas

**Avaliação Ambiental Estratégica do
Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 de
Portugal - Continente**

Versão Final

Documento 3 - Anexos

Trabalho realizado pelo Instituto Superior Técnico no âmbito de um contrato com o
Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Lisboa, 27 de Junho de 2007

Índice

Índice.....	i
Lista de tabelas	iii
Anexos	I
Anexo I – Tabela de Objectivos vs. Indicadores	III
Anexo II – Tabela de Objectivos do PEN vs. Outros Objectivos	V
Anexo III – Tabela de Requisitos Legais.....	VII
Anexo IV – Tabela de Beneficiários, Condições de Acesso e Compromissos.....	IX
Anexo V – Tabela de Indicadores vs. Medidas.....	XI
Anexo VI – Zonas Vulneráveis à Poluição por Nitratos	XIII
Anexo VII – Nomenclatura Corine Land Cover.....	XV
Anexo VIII – Tipologia e Áreas RN2000 Correspondentes.....	XVII
Anexo IX – Prevenção de Riscos no Sector Agrícola	XIX
Anexo X – Pseudo-estepes Cerealíferas.....	XXI
Anexo XI – Floresta de sobre e montado	XXIII
Anexo XII – Breve Justificação Técnica à Inclusão de Majorações às Pastagens Semeadas Permanentes Biodiversas nas Intervenções Territoriais Integradas....	XXIV
1. Introdução e objectivos	XXIV
2. Características biofísicas dos espaços marginais	XXIV
3. Promotores de mudança nos espaços marginais	XXIV
4. Serviços ecossistémicos prestados pelas PSPF	XXV
5. Conclusão.....	XXVIII
Anexo XIII – Descrição das Áreas Rede Natura 2000 incluídas em Intervenções Territoriais Integradas	XXXIII
1. Intervenção Territorial Integrada Peneda–Gerês.....	XXXIII
2. Intervenção Territorial Integrada Montesinho-Nogueira	XXXIX
3. Intervenção Territorial Integrada Douro Internacional	XLI
4. Intervenção Territorial Integrada Serra da Estrela.....	XLIV
5. Intervenção Territorial Integrada Tejo Internacional	XLVI
6. Intervenção Territorial Integrada Serra de Aires e Candeeiros	XLVI
7. Intervenção Territorial Integrada Castro Verde	L
8. Intervenção Territorial Integrada Costa Sudoeste.....	LIII
9. Intervenção Territorial Integrada Douro Vinhateiro	LXIII
Anexo XIV – Ruralidade no Continente Português.....	LXV
Anexo XV – Lista de indicadores propostos e fonte	LXVII
Anexo XVI – Comparação entre ajudas a MPB e MPRODI nos períodos de programação 2000-2006 e 2007-2013.....	LXIX

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL

1. MPB	LXIX
2. MPRODI	LXXIII
Anexo XVII - Comparação entre ajudas e taxas de adesão a PZ e ITI nos períodos de programação 2005-2006 e 2007-2013	LXXVIII

Lista de tabelas

Tabela 1 – Delimitação de zonas vulneráveis à poluição por nitratos.....	XIV
Tabela 2 – Níveis 1, 2 e 3 da Nomenclatura CORINE Land Cover.....	XV
Tabela 3 – Tipos de Habitats e Áreas RN2000	XVII
Tabela 4 – Principais riscos no sector agrícola e algumas medidas de prevenção	XIX
Tabela 5 – Delimitação da Ruralidade no Continente segundo metodologia OCDE e SAU respectiva.....	LXV
Tabela 6 – Indicadores propostos e fonte de onde foram retirados/sugeridos.....	LXVII
Tabela 7 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPB, para frutos frescos de regadio.....	LXIX
Tabela 8 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPB, para frutos frescos de sequeiro	LXIX
Tabela 9 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPB, para olival e frutos secos de regadio.....	LXIX
Tabela 10 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPB, para olival e frutos secos de sequeiro.....	LXX
Tabela 11 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPB, para vinha	LXX
Tabela 12 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPB, para culturas temporárias de regadio.....	LXX
Tabela 13 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPB, para culturas temporárias de sequeiro e culturas forrageiras.....	LXXI
Tabela 14 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPB, para horticultura ao ar livre	LXXI
Tabela 15 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPB, para horticultura em estufa.....	LXXI
Tabela 16 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPB, para pastagens permanentes	LXXII
Tabela 17 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPB, para pastagens permanentes biodiversas	LXXII
Tabela 18 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPB, para sementeira directa / mobilização na linha de culturas temporárias de regadio.....	LXXII
Tabela 19 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPB, para sementeira directa / mobilização na linha de culturas temporárias de regadio.....	LXXIII
Tabela 20 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPRODI, para frutos frescos de regadio.....	LXXIII
Tabela 21 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPRODI, para frutos frescos de sequeiro	LXXIII
Tabela 22 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPRODI, para olival e frutos secos de regadio	LXXIV

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL**

Tabela 23 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPRODI, para olival e frutos secos de sequeiro.....	LXXIV
Tabela 24 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPRODI, para vinha	LXXIV
Tabela 25 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPRODI, para culturas temporárias de regadio.....	LXXV
Tabela 26 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, para culturas temporárias de sequeiro e culturas forrageiras (note-se que no período anterior de programação, “sistemas arvenses de sequeiro” é um sistema menos exigente que MPRODI para o período actual de programação).....	LXXV
Tabela 27 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPRODI, para horticultura ao ar livre	LXXV
Tabela 28 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPRODI, para horticultura em estufa.....	LXXV
Tabela 29 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPRODI, para pastagens permanentes	LXXVI
Tabela 30 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPRODI, para pastagens permanentes biodiversas	LXXVI
Tabela 31 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPRODI, para sementeira directa / mobilização na linha de culturas temporárias de regadio.....	LXXVI
Tabela 32 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPRODI, para sementeira directa / mobilização na linha de culturas temporárias de regadio.....	LXXVII
Tabela 33 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, na ITI do Douro Vinhateiro.....	LXXVIII
Tabela 34 – Comparação entre níveis de adesão (n.º de candidaturas e área candidata) dos três períodos de programação, na ITI do Douro Vinhateiro.....	LXXVIII
Tabela 35 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, na ITI de Peneda-Gerês.....	LXXX
Tabela 36 – Comparação entre níveis de adesão (n.º de candidaturas e área candidata) dos dois períodos de programação, na ITI de Peneda-Gerês	LXXX
Tabela 37 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, na ITI de Montesinho-Nogueira.....	LXXXI
Tabela 38 – Comparação entre níveis de adesão (n.º de candidaturas e área candidata) dos dois períodos de programação, na ITI Montesinho-Nogueira.....	LXXXII
Tabela 39 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, na ITI do Douro Internacional.....	LXXXV
Tabela 40 – Comparação entre níveis de adesão (n.º de candidaturas e área candidata) dos dois períodos de programação, na ITI Douro Internacional	LXXXV
Tabela 41 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, na ITI da Serra da Estrela.....	LXXXVII
Tabela 42 – Comparação entre níveis de adesão (n.º de candidaturas e área candidata) dos dois períodos de programação, na ITI da Serra da Estrela	LXXXVII

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL

Tabela 43 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, na ITI do Tejo Internacional.....	LXXXVIII
Tabela 44 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, na ITI de Serra de Aire e Candeeiros	LXXXIX
Tabela 45 – Comparação entre níveis de adesão (n.º de candidaturas e área candidata) dos dois períodos de programação, na ITI da Serra de Aire e Candeeiros	XC
Tabela 46 – Comparação entre ajudas dos quatro períodos de programação, na ITI de Castro Verde	XCI
Tabela 47 – Comparação entre níveis de adesão (n.º de candidaturas e área candidata) dos dois períodos de programação, na ITI de Castro Verde	XCI
Tabela 48 – Comparação entre ajudas dos quatro períodos de programação, na ITI Costa Sudoeste.....	XCIII
Tabela 49 – Comparação entre níveis de adesão (n.º de candidaturas e área candidata) dos dois períodos de programação, na ITI Costa Sudoeste.....	XCIII

Anexos

Anexo I – Tabela de Objectivos vs. Indicadores

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente

Tabela de Indicadores por Objectivo

Medida	Objectivos	Indicadores
Sub-Programa 1 - Promoção da Competitividade		
MEDIDA 1.1 - Inovação e Desenvolvimento Empresarial	Incentivar o desenvolvimento de sinergias nos investimentos apoiados e o potencial de alavancagem da inovação e da orientação para o mercado	N.º candidaturas com projectos agrupados N.º empresas que introduzam novos produtos ou técnicas inovadoras
	Promover o desenvolvimento da competitividade das fileiras estratégicas, actuando de forma integrada sobre os factores tangíveis e intangíveis que a desenvolvem e consolidam	N.º empresas apoiadas
	Contribuir para a valorização das empresas de produção agrícola e de transformação e comercialização de produtos agrícolas e florestais através do apoio à sua modernização e capacitação	N.º empresas que introduzam novos produtos ou técnicas inovadoras Acréscimo VAB empresas apoiadas
	Promover a renovação do tecido empresarial agrícola	N.º jovens agricultores com apoio à instalação N.º jovens agricultores com apoio de serviços de aconselhamento ou de gestão N.º jovens agricultores com prémio de desempenho Taxa de jovens (<25 anos) desempregados
	Melhoria das condições de vida e de trabalho das actividades produtivas	VALpps Acréscimo VAB/UTA
	Aumentar a utilização comum de máquinas agrícolas	Proporção (valor) de equipamento agrícola adquirido para utilização por múltiplos agricultores
MEDIDA 1.2 - Cooperação Empresarial para o mercado e internacionalização	Incentivar a cooperação entre empresas da mesma fileira, através do desenvolvimento de áreas de intervenção comuns, utilizando o potencial de alavancagem da inovação e da orientação para o mercado	N.º de iniciativas de cooperação apoiadas N.º empresas apoiadas N.º empresas com introdução de novos produtos ou técnicas Aumento do valor de produção exportado VALpps Acréscimo de VAB empresas apoiadas
MEDIDA 1.3 - Promoção da Competitividade Florestal	Promover o desenvolvimento da competitividade da fileira florestal, numa óptica multifuncional ou de especialização, com ênfase nas sub-fileiras de expressão nacional, bem como da exploração de valências e recursos a elas associados, nomeadamente através de:	-
	Promoção do desenvolvimento de novos produtos e mercados	N.º empresas com introdução de novos produtos ou técnicas inovadoras

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente

Tabela de Indicadores por Objectivo

MEDIDA 1.3 - Promoção da Competitividade Florestal	Potenciação da utilização económica de recursos associados à floresta	Montante total por tipo de investimento
	Requalificação do tecido produtivo	N.º empresas florestais com apoio ao investimento Nº empresas apoiadas Volume total de investimento Montante total por tipo de investimento Empresas adaptadas a exigências ambientais, segurança e prevenção de riscos
	Optimização do potencial produtivo das estações	Área com GFS Área média anual ardida
	Acréscimo de valor à produção florestal	Valor Acrescentado adicional (VABpb) Acréscimo do VAB/ETC Acréscimo de VAB nas explorações/empresas apoiadas Evolução das áreas florestais nas explorações agrícolas
MEDIDA 1.4 - Valorização da Produção de Qualidade	Contribuir para o desenvolvimento dos regimes de qualidade certificada enquanto factores dinamizadores de criação de valor em territórios e fileiras com produtos diferenciados, incentivando a participação dos agricultores nestes regimes	N.º explorações apoiadas com participação num regime de qualidade alimentar N.º acções apoiadas N.º beneficiários do apoio a adaptação a normas Área sob código de boas práticas agrícolas Área sob condicionalidade
	Aumentar o acesso aos mercados através de ganhos de escala e melhoria da promoção dos produtos	Acréscimo de valor da produção agrícola associada a regimes de qualidade reconhecida Valor da produção agrícola com normas reconhecidas Acréscimo de VAB nas empresas apoiadas Volume disponibilizado de produtos certificados
	Minorar o impacto para as explorações agrícolas do acréscimo de custos e perda de rendimento resultantes da obrigatoriedade de aplicar normas exigentes que conduzem à melhoria da qualidade da produção, nos domínios da segurança alimentar, ambiente e bem-estar dos animais	N.º explorações apoiadas com participação num regime de qualidade alimentar VALpps Acréscimo do VAB/ETC

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE

Tabela de Indicadores por Objectivo

<p>MEDIDA 1.5 - Criação e Desenvolvimento de Novos Instrumentos Financeiros e de Gestão de Riscos</p>	<p>Promover um acesso mais equitativo ao sistema financeiro, apoiando a consolidação financeira numa óptica de investimento e capital, não de dívida e o conseqüente desenvolvimento mais sustentado das empresas e organizações do sector agrícola, florestal e agro-alimentar</p>	<p>N.º empresas apoiadas, agricultores e projectos N.º de participações em capital em empresas do sector N.º de start ups criadas com capital de risco Relação capital de risco/capital investido Relação da garantia de risco/capital investido % do valor da produção coberto pelo SIGRA N.º de empresas com introdução de novos produtos e/ou novas técnicas Acréscimo de VAB das empresas apoiadas Área de plantações (ha) Área de estufas reconstruída (ha) Infra-estruturas reconstruídas</p>
	<p>Encorajar as empresas a incorporarem as boas práticas de gestão de risco na gestão empresarial corrente</p>	<p>Área total das terras agrícolas danificadas objecto de apoio</p>
	<p>Incentivar a utilização de instrumentos de financiamento mais adequados ao desenvolvimento de iniciativas associadas à dinâmica de mercado</p>	<p>N.º de participações em capital em empresas do sector N.º de start ups criadas com capital de risco Relação capital de risco/capital investido Relação da garantia de risco/capital investido % do valor da produção coberto pelo SIGRA</p>
	<p>Incentivar a criação de novas empresas com maior valor associado à inovação empresarial e tecnológica</p>	<p>N.º empresas apoiadas Acréscimo de VAB das empresas apoiadas</p>
	<p>Encorajar as empresas a incorporarem as boas práticas de gestão de risco na gestão empresarial corrente</p>	<p>N.º de participações em capital em empresas do sector VALpps</p>
	<p>Promover a utilização de recursos exteriores para o desenvolvimento de instrumentos de financiamento ao sector</p>	<p>N.º de participações em capital em empresas do sector VALpps</p>
	<p>Garantir um quadro mínimo de protecção de crises e catástrofes à actividade agrícola e florestal</p>	<p>Sem indicador.</p>

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente

Tabela de Indicadores por Objectivo

MEDIDA 1.6 - Regadios e outras infra-estruturas colectivas	Promover a disponibilização de água, para fazer face à irregularidade de distribuição pluviométrica intra e inter anual existente no Continente, através do aumento das áreas equipadas, de forma a valorizar e racionalizar a utilização daquele recurso, diminuindo a pressão sobre a sua exploração, assegurando o seu uso mais eficiente e salvaguardando os valores naturais e a paisagem, conservando ou recuperando linhas de água, de forma global e integrada;	N.º intervenções apoiadas (área, consumo) Consumo de água por ha Quociente entre área regada por pressão e gravidade Aplicação de programas de acção em zonas vulneráveis a poluição por nitratos Qualidade da água: Balanço Bruto dos Nutrientes Utilização de pesticidas Utilização de fertilizantes Concentração de NO ₃ ⁻ , Fósforo total e coliformes fecais nas águas superficiais Razão coliformes fecais/estreptococos nas águas superficiais Área solos sujeitos a salinização Ecoeficiência na utilização de água (VAB/consumo)
	Melhorar as infra-estruturas viárias e de electrificação, entre outras, e proceder à reorganização da propriedade e das explorações	N.º intervenções apoiadas N.º de prédios que adquirem acesso adequado N.º de explorações servidas por infra-estruturas colectivas electrificadas Área do perímetro com reestruturação predial
	Contribuir para o aumento da competitividade das explorações e para o desenvolvimento das fileiras estratégicas.	Acréscimo de VAB das explorações abrangidas Aumento da área regada VALpps Acréscimo do VAB/ETC Redução do n.º de prédios por proprietário
	Promover a construção da rede secundária de rega associada ao Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva	Aumento da área regada
MEDIDA 1.7- Projectos de Impacto Económico Relevante	Viabilização de projectos de investimento com carácter estruturante para o desenvolvimento económico e social associado aos sectores agrícola, florestal e alimentar	N.º projectos apoiados
	Promover a reorganização e o reordenamento de regiões produtoras ou incentivar novas utilizações através do investimento empresarial	Área reconvertida
	Promover o desenvolvimento de sinergias nos investimentos apoiados	Nenhum indicador

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE

Tabela de Indicadores por Objectivo

<p>MEDIDA 1.7- Projectos de Impacto Económico Relevante</p>	<p>Incentivar o desenvolvimento da competitividade das fileiras estratégicas, actuando de forma integrada sobre os factores que a desenvolvem e consolidam</p>	<p>Aumento valor da produção Acréscimo de VAB nos sectores apoiados VALpps Acréscimo do VAB/ETC Aumento do valor da produção</p>
<p>Sub-Programa 2 - Gestão Sustentável do Espaço Rural</p>		
<p>MEDIDA 2.1 - Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas</p>	<p>Contribuir para a utilização continuada das terras agrícolas, a manutenção da paisagem rural e a conservação e a promoção de sistemas de exploração agrícola sustentáveis [em zonas de montanha e outras zonas afectadas por desvantagens naturais]</p>	<p>Superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para: - Biodiversidade e Preservação de Sistemas Agrícolas/Silvícolas de Alto Valor Natural - Qualidade da Água - Combate às Alterações Climáticas - Qualidade dos Solos - Combate à Marginalização e ao Abandono da Terra População de espécies de aves comuns em zonas agrícolas Alteração quantitativa e/ou qualitativa nas áreas de elevado valor natural N.º de explorações apoiadas nas zonas de montanha N.º de explorações apoiadas noutras zonas com desvantagens naturais Área agrícola apoiada em zonas de montanha Área agrícola apoiada noutras zonas com desvantagens naturais</p>

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente

Tabela de Indicadores por Objectivo

MEDIDA 2.2 - Valorização de Recursos Naturais	Incentivar práticas de gestão das explorações e de produção de bens agrícolas assentes em compromissos que contribuem para a protecção e melhoria do ambiente, da paisagem, dos recursos naturais e do solo que vão para além dos básicos exigidos nas "Boas Condições Agrícolas e Ambientais"	<p>N.º de explorações ou de unidades com outras formas de gestão/exploração apoiadas</p> <p>Área física sob apoio agro-ambiental</p> <p>Área total sob apoio agro-ambiental</p> <p>Nº total de contratos</p> <p>Superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Biodiversidade e Preservação de Sistemas Agrícolas/Silvícolas de Alto Valor Natural - Qualidade da Água (Razão coliformes fecais/estreptococos nas águas superficiais - Marques Pinto e Galhardo, 1983) - Combate às Alterações Climáticas - Qualidade dos Solos (risco de erosão do solo e respectiva ocupação cultural) <p>Alteração quantitativa e/ou qualitativa nas áreas de elevado valor natural (Rede Natura)</p> <p>Balço bruto de nutrientes</p> <p>População de espécies de aves comuns em zonas agrícolas</p> <p>Área sob código de boas práticas agrícolas</p> <p>Área sob condicionalidade</p> <p>Sequestro de carbono: por pastagens e em solos agrícolas</p> <p>Evolução das áreas de prados e pastagens permanentes biodiversas</p> <p>Evolução das áreas sob sementeira directa</p>
	Contribuir para a produção de produtos de qualidade certificada	Produto comercializado
	Incentivar a conservação da diversidade genética animal e vegetal e o seu melhoramento	<p>N.º de candidaturas relacionadas com os recursos genéticos</p> <p>Variação do nível de ameaça das variedades apoiadas</p>
MEDIDA 2.3 - Gestão do Espaço Florestal e Agro-Florestal	Consolidar e melhorar a multifuncionalidade da floresta portuguesa, garantindo e aumentando a sua valorização económica, ambiental e social através de uma gestão activa e profissionalizada dos espaços florestais e agro-florestais, de forma a:	-
	Tornar a floresta mais estável, resiliente aos incêndios e ataques de agentes bióticos nocivos	<p>Nº proprietários florestais apoiados</p> <p>% povoamentos mistos no total da superfície arborizada</p> <p>% arborizada com folhosas na área arborizada</p> <p>Área média anual ardida (apoiada vs. não apoiada)</p>

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente

Tabela de Indicadores por Objectivo

<p>MEDIDA 2.3 - Gestão do Espaço Florestal e Agro-Florestal</p>	<p>Contribuir para o ordenamento territorial reforçando a sua sustentabilidade</p>	<p>Nº proprietários florestais apoiados Nº incêndios na área apoiada/ Nº incêndios nacional/ha Área média anual ardida (apoiada vs. não apoiada) Área apoiada infestada com espécies invasoras lenhosas Área apoiada destruída por pragas e doenças</p>
	<p>Aumentar a rentabilidade e a sustentabilidade económica do sector florestal numa óptica multifuncional</p>	<p>N.º beneficiários com apoio à florestação Nº ha terra florestada Nº beneficiários Nº ha em novos sistemas agro-florestais Nº acções preventivas / restabelecimento Área florestal danificada apoiada Volume total do investimento Acréscimo na produção de energia renovável Nº produtos florestais de qualidade nas áreas apoiadas</p>
	<p>Melhorar o valor ambiental e o valor social dos espaços florestais, maximizando as suas funções ambientais, protectoras e de enquadramento paisagístico</p>	<p>Nº proprietários florestais apoiados Superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticado com êxito, contribuindo para: - Biodiversidade e Preservação de Sistemas Agrícolas/Silvícolas de Elevado Valor Natural (especificar fauna cinegética, piscicultura, apicultura e outros) - Qualidade da Água - Combate às Alterações Climáticas - Qualidade dos Solos - Combate à Marginalização e ao Abandono da Terra População de espécies de aves comuns em zonas agrícolas Alteração quantitativa e/ou qualitativa nas áreas de elevado valor natural Balanço bruto de nutrientes Sequestro de carbono em pastagens e nos povoamentos apoiados Áreas de risco de erosão do solo (nível de erosão do solo) N.º de explorações agrícolas e explorações de outros gestores de espaço rural apoiados Superfície arborizada em áreas susceptíveis à desertificação</p>

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE

Tabela de Indicadores por Objectivo

MEDIDA 2.4. - Intervenções Territoriais Integradas	Promover uma gestão dos sistemas agrícolas e florestais adequada à conservação de valores de biodiversidade e de manutenção da paisagem em áreas designadas da Rede Natura e na Zona Demarcada do Douro	N.º de explorações ou outras formas de exploração apoiadas Área física sob apoio agro-ambiental (ha) Área florestal beneficiária do apoio silvo-ambiental N.º contratos Área total sob apoio agro-ambiental (ha) Nº Total de Contratos Volume total do investimento
	Componente Agro-Ambiental	-
	Conservar espaços cultivados de grande valor natural, bem como os elementos caracterizadores de paisagem	Superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para: - Biodiversidade e Preservação de Sistemas Agrícolas de Alto Valor Natural - Qualidade da Água - Combate às Alterações Climáticas (Sequestro de carbono por pastagens, Sequestro de carbono por solos agrícolas, Sequestro de carbono por florestas) - Qualidade dos Solos - Combate à Marginalização e ao Abandono da Terra Nº de elementos do património rural apoiado Alteração quantitativa e/ou qualitativa nas áreas de elevado valor natural (Rede Natura) Área perdida de solo por erosão mecânica, hídrica e eólica Área de risco de erosão do solo (nível de risco) Área de solos sujeitos a salinização Área de solos impermeabilizados Área sujeita a desertificação Área e representatividade de habitats naturais associados aos lameiros
Preservar os habitats e determinadas espécies florísticas e faunísticas ameaçadas	Superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para: - Biodiversidade e Preservação de Sistemas Agrícolas de Alto Valor Natural Balanço bruto de nutrientes População de espécies de aves comuns em zonas agrícolas	

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente

Tabela de Indicadores por Objectivo

MEDIDA 2.4. - Intervenções Territoriais Integradas	Conservar os níveis de biodiversidade	<p>Área e representatividade de habitats naturais associados aos lameiros</p> <p>Índice de composição e diversidade florística dos habitats naturais associados aos lameiros</p> <p>Número de efectivos reprodutores e tendências populacionais de espécies de aves estepárias</p> <p>Número de efectivos reprodutores e tendências populacionais de espécies de aves necrófagas e rupícolas</p> <p>Índice de composição e estrutura de povoamentos de espécies de aves</p> <p>Índice de diversidade florística e área, estado de conservação (estrutura) e representatividade de charcos e lagoas temporárias</p> <p>Superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Biodiversidade e Preservação de Sistemas Agrícolas de Alto Valor Natural <p>Alteração quantitativa e/ou qualitativa nas áreas de elevado valor natural</p> <p>Alteração do estado de ameaça de espécies protegidas</p>
	Componente Silvo-Ambiental	-
	Conservar habitats prioritários ameaçados, favorecendo as diferentes fases das sucessões ecológicas e diminuindo a sua artificialização, através da manutenção destes habitats e do seu fomento	<p>Superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Biodiversidade e Preservação de Sistemas Silvícolas de Alto Valor Natural - Combate à Marginalização e ao Abandono da Terra <p>Estado de conservação de bosques e bosquetes de espécies arbóreas e habitats naturais associados</p> <p>N.º de efectivos reprodutores e tendências populacionais de espécies de aves necrófagas e rupícolas</p>
	Favorecer os ciclos naturais	<p>Superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Biodiversidade - Qualidade da Água - Combate às Alterações Climáticas - Qualidade dos Solos <p>Sequestro de carbono pelos espaços florestais apoiados</p>

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE

Tabela de Indicadores por Objectivo

<p>MEDIDA 2.4. - Intervações Territoriais Integradas</p>	<p>Conservar ou alargar espaços florestais onde as espécies florestais autóctones, a diversidade específica e a riqueza florística e faunística fundamentais à biodiversidade e à preservação dos valores ecológicos e biológicos estejam presentes</p>	<p>N.º de explorações florestais apoiadas Área florestal com pagamentos silvo-ambientais N.º de produtores florestais apoiados</p>
<p>MEDIDA 2.5 - Investimentos de Requalificação Ambiental</p>	<p>Definição de Planos Integrados de Acção dirigidos para sectores e regiões delimitados enquanto Núcleos de Acção Prioritária, integradores de soluções individuais e colectivas de gestão ambiental.</p>	<p>N.º de explorações ou outras formas de gestão apoiadas Volume total de investimento Superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para: - Melhoria da qualidade da água - Reversão no declínio da Biodiversidade Alteração quantitativa e/ou qualitativa nas áreas de elevado valor natural Contribuição no combate às Alterações Climáticas (Sequestro de carbono por pastagens, Sequestro de carbono por solos agrícolas, Sequestro de carbono por florestas) Melhoria da qualidade do solo Número de explorações de aves de capoeira licenciadas Número de suiniculturas licenciadas Número de matadouros licenciados Emissões CO2 no sector agrícola Emissões CH4 no sector agrícola Emissões N2O no sector agrícola Emissão total de substâncias acidificantes e eutroficantes Quantidade de resíduos de origem agrícola (RA) Quantidade de Resíduos Agrícolas Perigosos (RAP) Nº empresas com SGA certificado em acts abrangidas PERAGRI Produção anual RA/VAB agrícola e RA/SAU RA produzidos/capacidade tecnossistemas dedicado RA depositados (D) versus valorizados (R)</p>

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente

Tabela de Indicadores por Objectivo

MEDIDA 2.5 - Investimentos de Requalificação Ambiental	Apoiar sistemas de gestão ambiental integrada em zonas vulneráveis de nitratos.	N.º de explorações ou outras formas de gestão apoiadas Área com gestão bem sucedida, contribuindo para: - Melhoria da qualidade da água Melhoria da qualidade do solo Número de explorações de aves de capoeira licenciadas Número de suiniculturas licenciadas Número de matadouros licenciados Emissão total de substâncias acidificantes e eutroficantes Quantidade de resíduos de origem agrícola (RA)
	Apoiar soluções de tratamento colectivas dos efluentes quando estas forem técnica, económica e ambientalmente mais adequadas, garantido a responsabilização e envolvimento dos sectores económicos e orientando o investimento individual para os objectivos comuns.	N.º de explorações ou outras formas de gestão apoiadas Área com gestão bem sucedida, contribuindo para: - Melhoria da qualidade da água Melhoria da qualidade do solo Número de explorações de aves de capoeira licenciadas Número de suiniculturas licenciadas Número de matadouros licenciados
	Implantação de modelos institucionais aceites e participados por todos os intervenientes do processo capazes de garantir a sua gestão ao longo do tempo de vida útil de cada projecto.	N.º de explorações ou outras formas de gestão apoiadas
Sub-Programa 3 - Dinamização Económica das Zonas Rurais		
MEDIDA 3.1 - Diversificação da Economia e Criação de Emprego em Meio Rural	Promover a diversificação da economia para actividades não agrícolas e aumentar o emprego nas zonas rurais, de acordo com uma estratégia definida para territórios locais alvo de abordagem LEADER	N.º total de beneficiários N.º de micro-empresas apoiadas N.º de novos elementos infra-estruturais apoiados Volume total de investimentos Crescimento do VAB não agrícola dos negócios apoiados N.º bruto de empregos criados N.º adicional de visitas de turistas VALpps Nº adicional de empregos líquidos criados

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente

Tabela de Indicadores por Objectivo

MEDIDA 3.2 - Melhoria da Qualidade de Vida nas Zonas Rurais	Promover a recuperação e conservação do património rural no âmbito de uma estratégia de valorização e atractividade dos territórios rurais	N.º de projectos apoiados N.º de elementos do património rural apoiados VALpps Nº adicional de empregos líquidos criados
	Aumentar a acessibilidade da população dos territórios rurais a serviços essenciais à comunidade em função das necessidades identificadas no diagnóstico do Plano de Desenvolvimento Local	População beneficiada pela melhoria dos serviços Aumento da penetração da Internet nas zonas rurais
MEDIDA 3.3 - Aquisição de competências e animação para o desenvolvimento local em zonas rurais	Dotar o GAL dos instrumentos e competências necessárias à elaboração e execução de estratégias de Desenvolvimento Local	N.º de acções de aquisição de competências e de animação N.º de parcerias público-privadas apoiadas N.º de participantes nas acções apoiadas N.º de participantes que terminaram com sucesso as actividades de formação
	Divulgar a Estratégia de Desenvolvimento Local junto do público alvo através de acções de informação e animação local	Nenhum indicador
MEDIDA 3.4 - Implementação de estratégias de desenvolvimento local	Dinamização Económica dos Territórios Rurais, nomeadamente através da diversificação da Economia e Criação de Emprego e da Melhoria da Qualidade de Vida nas Zonas Rurais	N.º GAL com projectos apoiados nestas acções Área total coberta pelos GAL com projectos apoiados nestas acções N.º projectos apoiados pelos GAL População total coberta pela área do GAL Área total coberta pelos GAL com projectos apoiados nestas acções N.º bruto de empregos criados N.º de acções de formação bem sucedidas VALpps Nº adicional de empregos líquidos criados
	Reforçar a Governança Local	Nenhum indicador

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente

Tabela de Indicadores por Objectivo

<p>MEDIDA 3.5 - Cooperação LEADER para o Desenvolvimento das Zonas Rurais</p>	<p>Valorizar os territórios rurais e consolidar o seu tecido económico e social, através do reconhecimento das vantagens da cooperação, enquanto instrumento potenciador das suas complementaridades, diversidades e heterogeneidades</p>	<p>N.º de projectos de cooperação apoiados N.º de GAL em cooperação N.º bruto de empregos criados Nº adicional de empregos líquidos criados</p>
	<p>Conjugar, através da cooperação, os saberes-fazer e os recursos humanos e financeiros oriundos de diferentes territórios rurais, permitindo atingir a massa crítica necessária à viabilização de projectos, otimizar e racionalizar os recursos e identificar complementaridades que permitem abrir novas oportunidades de mercado e de desenvolvimento dos territórios rurais</p>	<p>N.º de projectos de cooperação apoiados N.º de GAL em cooperação N.º bruto de empregos criados Nº adicional de empregos líquidos criados</p>
<p>MEDIDA 3.6 - Funcionamento dos Grupos de Acção Local (GAL), aquisição de competências e animação</p>	<p>Preparação e execução de uma estratégia de Desenvolvimento Local.</p>	<p>N.º de acções de aquisição de competências apoiadas N.º de participantes nas Acções de aquisição de competências N.º de Acções de formação bem sucedidas</p>
<p>Sub-Programa 4 - Promoção do Conhecimento e Desenvolvimento de Competências</p>		
<p>MEDIDA 4.1 - Cooperação para o Desenvolvimento da Inovação</p>	<p>Promover o aparecimento de práticas de cooperação entre os diversos níveis das fileiras, capacitando-os para a utilização das oportunidades de mercado, através da inovação</p>	<p>N.º iniciativas de cooperação apoiadas Nº empresas com introdução de novos produtos ou técnicas Investimentos envolvendo energias renováveis ou resíduos de outras actividades Energia proveniente de fontes renováveis Utilização de biocombustíveis no sector dos transportes (quota de mercado) Área de culturas energéticas</p>
	<p>Aumentar a interligação entre o conhecimento científico e tecnológico e as fileiras produtivas, adequando-o eficazmente às necessidades das actividades económicas do sector</p>	<p>N.º iniciativas de cooperação apoiadas Nº empresas com introdução de novos produtos ou técnicas Nº projectos que envolvam estruturas de I&DT</p>

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente

Tabela de Indicadores por Objectivo

MEDIDA 4.1 - Cooperação para o Desenvolvimento da Inovação	Incentivar a incorporação da inovação pelos agentes económicos nos processos produtivos e no meio rural, aumentando a sua interligação com os investimentos no sector, a informação e qualificação e os serviços prestados	N.º iniciativas de cooperação apoiadas Acréscimo de VAB nas empresas apoiadas VALpps Acréscimo do VAB/ETC
	Incentivar a inovação e o desenvolvimento tecnológico em áreas de actividade relevantes para o desenvolvimento sectorial ou territorial	N.º iniciativas de cooperação apoiadas N.º iniciativas de cooperação apoiadas Nº empresas com introdução de novos produtos ou técnicas Nº projectos que envolvam estruturas de I&DT
MEDIDA 4.2 - Informação e Formação Profissional	Contribuir para a melhoria de competências específicas dos activos do sector agrícola, florestal e agro-alimentar, aumentando a sua capacidade empresarial e técnica	N.º participantes nas acções formação N.º de dias de formação recebidos % formandos que recebe apoio noutras medidas do programa N.º agricultores ou proprietários florestais que finalizaram com sucesso as acções de formação
	Incentivar o aparecimento de uma rede de difusão do conhecimento, que responda eficazmente às necessidades das actividades económicas do sector promovam a sua divulgação junto dos interessados.	N.º redes temáticas criadas % activos do sector que beneficiaram das redes temáticas Acréscimo do VAB/ETC
MEDIDA 4.3 - Serviços de apoio ao desenvolvimento	Promover a melhoria do desempenho global das empresas agrícolas e florestais	Acréscimo VAB por empresa apoiada Acréscimo do VAB/ETC
	Proporcionar o acesso individual a serviços através da sua oferta organiza	N.º de novos serviços implementados
	Melhorar o apoio técnico aos agricultores e produtores florestais	N.º de agricultores apoiados N.º proprietários florestais apoiados

Anexo II – Tabela de Objectivos do PEN vs. Outros Objectivos

Tabela de Consistência de Objectivos

Tema	Documento	Designação do Objectivo	PEN				
			Objectivos Estratégicos do PEN			Objectivos Transversais do PEN	
			Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal	Valorizar os espaços rurais e os recursos naturais de forma sustentável	Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais	Reforçar a coesão territorial e social	Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial
Transversais	Objectivos COM (2005) 304	Lugar mais atractivo para investir e trabalhar	S/ relação	S/ relação	Coerente	Coerente	S/ relação
		Promoção de conhecimento e inovação para crescimento	Coerente	S/ relação	Coerente	Coerente	Coerente
		Criação de mais e melhor emprego	Coerente	S/ relação	Coerente	Coerente	Coerente
		Uso sustentável de recursos naturais	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Melhoria de governança	S/ relação	S/ relação	Coerente	Coerente	Coerente
		Assegurar sinergia com Política de Coesão	S/ relação	S/ relação	S/ relação	Coerente	Coerente
	Objectivos ENDS	Preparar Portugal para a 'Sociedade do Conhecimento' Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética	Coerente	S/ relação	Coerente	S/ relação	Coerente
		Melhor Ambiente e Valorização do Património Natural	Coerente	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social	S/ relação	S/ relação	Coerente	Coerente	Coerente
		Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território	Coerente	S/ relação	Coerente	Coerente	Coerente
		Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional	Coerente	S/ relação	Coerente	S/ relação	Coerente
		Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada	S/ relação	S/ relação	S/ relação	S/ relação	Coerente
		Objectivos ETUSRN	Reduzir os impactos ambientais negativos decorrentes da utilização dos recursos naturais numa economia em crescimento	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação
	Objectivos PIP	Reduzir os impactos produzidos pelos produtos ao longo do seu ciclo de vida, utilizando, sempre que possível, uma abordagem impulsionada pelo mercado, que tenha em conta as preocupações em matéria de competitividade	Coerente	Coerente	S/ relação	S/ relação	Coerente
		Aperfeiçoar instrumentos destinados a criar o enquadramento económico e jurídico apropriado	S/ relação	S/ relação	S/ relação	S/ relação	Coerente
		Promover a aplicação do conceito de ciclo de vida	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Informar os consumidores para que possam decidir	S/ relação	S/ relação	S/ relação	S/ relação	Coerente

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente

Tabela de Consistência de Objectivos

			PEN				
			Objectivos Estratégicos do PEN			Objectivos Transversais do PEN	
Tema	Documento	Designação do Objectivo	Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal	Valorizar os espaços rurais e os recursos naturais de forma sustentável	Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais	Reforçar a coesão territorial e social	Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial
Transversais	Objectivos ETAP	Eliminar os obstáculos de modo a explorar todo o potencial das tecnologias ambientais em termos de protecção do ambiente, contribuindo simultaneamente para a competitividade e o crescimento económico	Coerente	Coerente	Coerente	S/ relação	S/ relação
		Garantir que, nos próximos anos, a UE assuma um papel de líder no desenvolvimento e aplicação de tecnologias ambientais	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
	Objectivos PAA	Atacar o problema das alterações climáticas. Pretende-se estabilizar as concentrações atmosféricas de gases com efeito de estufa num nível tal que o clima natural da Terra não seja afectado, o que como primeiro passo terá a implementação do Protocolo de Quioto	Depende (1)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Natureza e biodiversidade - proteger um recurso único. O objectivo é proteger e restabelecer o funcionamento dos sistemas naturais, pondo fim à perda de biodiversidade, protegendo também os solos da erosão e poluição	Depende (2)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Ambiente e saúde. Deve atingir-se uma qualidade ambiental em que os níveis de contaminantes de origem humana (incluindo radiação) não sejam factores de risco	Depende (3)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Gestão sustentável dos recursos naturais e dos resíduos. Para garantir a sustentabilidade do consumo de recursos renováveis e não renováveis, devem dissociar-se estes do crescimento económico através da desmaterialização da economia e evitando produção de resíduos	Depende (1)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Prevenção e controlo integrados da poluição proveniente de dadas actividades	Depende (1)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
	Objectivos IPCC	Prever medidas destinadas a evitar e, quando tal não seja possível, a reduzir as emissões das actividades para o ar, a água e o solo, incluindo medidas relativas aos resíduos	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Alcançar um nível elevado de protecção do ambiente considerado no seu todo	Depende (4)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação

Tabela de Consistência de Objectivos

Tema	Documento	Designação do Objectivo	PEN				
			Objectivos Estratégicos do PEN			Objectivos Transversais do PEN	
			Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal	Valorizar os espaços rurais e os recursos naturais de forma sustentável	Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais	Reforçar a coesão territorial e social	Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial
Água e efluentes líquidos	Objectivos DAS	Impedir a poluição das águas subterrâneas por substâncias pertencentes a dadas famílias e grupos de substâncias	Depende (2)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Reduzir ou eliminar, na medida do possível, as consequências da sua actual poluição	Depende (2)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
	Objectivos DN	Reduzir a poluição das águas causada ou induzida por nitratos de origem agrícola	Depende (2)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Impedir a propagação da poluição existente	Depende (2)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
	Objectivos LA e DQA	Evitar a continuação da degradação e proteger e melhorar o estado dos ecossistemas aquáticos e também dos ecossistemas terrestres e zonas húmidas directamente dependentes dos ecossistemas aquáticos, no que respeita às suas necessidades de água	Depende (2)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Promover uma utilização sustentável de água, baseada numa protecção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis	Depende (2)	Coerente	S/ relação	Coerente	S/ relação
		Obter uma protecção reforçada e um melhoramento do ambiente aquático, nomeadamente através de medidas específicas para a redução gradual e a cessação ou eliminação por fases das descargas, das emissões e perdas de substâncias prioritárias	Depende (2)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Assegurar a redução gradual da poluição das águas subterrâneas e evitar o agravamento da sua poluição	Depende (2)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Mitigar os efeitos das inundações e das secas	Depende (2)	Coerente	S/ relação	Coerente	S/ relação
		Assegurar o fornecimento em quantidade suficiente de água de origem superficial e subterrânea de boa qualidade, conforme necessário para uma utilização sustentável, equilibrada e equitativa da água	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente	S/ relação
		Proteger as águas marinhas, incluindo as territoriais	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Assegurar o cumprimento dos objectivos dos acordos internacionais pertinentes, incluindo os que se destinam à prevenção e eliminação da poluição no ambiente marinho	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente
Tabela de Consistência de Objectivos

Tema	Documento	Designação do Objectivo	PEN				
			Objectivos Estratégicos do PEN			Objectivos Transversais do PEN	
			Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal	Valorizar os espaços rurais e os recursos naturais de forma sustentável	Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais	Reforçar a coesão territorial e social	Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial
Poluição atmosférica	Objectivos CQAC	Conseguir a estabilização das concentrações na atmosfera de gases com efeito de estufa a um nível que evite uma interferência antropogénica perigosa com o sistema climático	Depende (1)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Atingir esse nível durante um espaço de tempo suficiente para permitir a adaptação natural dos ecossistemas às alterações climáticas	Depende (1)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Garantir que a produção de alimentos não seja ameaçada	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente
		Permitir que o desenvolvimento económico prossiga de uma forma sustentável	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente
	Objectivos DQAr	Definir e estabelecer objectivos para a qualidade do ar ambiente na Comunidade, a fim de evitar, prevenir ou limitar os efeitos nocivos sobre a saúde humana e sobre o ambiente na sua globalidade	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Avaliar, com base em métodos e critérios comuns, a qualidade do ar ambiente nos Estados-membros	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Disponer de informações adequadas sobre a qualidade do ar ambiente e proceder de modo a que o público seja delas informado, designadamente através de limiares de alerta	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Manter a qualidade do ar ambiente, quando esta é boa, e melhorá-la nos outros casos	Depende (2)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
	Objectivos PNAC	Avaliar o estado de cumprimento do Protocolo de Quioto por Portugal	Depende (1)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente
Tabela de Consistência de Objectivos

Tema	Documento	Designação do Objectivo	PEN				
			Objectivos Estratégicos do PEN			Objectivos Transversais do PEN	
			Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal	Valorizar os espaços rurais e os recursos naturais de forma sustentável	Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais	Reforçar a coesão territorial e social	Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial
Energia	Objectivos PAB	Aumento da utilização de uma fonte de energia renovável	Depende (1)	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente
		Diversificação das fontes de energia	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente
		Definir medidas destinadas a aumentar o desenvolvimento da produção de energia a partir de madeira, de resíduos e de culturas agrícolas	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente
		Criar incentivos de mercado para a sua utilização	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente
		Eliminar barreiras ao desenvolvimento do mercado.	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente
		Diminuir a dependência europeia dos combustíveis fósseis e consequentes emissões de gases com efeito de estufa	Depende (1)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Estimular a actividade económica nas zonas rurais	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente
	Objectivos EB	Redução das emissões de gases com efeito de estufa	Depende (1)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Impulsionar a descarbonização dos combustíveis utilizados no sector dos transportes	Depende (1)	Coerente	Depende (1)	Depende (1)	S/ relação
		Diversificar as fontes de abastecimento de combustíveis e criar alternativas a longo prazo ao petróleo	Depende (1)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
Diversificar o rendimento e o emprego nas zonas rurais		Coerente	Depende (6)	Coerente	Coerente	Coerente	
Solos	Objectivos CNUCD	Combater a desertificação e mitigar os efeitos da seca nos países afectados por seca grave e/ou desertificação, particularmente em África	Depende (5)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Adoptar medidas eficazes a todos os níveis, apoiadas em acordos de cooperação internacional e de parceria, no quadro de uma abordagem integrada, coerente com a Agenda 21	Depende (5)	Coerente	S/ relação	S/ relação	Coerente
		Contribuir para se atingir o desenvolvimento sustentável nas zonas afectadas	Depende (4)	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente
		Contribuir para o aumento de produtividade da terra e reabilitação, conservação e gestão sustentada dos recursos em terra e hídricos	Depende (5)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Melhorar as condições de vida, particularmente ao nível das comunidades locais	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente
Tabela de Consistência de Objectivos

Tema	Documento	Designação do Objectivo	PEN				
			Objectivos Estratégicos do PEN			Objectivos Transversais do PEN	
			Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal	Valorizar os espaços rurais e os recursos naturais de forma sustentável	Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais	Reforçar a coesão territorial e social	Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial
Solos	Objectivos ETPS	Desenvolver o empenhamento político na protecção do solo a fim de proporcionar uma protecção mais completa e sistemática no futuro	Depende (5)	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente
		Descrever as múltiplas funções dos solos	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Identificar as suas características relevantes para o desenvolvimento de políticas	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Identificar as principais ameaças que pesam sobre o solo	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Apresentar uma descrição geral das políticas comunitárias pertinentes	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Expor a actual situação em matéria de monitorização e de informação sobre o solo e identificar as lacunas a preencher para se criar a base de uma política de protecção do solo	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
	Objectivos PANCD	Conservação do solo e da água	Depende (2),(5)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Fixação da população activa nos meios rurais	Coerente	S/ relação	Coerente	Coerente	Coerente
		Recuperação das áreas afectadas	Depende (5)	Coerente	Coerente	Coerente	S/ relação
		Sensibilização da população para a problemática da desertificação	S/ relação	Coerente	Coerente	S/ relação	S/ relação
		Consideração da luta contra a desertificação nas políticas gerais e sectoriais	Depende (5)	Coerente	Coerente	Coerente	S/ relação
		Desenvolvimento regional, rural e local, como factor determinante da fixação das populações nas regiões mais susceptíveis à desertificação e à seca, e da diminuição das pressões humanas sobre as zonas mais densamente povoadas	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente
		Organização dos agentes do desenvolvimento económico e social, em torno dos seus interesses profissionais, económicos, culturais, desportivos, ambientais, como via para uma participação activa da população nas decisões que lhes respeitam e na valorização e qualificação do território	S/ relação	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE

Tabela de Consistência de Objectivos

Tema	Documento	Designação do Objectivo	PEN				
			Objectivos Estratégicos do PEN			Objectivos Transversais do PEN	
			Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal	Valorizar os espaços rurais e os recursos naturais de forma sustentável	Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais	Reforçar a coesão territorial e social	Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial
Solos	Objectivos PANCD	Melhoria das condições de exercício das actividades agrícolas compatíveis com as características do suporte natural em que são desenvolvidas	Depende (5)	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente
		Alargamento e melhoria da ocupação e gestão florestal para reforço do papel da floresta na conservação do solo e da água	Depende (2),(5)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Identificação das áreas mais afectadas e afectação dos meios necessários para recuperação das áreas degradadas	Depende (5)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Política de gestão de recursos hídricos que assegure a necessária integração territorial dessa gestão, articulando adequadamente as diferentes utilizações da água e a protecção do ambiente e conservação dos recursos naturais;	Depende (2)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Investigação concertada sobre os fenómenos geradores de desertificação e seu combate, experimentação e aplicação prática dos seus resultados	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Criação de centros e campos de demonstração de boas técnicas de conservação do solo e da água	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Informação e sensibilização permanente aos diferentes sectores da população, habitantes e decisores, sobre a problemática da luta contra a desertificação e a seca, e seu contributo para a defesa da vida na Terra	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
Biodiversidade	EASAC	Fornecer aos decisores as ferramentas para debater o tema da biodiversidade	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
	PSRN2000	Salvaguardar e valorizar as ZPE e Sítios (e respectivas fases posteriores de classificação - SIC e ZEC) do território continental	Depende (2)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Manter as espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas	Depende (4)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
	ptMA	Introduzir nos processos de decisão nacionais alguma da pesquisa recente na área de serviços de ecossistema	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente

Tabela de Consistência de Objectivos

Tema	Documento	Designação do Objectivo	PEN				
			Objectivos Estratégicos do PEN			Objectivos Transversais do PEN	
			Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal	Valorizar os espaços rurais e os recursos naturais de forma sustentável	Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais	Reforçar a coesão territorial e social	Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial
Biodiversidade	DirAves	Protecção, a gestão e o controle das espécies de aves que vivem naturalmente no estado selvagem no território europeu dos Estados-membros ao qual é aplicável o Tratado	Depende (4)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
	DirHabitats	Contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território europeu dos Estados-membros em que o Tratado é aplicável	Depende (4)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
	Malahide	Garantir a conservação dos habitats europeus de vida selvagem mais importantes e espécies na envolvente.	Depende (4)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Garantir que as preocupações com biodiversidade são reflectidas na concepção e implementação de de legislação comunitária e instrumentos de sectores ambientais e outros	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Desenvolver e implementar medidas para prevenção e controlo de espécies exóticas e genótipos invasores	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Prevenir ou minimizar os impactes negativos na biodiversidade e otimizar oportunidades que beneficiem a biodiversidade, em relação a adaptação e mitigação dos efeitos das alterações climáticas	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Integrar as preocupações com a biodiversidade na Política Agrícola Comum, por forma a assegurar que o sector agrícola conseguirá cumprir com a sua contribuição para o objectivo de 2010	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Conservar e melhorar a biodiversidade através de práticas sustentáveis de gestão florestal, às escalas nacional, regional e global	Depende (4)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Promover a conservação e uso sustentáveis de stocks comerciais e continuar a redução dos impactes adversos da pesca e aquacultura nas espécies e habitats	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
	Garantir que política de coesão e planeamento espacial apoiam a conservação e uso sustentável da biodiversidade	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação	

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
Tabela de Consistência de Objectivos

Tema	Documento	Designação do Objectivo	PEN				
			Objectivos Estratégicos do PEN			Objectivos Transversais do PEN	
			Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal	Valorizar os espaços rurais e os recursos naturais de forma sustentável	Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais	Reforçar a coesão territorial e social	Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial
Biodiversidade	Malahide	Prevenir, minimizar e mitigar impactes negativos na biodiversidade das indústrias da construção, de infraestruturas e extractiva, ou relacionada ao uso de infraestruturas	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Tornar todo o turismo sustentável	Depende (4)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Garantir uma contribuição mensurável e incrementada dos apoios comunitários à cooperação e desenvolvimento, por forma a atingir o objectivo de "reduzir significativamente o ritmo actual [2002] de perda de biodiversidade até 2010", parte dos Millennium Development Goals.	Depende (4)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Contribuir para o objectivo global de 2010, promovendo o comércio internacional ecologicamente sustentável	Depende (4)	Coerente	Depende (4)	S/ relação	S/ relação
		Garantir uma partilha justa e equitativa de benefícios decorrentes do uso de recursos genéticos, promovendo simultaneamente a sua conservação e uso sustentável	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Garantir a implementação das decisões da CBD sobre conhecimento, inovação e práticas idígenas e de comunidades locais, internalizando os seus modos de vida tradicionais	S/ relação	Coerente	S/ relação	Coerente	S/ relação
		Implementar um grupo consensual de indicadores de biodiversidade para monitorizar e avaliar o progresso dos objectivos de 2010, com o potencial de comunicar problemas efectivamente ao público e a decisores, provocando respostas políticas	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Melhorar e aplicar a base de conhecimentos para conservação e uso sustentável da biodiversidade	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Reforçar medidas de comunicação, informação e participação pública	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Aumentar a implementação da CBD e outras convenções relativas à biodiversidade	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação

Tabela de Consistência de Objectivos

Tema	Documento	Designação do Objectivo	PEN				
			Objectivos Estratégicos do PEN			Objectivos Transversais do PEN	
			Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal	Valorizar os espaços rurais e os recursos naturais de forma sustentável	Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais	Reforçar a coesão territorial e social	Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial
Biodiversidade	REN	Garantir a protecção de ecossistemas e a permanência e intensificação dos processos biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das actividades humanas.	Depende (4)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
	RAN	Defender e proteger as áreas de maior aptidão agrícola e garantir a sua afectação à agricultura de forma a contribuir para o pleno desenvolvimento da agricultura portuguesa e para o correcto ordenamento do território	Depende (4)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
	ENCNB	Conservar a natureza e a diversidade biológica	Depende (4)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos	Depende (4)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Contribuir para a prossecução dos objectivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da Natureza em que Portugal está envolvido, em especial os objectivos definidos na Convenção sobre a Diversidade Biológica	Depende (4)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
	CBD	Conservação da diversidade biológica	Depende (4)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Utilização sustentável dos seus componentes	Depende (4)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos	Depende (4)	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente
	ZIF	Promoção da gestão sustentável dis espaços florestais e naturais	Depende (2),(4)	Coerente	Coerente	S/ relação	S/ relação
		Redução das condições de ignição e de propagação de incêndio	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente	S/ relação
	PIAcFI	Manter e melhorar a biodiversidade, a integridade, o estado sanitário e a resiliência dos ecossistemas	Depende (4)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
	RN2000	Contribuir para assegurar a biodiversidade através da manutenção num estado favorável de conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens na UE.	Depende (4)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
	COM (2006) 216	Salvaguarda dos habitats e espécies + importantes da EU	Depende (4)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Conservação e recuperação da biodiversidade e dos serviços ecossistémicos na generalidade do meio marinho da EU	Depende (4)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Reforço da compatibilidade do desenv regional e territorial com a biodiversidade na EU	Depende (4)	Coerente	S/ relação	Coerente	Coerente

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
Tabela de Consistência de Objectivos

Tema	Documento	Designação do Objectivo	PEN				
			Objectivos Estratégicos do PEN			Objectivos Transversais do PEN	
			Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal	Valorizar os espaços rurais e os recursos naturais de forma sustentável	Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais	Reforçar a coesão territorial e social	Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial
Biodiversidade	COM (2006) 216	Redução substancial do impacto na biodiversidade da EU de espécies alóctones invasivas e de génotipos exóticos	Depende (4)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Reforço substancial da eficácia da governação internacional em matéria de biodiversidade e serviços ecossistémicos	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Reforço substancial do apoio à biodiversidade e aos serviços ecossistémicos no âmbito da ajuda externa da EU	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Redução substancial do impacto do comércio internacional na biodiversidade e em serviços ecossistémicos a nível global	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Apoio para a adaptação da biodiversidade às alterações climáticas	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Reforço substancial da base de conhecimentos para a conservação e utilização sustentável da biodiversidade, na EU e a nível global	S/ relação	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
Resíduos	PERAGRI	Optimizar a gestão de resíduos agrícolas no território nacional, valorizando os recursos naturais e protegendo os ecossistemas e a saúde pública	Depende (4)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
Tabela de Consistência de Objectivos

			PEN				
			Objectivos Estratégicos do PEN			Objectivos Transversais do PEN	
Tema	Documento	Designação do Objectivo	Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal	Valorizar os espaços rurais e os recursos naturais de forma sustentável	Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais	Reforçar a coesão territorial e social	Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial
Paisagem e ordenamento do território	PNPOT	Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e <u>minimizar os riscos</u>	Depende (4)	Coerente	S/ relação	S/ relação	S/ relação
		Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente
		Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente
		Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social	S/ relação	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente
		Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública	S/ relação	Coerente	Coerente	Coerente	Coerente
		Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições	S/ relação	Coerente	S/ relação	Coerente	Coerente

Anexo III – Tabela de Requisitos Legais

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
Lista de Requisitos Legais Aplicáveis

Diploma	Data de publicação	Âmbito	Entrada em vigor	Altera	Revoga	Descritor	Aspectos Ambientais
Decreto-Lei n.º 8/90	04-01-1990	Proíbe a comercialização e utilização de detergentes cuja biodegradabilidade seja inferior a 90% ou que possam causar danos à saúde do homem ou dos animais em condições normais de utilização	01-01-1990	-	-	Água	
Decreto-Lei n.º 46/94, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 63/94, de 31 de Maio e alterado pelo Decreto-Lei n.º 234/98, de 22 de Julho	22-02-1994	Estabelece o regime do licenciamento da utilização do domínio público hídrico sob jurisdição do Instituto da Água	23-02-1994	ver artigo 91º	-	Água	
Decreto-Lei n.º 236/98, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 22-C/98 de 30 de Novembro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 243/2001, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 20-AT/2001 de 30 de Novembro	01-08-1998	Estabelece normas, critérios e objectivos de qualidade com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos.	06-08-1996	-	Decreto-Lei nº 74/90, Portaria n.º632/94	Água	Consumo de água
Portaria n.º 429/99	15-06-1999	Estabelece os valores limite das descargas das águas residuais, na água ou no solo, dos estabelecimentos industriais		-	-	Água	Domínio hídrico / normas de descarga
Lei n.º 16/2003	04-06-2003	Revê, actualiza e unifica o regime jurídico dos terrenos do domínio público hídrico		DL 468/71		Água	Domínio público hídrico

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
Lista de Requisitos Legais Aplicáveis

Diploma	Data de publicação	Âmbito	Entrada em vigor	Altera	Revoga	Descritor	Aspectos Ambientais
RCM n.º 113/2005	30-06-2005	Aprova o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água - Bases e Linhas Orientadoras				Água	
Lei n.º 54/2005	15-11-2005	Estabelece a titularidade dos recursos hídricos				Água	
Lei n.º 58/2005	29-12-2005	Aprova a Lei da Água		transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/60/CE, de 23 de Outubro		Água	
Decreto-Lei n.º 77/2006	30-03-2006	Complementa a transposição da Directiva n.º 2000/60/CE, de 23 de Outubro, que estabelece um quadro de acção comunitária no domínio da política da água, em desenvolvimento do regime fixado na Lei n.º 58/2005				Água	
Decreto-Lei n.º 7/2002	25-03-2002	Aprova o protocolo de Quioto		-	-	Alterações Climáticas	
Decreto-Lei n.º 78/2004	03-04-2004	Estabelece o regime da prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera, fixando os princípios, objectivos e instrumentos apropriados à garantia da protecção do recurso natural ar, bem como as medidas, procedimentos e obrigações dos operadores	05-07-2004	-	Decreto-Lei n.º352/90 (art.º42º)	Ar	Emissões de gases de combustão
Portaria n.º 80/2006	23-01-2006	Fixa os limiares mássicos mássimos e mínimos de poluentes atmosféricos	12-03-1993	-	Portaria n.º286/93	Ar	Emissão de gases de combustão

Diploma	Data de publicação	Âmbito	Entrada em vigor	Altera	Revoga	Descritor	Aspectos Ambientais
Convenção da Diversidade Biológica	20-05-1992	Promove a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios que advêm da utilização dos recursos genéticos	transposta para o direito interno pelo Decreto n.º 21/93			Biodiversidade	
Decreto-Lei n.º 19/93 Rede Nacional de Áreas Protegidas	21-06-1993	Ratifica a CBD por Portugal				Biodiversidade	
Estratégia da Comunidade Europeia em Matéria de Diversidade Biológica COM (1998) 42	1998	Estabelece um quadro geral no qual são elaboradas as políticas e os instrumentos comunitários adequados para satisfazer as obrigações da CBD				Biodiversidade	

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
Lista de Requisitos Legais Aplicáveis

Diploma	Data de publicação	Âmbito	Entrada em vigor	Altera	Revoga	Descritor	Aspectos Ambientais
Decreto-Lei n.º 140/99	24-04-1999	Promove a conservação dos habitats naturais e da fauna e flora selvagens - Directiva das Aves e Directiva Habitats.		Revê a transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º 79/409/CEE, do conselho, de 2 de Abril (relativa à conservação das Aves Selvagens), e da Directiva n.º 92/43/CEE, do conselho, de 21 de Maio (relativa à preservação dos habitats naturais	Decreto-Lei n.º 75/91, de 14 de Fevereiro, Decreto Lei n.º 224/93, de 18 de Junho, e Decreto-Lei n.º 226/97, de 27 de Agosto	Biodiversidade	Protecção de Espécies e Habitats
DL n.º 565/99	21-12-1999	Regulamenta a introdução intencional ou acidental de espécies não indígenas em Portugal Continental e nas suas bacias hidrográficas				Biodiversidade	
COM (2001) 162	27-03-2001	Plano de Acção em matéria de Biodiversidade para o sector da Agricultura				Biodiversidade	

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
Lista de Requisitos Legais Aplicáveis

Diploma	Data de publicação	Âmbito	Entrada em vigor	Altera	Revoga	Descritor	Aspectos Ambientais
Decreto-Lei n.º 146/2002	21-05-2002	Adopta medidas específicas de luta e erradicação da febre catarral ovina ou língua azul		Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2000/75/CE, do Conselho, de 20 de Novembro.	-	Biodiversidade	Segurança alimentar
Decreto n.º 7/2004	17-04-2004	Contribui para assegurar um nível adequado de protecção no domínio da transferência, manipulação e utilização seguras de organismos vivos modificados resultantes da biotecnologia moderna que possam ter efeitos adversos para a conservação e a utilização sustentável da biodiversidade, tendo igualmente em conta os riscos para a saúde humana e centrando-se especificamente nos movimentos transfronteiriços		Transpõe para a ordem jurídica nacional o Protocolo de Cartagena		Biodiversidade	
Decreto-Lei n.º 36/2006	20-02-2006	Visa assegurar a execução e garantir o cumprimento, na ordem jurídica nacional, das obrigações decorrentes para o Estado Português do Regulamento (CE) n.º 1946/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Julho, adiante designado por regulamento, relativo ao movimento transfronteiriço de OGM					
COM (2006) 216 final "Travar a perda de Biodiversidade até 2010 - e mais além"	22-05-2006	Estabele objectivos prioritários e medidas de suporte, com vista a cumprir a meta de parar a perda de biodiversidade na UE até 2010				Biodiversidade	
Decreto n.º 44623	10-10-1962	Aprova o Regulamento da Lei nº 2097 que promulga as Bases do fomento piscícola nas águas interiores do País				Biodiversidade - Pesca	Pesca
Decreto n.º 312/70	06-07-1970	Dá nova redacção a várias disposições do Decreto nº 44623. Bases de fomento piscícola nas águas interiores do país				Biodiversidade - Pesca	Pesca

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
Lista de Requisitos Legais Aplicáveis

Diploma	Data de publicação	Âmbito	Entrada em vigor	Altera	Revoga	Descritor	Aspectos Ambientais
Decreto Regulamentar n.º 43/87	17-07-1987	Define as medidas nacionais de conservação dos recursos biológicos aplicáveis ao exercício da pesca em águas, quer oceânicas, quer interiores, sob soberania e jurisdição portuguesas				Biodiversidade - Pesca	Pesca
Decreto Regulamentar n.º 3/89	28-01-1989	Conservação de recursos de Pesca		Decreto Regulamentar n.º 43/87		Biodiversidade - Pesca	Pesca
Lei n.º 173/99	21-09-1999	Estabelece as bases da gestão sustentada dos recursos cinegéticos, na qual se incluem a sua conservação e fomento, bem como os princípios reguladores da actividade cinegética e da administração da caça (Lei de Bases Gerais da Caça)				Biodiversidade - Caça	
Decreto-Lei n.º 202/2004, com a redacção dada pelo Decreto Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro	18-08-2004	Estabelece o regime jurídico da conservação, fomento e exploração dos recursos cinegéticos, com vista à sua gestão sustentável, bem como os princípios reguladores da actividade cinegética		-	Decreto-Lei n.º 227 B/2000, de 15 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 338/2001, de 26 de Dezembro	Biodiversidade - Caça	Caça
Decreto-Lei n.º 201/2005	24-11-2005	Regulamenta a Lei n.º 173/99 (Lei de Bases Gerais da Caça)		Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto		Biodiversidade - Caça	Caça
Portaria n.º 656/2006	29-06-2006	Determina para a época venatória de 2006-2007 as espécies cinegéticas que é permitido caçar, bem como fixa os respectivos limites diários de abate, períodos de caça, processos e outros condicionamentos venatórios				Biodiversidade - Caça	Caça
Portaria n.º 727/2006	20-07-2006	Regula o funcionamento das zonas de caça municipais				Biodiversidade - Caça	Caça

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
Lista de Requisitos Legais Aplicáveis

Diploma	Data de publicação	Âmbito	Entrada em vigor	Altera	Revoga	Descritor	Aspectos Ambientais
Portaria n.º 296/94	17-05-1994	Actualiza a legislação nacional em vigor no que respeita a zonas e períodos de proibição de pesca.				Biodiversidade - Pesca	Pesca
Portaria n.º 1081/99	16-12-1999	Cria uma zona de pesca reservada constituída pelo conjunto de várias massas hídricas			Portaria nº 747/82, de 30 de Junho	Biodiversidade - Pesca	Pesca
Portaria n.º 741/2000	08-09-2000	Proíbe a pesca do lagostim-de-patas-brancas (<i>Austropotamobius pallipes</i>) em toda as massas hídricas do País				Biodiversidade - Pesca	Pesca
Portaria n.º 1102-B/2000	22-11-2000	Aprova o Regulamento da Apanha				Biodiversidade - Pesca	Pesca
Portaria n.º 1102-E/2000	22-11-2000	Aprova o Regulamento da Pesca por Arte de Arrasto				Biodiversidade - Pesca	Pesca
Portaria n.º 1102-F/2000	22-11-2000	Aprova o Regulamento da Pesca por Arte Envolvente-Arrastante				Biodiversidade - Pesca	Pesca
Portaria n.º 1102-H/2000	22-11-2000	Aprova o Regulamento da Pesca por Arte de Emalhar				Biodiversidade - Pesca	Pesca
Portaria n.º 1102-G/2000	22-11-2000	Aprova o Regulamento da Pesca por Arco de Cerco				Biodiversidade - Pesca	Pesca
Portaria n.º 27/2001	15-01-2001	Fixa os tamanhos mínimos dos peixes, crustáceos e moluscos, de acordo com o previsto no artigo 48º do Decreto Regulamentar nº 43/87, de 17 de Julho, na redacção dada pelo Decreto Regulamentar nº 7/2000, de 30 de Maio				Biodiversidade - Pesca	Pesca
Portaria n.º 544/2001	31-05-2001	Define os locais onde se pode exercer a pesca profissional		Portaria nº 252/2000, de 11 de Maio		Biodiversidade - Pesca	Pesca

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
Lista de Requisitos Legais Aplicáveis

Diploma	Data de publicação	Âmbito	Entrada em vigor	Altera	Revoga	Descritor	Aspectos Ambientais
Decreto-Lei n.º 112/2005	08-07-2005	Define o quadro legal da pesca dirigida a espécies marinhas, vegetais e animais com fins lúdicos em águas oceânicas, em águas interiores marítimas ou em águas interiores não marítimas sob jurisdição nacional		Decreto-Lei n.º 246/2000, de 29 de Setembro		Biodiversidade - Pesca	Pesca
Estratégia Pan-Europeia da Diversidade Biológica e Paisagística	1996		1996			Biodiversidade e Paisagem	
RCM n.º 152/2001 Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade	2001	Adopta a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade	2001			Biodiversidade e Paisagem	
Decreto-Lei nº 69/2003	2003	Normas Disciplinadoras da Actividade Industrial		-	-	Geral	Licenciamento industrial
Constituição da República Portuguesa e suas alterações	02-04-1976	Defende a independência nacional, a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos, estabelece os princípios basilares da democracia e assegura o primado do Estado de Direito democrático	02-04-1976	-	-	Geral	Todos
Lei n.º 11/87	07-04-1987	Lei de bases do Ambiente - define as bases da política de ambiente, em cumprimento do disposto nos artigos 9.º e 66.º da Constituição da República Portuguesa	08-04-1987	-	-	Geral	Todos
Decreto-Lei n.º 29/92	27-02-1992	Proíbe a vacinação contra a febre aftosa, excepto no caso de ser confirmada a sua presença no território nacional		-	Revoga os Decretos Lei n.os 473/80 e 244/82, respectivamente de 14 de Outubro e de 22 de Junho	Geral	Segurança alimentar

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
Lista de Requisitos Legais Aplicáveis

Diploma	Data de publicação	Âmbito	Entrada em vigor	Altera	Revoga	Descritor	Aspectos Ambientais
Portaria n.º 124/92	27-02-1992	Define as medidas a adoptar em caso de aparecimento da febre aftosa		-	-	Geral	Segurança alimentar
Agenda 21	14-06-1992	Estabelece a importância de cada país se comprometer a reflectir, global e localmente				Geral	
Decreto-Lei n.º 22/95	08-02-1995	Estabelece medidas gerais de luta contra certas doenças animais		Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 92/119/CEE, do Conselho, de 17 de Dezembro.	-	Geral	Segurança alimentar
Lei n.º 86/95	01-09-1995	Lei de bases do desenvolvimento agrário. Estabelece os princípios gerais da política de desenvolvimento agrícola e florestal		-	Lei nº 109/88	Geral	Agricultura / floresta
Decreto-Lei n.º 150/99	07-05-1999	Proíbe a utilização de certas substâncias com efeitos hormonais ou tireostáticos e de substâncias beta-agonistas em produção animal		Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva nº 96/22/CE, do Conselho, de 29 de Abril.	-	Geral	Agricultura
Decreto-Lei n.º 194/2000	21-08-2000	Prevenção e Controlo Integrados da Poluição		Transpõe para a legislação nacional a Directiva n.º 98/61/CE, do Conselho, de 24 de Setembro.	-	Geral	Prevenção e controlo integrados da poluição

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
Lista de Requisitos Legais Aplicáveis

Diploma	Data de publicação	Âmbito	Entrada em vigor	Altera	Revoga	Descritor	Aspectos Ambientais
Regulamento CE n.º 761/2001	19-03-2001	Permite a participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditorias (EMAS)	19-03-2001	-	-	Geral	EMAS
Decisão da Comissão n.º 2001/681/CE	07-09-2001	Fornece orientações para a aplicação do Reg CE n.º 761/2001	07-09-2001	-	-	Geral	Implementação SGA
Recomendação da Comissão n.º 2001/680/CE	07-09-2001	Fornece orientações para a aplicação do Reg CE n.º 761/2001	07-09-2001	-	-	Geral	Implementação SGA
Decreto-Lei n.º 302/2001	23-11-2001	Estabelece o quadro legal para a aplicação do regulamento de construção e exploração de postos de abastecimento de combustíveis				Geral	Licenciamento
Portaria n.º 131/2002	09-02-2002	Regulamenta a construção e exploração de postos de abastecimento de combustíveis	16-02-2002	-	-	Geral	Licenciamento
Decreto-Lei n.º 267/2002	26-11-2002	Estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis	10-01-2003	-	Com a entrada em vigor da portaria prevista no artigo 4.º: base VIII da Lei n.º1947/37; art.15º, 56º a 62º e 64º a 68º do Decreto n.º29034/38	Geral	Licenciamento
Decreto-Lei n.º 63/2003	10-Abr	Estabelece o regime jurídico da avaliação do impacte ambiental dos projectos públicos e privados susceptíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente		DL n.º 69/2000		Geral	
Decreto Regulamentar n.º 8/2003	11-04-2003	Aprova o Regulamento do Licenciamento da Actividade Industrial	11-05-2003	-	Decretos Regulamentares n.º 61/91 e 25/93	Geral	Licenciamento

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
Lista de Requisitos Legais Aplicáveis

Diploma	Data de publicação	Âmbito	Entrada em vigor	Altera	Revoga	Descritor	Aspectos Ambientais
Portaria n.º 464/2003	06-06-2003	Estabelece um novo regime legal para o exercício da actividade industrial	07-06-2003		Portaria n.º 744-B/93, de 18 de Agosto	Geral	Licenciamento
Portaria n.º 473/2003	11-06-2003	Define os termos de apresentação dos pedidos de instalação ou de alteração dos estabelecimentos industriais	12-06-2003		Portaria Nº 314/1994, de 24 de Maio.	Geral	Licenciamento
Portaria n.º 474/2003	11-06-2003	Define os documentos que devem instruir os pedidos de autorização de localização de estabelecimentos industriais apresentados junto das câmaras municipais ou das direcções regionais do ambiente e ordenamento do território	12-06-2003		Portaria Nº 30/94, de 11 de Janeiro.	Geral	Licenciamento
Decreto-Lei n.º 197/2003	27-08-2003	Altera a CAE (Rev. 2 constante do anexo ao Decreto-Lei Nº 182/1993) que revê a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas	28-08-2003	Decreto-Lei n.º 182/1993	-	Geral	Licenciamento
Portaria n.º 1188/2003	10-10-2003	Regula o pedido de licenciamento de combustíveis	15-10-2003	-	-	Geral	Licenciamento
Directiva n.º 2004/35/CE relativa à responsabilidade ambiental	21-04-2004	Estabelece um quadro de responsabilidade ambiental baseado no princípio do «poluidor-pagador», com vista a prevenir e reparar os danos ambientais.				Geral	
Decreto-Lei n.º 152/2004	30-06-2004	Estabelece o regime de intervenção das entidades acreditadas em acções relacionadas com o processo de licenciamento industrial	08-07-2004	-	-	Geral	Licenciamento
NP EN ISSO 14001:2004	30-12-2004	Estabelece os requisitos e linhas de orientação de sistemas de gestão ambiental	30-12-2004	-	-	Geral	Implementação SGA
DL n.º 202/2005	24-11-2005	Estabelece o regime jurídico de licenciamento de explorações bovinas, tornando obrigatório o seu licenciamento a partir de 24/12/2005				Geral	Agro-pecuária

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
Lista de Requisitos Legais Aplicáveis

Diploma	Data de publicação	Âmbito	Entrada em vigor	Altera	Revoga	Descritor	Aspectos Ambientais
DL n.º 309/93	02-09-1993	Regula a elaboração e a aprovação dos planos de ordenamento da orla costeira (POOC)				Paisagem e Ordenamento do Território	Litoral
Lei n.º 33/96	17-08-1996	Define as bases da política florestal nacional (Lei de Bases da Política Florestal)				Paisagem e Ordenamento do Território	Floresta
Lei n.º 48/98	11-08-1998	Estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo				Paisagem e Ordenamento do Território	
Decreto-Lei n.º 204/99	09-06-1999	Regula o processo de elaboração, de aprovação, de execução e de alteração dos planos regionais de ordenamento florestal a aplicar nos espaços florestais				Paisagem e Ordenamento do Território	
Decreto Regulamentar n.º 2/2007	17-Jan	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste				Paisagem e Ordenamento do Território	
Decreto-Lei n.º 139/89	28-05-1989	Promove a protecção do relevo natural, solo arável e revestimento vegetal		-	Decreto-Lei n.º 357/75, de 8 de Julho	Paisagem e Ordenamento do Território	Revestimento vegetal

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
Lista de Requisitos Legais Aplicáveis

Diploma	Data de publicação	Âmbito	Entrada em vigor	Altera	Revoga	Descritor	Aspectos Ambientais
Decreto - Lei n.º 196/89 Reserva Agrícola Nacional	14-06-1989	Estabelece a definição, composição, processo de delimitação, regime de utilização e órgãos de gestão da RAN.		Estabelece o novo regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional. Revoga o Decreto - Lei n.º 451/82, de 16 de Novembro.	-	Paisagem e Ordenamento do Território	Reserva Agrícola Nacional
Decreto - Lei n.º 93/90, alterado pelo Decreto - Lei n.º 316/90, Decreto - Lei n.º 79/95 e DL n.º 180/2006 Reserva Ecológica Nacional	19-03-1990	Define o conceito, âmbito, processo de delimitação, regime e órgãos de gestão da REN.		Revê o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN), estabelecido pelo Decreto - Lei n.º 321/83, de 5 de Junho. Alterado artigo 9º pelo Decreto-Lei nº 203/2001 de 1 de Outubro.	-	Paisagem e Ordenamento do Território	Reserva Ecológica Nacional
Portaria n.º 1100/2004	03-09-2004	Aprova a lista das zonas vulneráveis e a carta das zonas vulneráveis do território português		-	Portaria nº 258/2003	Paisagem e Ordenamento do Território	Nitratos

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
Lista de Requisitos Legais Aplicáveis

Diploma	Data de publicação	Âmbito	Entrada em vigor	Altera	Revoga	Descritor	Aspectos Ambientais
Decreto n.º 4/2005	14-02-2005	Promove a protecção, gestão e ordenamento da paisagem e organização da cooperação europeia nesse domínio		Transposição para o direito interno da Convenção Europeia da Paisagem, de 20 de Outubro de 2000		Paisagem e Ordenamento do Território	
Decreto-Lei n.º 49/2005	24-02-2005	Promove a conservação dos habitats naturais e da fauna e flora selvagens - Directiva das Aves e Directiva Habitats.		Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, que procedeu à transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril, relativa à conservação das aves selvagens (directiva aves) e da Directiva Habi	-	Paisagem e Ordenamento do Território	Protecção de Espécies e Habitats
PNPOT	em discussão pública					Paisagem e Ordenamento do Território	

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
Lista de Requisitos Legais Aplicáveis

Diploma	Data de publicação	Âmbito	Entrada em vigor	Altera	Revoga	Descritor	Aspectos Ambientais
Regulamento CEE n.º 2092/91 do Conselho	24-06-1991	Estabelece as normas relativas ao modo de produção biológico de produtos agrícolas e dos géneros alimentícios (rotulagem, regras de produção, controlo e importações de países terceiros)		-	-	Paisagem e Ordenamento do Território / Biodiversidade	Agricultura biológica / modo de produção e rotulagem
RCM n.º 114/2006	15-09-2006	Aprova a Estratégia Nacional das Florestas				Paisagem e Ordenamento do Território / Biodiversidade	Floresta
Decreto-Lei n.º 446/91 revogado pelo DL n.º 118/2006	22-11-1991	Estabelece o regime de utilização na agricultura de certas lamas provenientes de estações de tratamento de águas residuais				Resíduos	Lamas
Portaria n.º 1028/92	05-11-1992	Estabelece normas de segurança e identificação para o transporte dos óleos usados	06-11-2003	-	-	Resíduos	Produção de resíduos de óleos usados
Portaria n.º 310/95	20-11-1995	Fixa as regras a que fica sujeito o transporte de resíduos dentro do território nacional				Resíduos	Produção de resíduos
Despacho n.º 242/96	05-07-1996	Referente à gestão de resíduos provenientes da prestação de cuidados de saúde a seres humanos ou a animais	05-07-1996	-	-	Resíduos	Produção de resíduos
Portaria n.º 176/96	03-10-1996	Fixa os valores permitidos para a concentração de metais pesados nas lamas utilizadas na agricultura				Resíduos	Lamas
Portaria n.º 177/96	03-10-1996	Fixa as regras sobre análise das lamas e dos solos				Resíduos	Lamas
Portaria n.º 335/97	16-05-1997	Fixa as regras a que fica sujeito o transporte de resíduos dentro do território nacional.		-	-	Resíduos	Transportes

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
Lista de Requisitos Legais Aplicáveis

Diploma	Data de publicação	Âmbito	Entrada em vigor	Altera	Revoga	Descritor	Aspectos Ambientais
Decreto-Lei n.º 366-A/97, alterado pelo Decreto-Lei n.º 162/2000 de 27 de Julho e pelo Decreto-Lei n.º 92/2006, de 25 de Maio	20-12-1997	Estabelece os princípios e as normas aplicáveis ao sistema de gestão de embalagens	01-01-1998	-	Decreto-Lei n.º 322/95, e a partir da data de publicação da respectiva alteração, a Portaria n.º 313/96	Resíduos	Consumo de embalagens e Produção de resíduos de embalagens
Portaria n.º 29-B/98	15-01-1998	Estabelece as regras de funcionamento dos sistemas de consignação aplicáveis às embalagens reutilizáveis e às não reutilizáveis, bem como as do sistema integrado aplicável apenas às embalagens não reutilizáveis				Resíduos	Consumo de embalagens e Produção de resíduos de embalagens
Portaria n.º 792/98, rectificada por Declaração de rectificação n.º 19-L/98 de 31 Outubro	22-09-1998	Aprova o modelo de mapa de registo de resíduos industriais	23-09-1998	-	Portaria n.º 189/95, de 20 de Junho	Resíduos	
Decreto-Lei n.º 407/98	21-12-1998	Estabelece as regras relativas aos requisitos essenciais da composição das embalagens, designadamente os níveis de concentração de metais pesados	26-12-1998	-	-	Resíduos	Consumo de embalagens e Produção de resíduos de embalagens
Despacho Conjunto n.º 7415/99 (2ª Série)	14-04-1999	Aprova o modelo a preencher pelos responsáveis pela colocação de produtos embalados no mercado nacional de acordo com o n.º 4 da Portaria n.º 29-B/98, de 15 de Janeiro	15-04-1999	-	-	Resíduos	
Decreto-Lei n.º 277/99	23-07-1999	Estabelece as regras a que ficam sujeitas a eliminação dos PCBs usados, tendo em vista a destruição total destes	26-09-1999	-	Decreto-Lei n.º 221/88	Resíduos	

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
Lista de Requisitos Legais Aplicáveis

Diploma	Data de publicação	Âmbito	Entrada em vigor	Altera	Revoga	Descritor	Aspectos Ambientais
Decreto-Lei n.º 321/99	11-08-1999	Regula a instalação e funcionamento de aterros para resíduos industriais banais	18-08-1999	Derroga, na parte aplicável aos RIB, o disposto na secção II do capítulo III do Decreto-Lei n.º 239/97, de 9 de Setembro, relativa à autorização de operações de gestão de resíduos.	-	Resíduos	Produção de resíduos
COM (2001) 68 final	07-02-2001	Política Integrada do Produto				Resíduos	
Decreto-Lei n.º 62/2001	19-02-2001	Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de pilhas e acumuladores, bem como a gestão de pilhas e acumuladores usados	20-02-2001	-	DL 219/94 e as Portarias 281/95 e 1081/95	Resíduos	Produção de resíduos
Decreto-Lei n.º 111/2001 alterado pelo DL n.º 43/2004, de 2 de Março	06-04-2001	Estabelece os princípios e as normas aplicáveis à gestão de pneus e pneus usados	06-05-2001	-	-	Resíduos	Produção de resíduos

Diploma	Data de publicação	Âmbito	Entrada em vigor	Altera	Revoga	Descritor	Aspectos Ambientais
Portaria n.º 572/2001, Rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 13-B/2001, de 19 de Junho	06-06-2001	Aprova os programas de acção relativos a acumuladores de veículos, industriais e similares, e a pilhas e outros acumuladores	A presente portaria entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação, salvo o disposto no seu anexo II, que entra em vigor em 1 de Julho de 2001.	-	-	Resíduos	
Despacho n.º 25297/2002 (2ª Série)	27-11-2002	Proíbe a deposição e descarga de resíduos de toda a espécie em terrenos agrícolas, florestais e cursos de água ou noutros locais não submetidos a uma actividade agrícola, mas que são parte integrante da nossa paisagem rural e do nosso património natural	28-11-2002	-	-	Resíduos	Produção de resíduos
Decisão do Conselho n.º 2003/33/CE	16-01-2003	Estabelece os critérios e processos de admissão de resíduos em aterros nos termos do artigo 16.o e do anexo II da Directiva 1999/31/CE	16-07-2004 Os Estados-Membros aplicam os critérios estabelecidos no ponto 2 do anexo a partir de 16-07-2005	Decreto-Lei n.º 152/2002	-	Resíduos	Produção de resíduos

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
Lista de Requisitos Legais Aplicáveis

Diploma	Data de publicação	Âmbito	Entrada em vigor	Altera	Revoga	Descritor	Aspectos Ambientais
Decreto-Lei n.º 153/2003	11-07-2003	Estabelece o regime jurídico da gestão de óleos usados	12-07-2003	-	Decreto-Lei n.º 88/91 e a Portaria n.º 240/92 com excepção do artigo 27.º e do anexo II	Resíduos	Produção de resíduos de óleos usados
Decreto-Lei n.º 196/2003	23-08-2003	Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva Nº 53/CE/2000 , do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Setembro, relativa aos veículos em fim de vida	25-08-2003	-	artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 292-A/2000	Resíduos	
Decreto-Lei n.º 244/2003	07-10-2003	Estabelece o regime a que ficam obrigadas as entidade geradoras de subprodutos animais; estabelece a criação do SIRCA	22-10-2003		Decreto-Lei n.º 197/2002, de 25 de Setembro, à excepção dos anexos n.º 1 e n.º 2, n.º 1, que se mantêm em vigor até à aprovação dos planos previstos no n.º 2 do artigo 2.º, por força do disposto no n.º 2 do artigo 3.º	Resíduos	Resíduos de cadáveres de animais
Portaria n.º 209/2004	03-03-2004	Actualiza no direito interno a Lista Europeia de Resíduos (LER) e as operações de eliminação e valorização de resíduos	04-03-2004	-	Portarias n.º 818/97e n.º 15/96	Resíduos	Produção de resíduos
Despacho n.º 9276/2004 (2ª Série)	10-05-2004	Aprova o modelo do certificado de destruição de veículos em fim de vida, a emitir pelos operadores de desmantelamento	11-05-2004	-	-	Resíduos	

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
Lista de Requisitos Legais Aplicáveis

Diploma	Data de publicação	Âmbito	Entrada em vigor	Altera	Revoga	Descritor	Aspectos Ambientais
Despacho n.º 9627/2004 (2ª Série)	15-05-2004	O Instituto dos Resíduos aprova o modelo do registo trimestral para produtores de óleos usados	20-5-2004	-	-	Resíduos	Produção de resíduos de óleos usados
Decreto-Lei n.º 230/2004	10-12-2004	Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (REEE)	31-01-2002	-	DL 230/2004	Resíduos	Produção de resíduos
DL n.º 173/2005	21-10-2005	Regula as actividades de distribuição, venda, prestação de serviços de aplicação de produtos fitofarmacêuticos e a sua aplicação pelos utilizadores finais			n.os 4 e 5 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 94/98	Resíduos	
COM (2005) 666	21-12-2005	Estratégia Temática de Prevenção e Reciclagem de Resíduos				Resíduos	
Despacho conjunto n.º 369/2006	02-05-2006	Licenciamento de uma entidade gestora do sistema integrado de gestão de resíduos de embalagens de produtos fitofarmacêuticos				Resíduos	Produtos fitofarmacêuticos
DL n.º 92/2006	25-05-2006	Relativa a embalagens e resíduos de embalagens		DL n.º 366-A/97, transpondo a Directiva n.º 2004/12/CE		Resíduos	
Decreto-Lei n.º 118/2006	21-06-2006	Estabelece o regime de utilização na agricultura de certas lamas provenientes de estações de tratamento de águas residuais.		Transpõe para o direito interno a Directiva n.º 86/278/CEE, do Conselho de 12 de Junho de 1986.	DL n.º 446/91	Resíduos	Lamas

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
Lista de Requisitos Legais Aplicáveis

Diploma	Data de publicação	Âmbito	Entrada em vigor	Altera	Revoga	Descritor	Aspectos Ambientais	
Decreto-Lei n.º 178/2006	05-09-2006	Estabelece o regime geral da gestão dos resíduos, isto é, as regras a que fica sujeita a gestão de resíduos, nomeadamente a sua recolha, transporte, armazenagem, tratamento, valorização e eliminação			Transposição das Directivas n.º 2006/12/CE, de 5 de Abril e n.º 91/689/CEE, de 12 de Dezembro	Decreto-Lei n.º 239/97	Resíduos	Produção de resíduos
Decreto-Lei n.º 187/2006	19-09-2006	Estabelece condições e procedimentos de segurança no âmbito dos sistemas de gestão de resíduos de embalagens e de resíduos de excedentes de produtos fitofarmacêuticos					Resíduos	
PERAGRI	em fase avançada de apreciação	Pretende contribuir para a optimização da gestão dos resíduos agrícolas sobre o território nacional continental, tendo como horizonte um período de dez anos					Resíduos	
Lei n.º 113/91	23-08-1991	Lei de Bases de Protecção Civil					Riscos	
Decreto-Lei n.º 292/2000, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 76/2002 de 26 de Março e do Decreto-Lei n.º 259/2002 de 23 de Novembro	14-11-2000	Aprova o Regulamento Geral do Ruído	14-05-2001	-		alínea g), subalínea i), do artigo 1º e no artigo 3º da Portaria nº 326/95 (2ª série), de 4 de Outubro e DL nº 251/87, de 24 de Junho (Regulamento Geral sobre o Ruído).	Riscos	Produção de ruído

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
 Lista de Requisitos Legais Aplicáveis

Diploma	Data de publicação	Âmbito	Entrada em vigor	Altera	Revoga	Descritor	Aspectos Ambientais
Directiva n.º 2001/18/CE	12-03-2001	Define o processo de aprovação de OGM, regula a libertação deliberada no ambiente e a colocação no mercado de produtos que contenham ou sejam constituídos por OGM, em conformidade com o princípio da precaução e tendo em vista a protecção da saúde humana e do ambiente				Riscos	
Decreto-Lei n.º 76/2002	26-03-2002	Aprova o Regulamento das Emissões Sonoras para o Ambiente do Equipamento para Utilização no Exterior	ver Artigo 4º	-	art. 13.º e 14.º, a alínea f) do n.º 1 do art.22.º e a referência ao art.10.º, constante da alínea g) do n.º 1 do art.22.º, todos do DL 292/2000; Portaria 77/96 e a P 879/90	Riscos	Produção de ruído
Decreto-Lei n.º 72/2003 alterado pelo DL n.º 164/2004, de 3 de Julho	10-04-2003	Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva Nº 2001/18/CE				Riscos	
Regulamento n.º 1829/2003	22-09-2003	Estabelece procedimentos comunitários para a autorização, rotulagem e supervisão dos géneros alimentícios e alimentos para animais geneticamente modificados, incluindo os aditivos alimentares para consumo humano e animal e os materiais de base para a respectiva produção, que sejam constituídos por, contenham ou sejam produzidos a parte de OGM				Riscos	

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
Lista de Requisitos Legais Aplicáveis

Diploma	Data de publicação	Âmbito	Entrada em vigor	Altera	Revoga	Descritor	Aspectos Ambientais
Regulamento n.º 1830/2003	22-09-2003	Estabelece um processo de rastreabilidade dos produtos que contenham ou seja constituídos por OGM e dos géneros alimentícios e alimentos para animais produzidos a partir de OGM				Riscos	
Decreto-Lei n.º 154/2004	30-06-2004	Estabelece o regime geral do Catálogo Nacional de Variedades de Espécies Agrícolas e Hortícolas, bem como os princípios e as condições que estas variedades, incluindo as geneticamente modificadas, devem observar para que a certificação e comercialização das suas sementes possa ter lugar		Transpõe para o direito interno as Directivas n.º 2002/53/CE e 2002/55/CE		Riscos	
Decreto-Lei n.º 160/2005	21-09-2005	Regula o cultivo de variedades geneticamente modificadas, visando assegurar a sua coexistência com culturas convencionais e com o modo de produção biológico, ao abrigo do DL n.º 164/2004				Riscos	
Portaria n.º 904/2006	04-Set	Estabelece as condições e o procedimento para o estabelecimento de zonas livres de cultivo de variedades geneticamente modificadas				Riscos	
Decreto-Lei n.º 173/2005	15-Abr	Regula as actividades de distribuição, venda, prestação de serviços de aplicação de produtos fitofarmacêuticos e a sua aplicação pelos utilizadores finais.				Solos	Venda e aplicação de pesticidas

***Anexo IV – Tabela de Beneficiários, Condições de Acesso e
Compromissos***

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente

Tabela de Beneficiários, condições de acesso e compromissos

	Beneficiários	Condições de acesso	Compromissos
Sub-Programa 1 - Promoção da Competitividade			
MEDIDA 1.1 - Inovação e Desenvolvimento Empresarial			
ACÇÃO 1.1.1 - Modernização e capacitação das empresas	<p>Pessoas individuais ou colectivas que exerçam a actividade agrícola, isolados ou com candidaturas conjuntas ou agrupadas;</p> <p>Empresas e organizações de produtores com plano de investimentos e/ou acordos contratuais para produção de matéria-prima em explorações agrícolas de associados;</p> <p>Empresas de transformação e ou comercialização de produtos agrícolas, na acepção da definição de PME e que transformem produtos constantes no Anexo I do Tratado de Amesterdão, com excepção da cortiça;</p> <p>Empresas de transformação ou comercialização de produtos agrícolas, com 250 a 749 empregados ou com um volume de negócios superior a 50 e inferior a 200 milhões de €</p>	<p>Considera-se como requisito de acesso, um montante mínimo de investimento de 25 000 euros, com excepção do investimento realizado nas explorações agrícolas através de planos de investimento de empresas, que tem de ser superior a 100 000 euros.</p> <p>Outros requisitos de acesso:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cumprimento da legislação aplicável relativa ao ambiente, higiene e bem estar animal, com excepção dos jovens agricultores, que beneficiam de um período de isenção de 36 meses; - Cumprimento das normas de segurança no trabalho; - Cumprimento dos dispositivos regulamentares sobre o exercício da actividade; - Contabilidade organizada ou simplificada nos termos da legislação específica; - Viabilidade económica através do cumprimento de critérios a definir em sede de regulamentação operacional, com excepção das empresas novas cuja viabilidade será projectada ao ano de cruzeiro adequado à tipologia de actividade (no caso dos investimentos nas explorações agrícolas associados a planos de investimento de empresas e ou agrupamento de produtores, admite-se que a viabilidade seja demonstrada no contexto global do plano de investimentos); - Formação profissional ou conhecimentos adequados no caso dos - Existência de recursos humanos qualificados (sectores produtivo, - Sustentabilidade financeira, com excepção nas novas empresas, - Manutenção de um compromisso de manutenção da actividade p <p>Sujeição obrigatória, no caso das candidaturas com valor de inve</p>	-
ACÇÃO 1.1.2 - Investimentos de Pequena Dimensão	Agricultores ou pessoas individuais ou colectivas que exerçam a actividade agrícola.	-	-
ACÇÃO 1.1.3 - Instalação de Jovens Agricultores	Jovens Agricultores em regime de primeira instalação.	-	-

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE

Tabela de Beneficiários, condições de acesso e compromissos

	Beneficiários	Condições de acesso	Compromissos
MEDIDA 1.2 - Cooperação Empresarial para o mercado e internacionalização	Associações de empresas, agrupamentos complementares de empresas, consórcios, associações, associações de desenvolvimento e outras estruturas que congreguem recursos financeiros, técnicos e organizacionais de várias empresas.	-	-
MEDIDA 1.3 - Promoção da Competitividade Florestal			
ACÇÃO 1.3.1 - Melhoria Produtiva dos Povoamentos	Entidades gestoras das ZIF; Organizações de Produtores Florestais; Órgãos de administração de baldios, associações de baldios e outras entidades gestoras de baldios; Entidades gestoras de Fundos imobiliários (FIIF); Produtores/proprietários florestais; Áreas Agrupadas privadas; Organismos da administração local ou suas associações representativas	-	-
ACÇÃO 1.3.2 - Gestão Multifuncional	Organizações de agricultores, de produtores florestais ou de defesa do ambiente; Entidades gestoras de baldios; Entidades gestoras das ZIF; Entidades privadas gestoras de zonas de caça associativa, turísticas ou de pesca desportiva; Proprietários, produtores florestais e agricultores e Organismos da administração local ou suas associações representativas	-	-
ACÇÃO 1.3.3 - Gestão Florestal Sustentável	Entidades colectivas de direito privado responsáveis pela promoção da implementação da gestão florestal sustentável, produtores florestais ou suas organizações	-	-

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente

Tabela de Beneficiários, condições de acesso e compromissos

	Beneficiários	Condições de acesso	Compromissos
ACÇÃO 1.3.4 - Modernização e Capacitação das Empresas Florestais	Entidades Gestores de Zonas de Intervenção Florestal; Sociedades Gestoras de Fundos Imobiliários Florestais; Proprietários privados e Organizações de Produtores Florestais; Comunidades locais detentoras de terrenos baldios, através dos respectivos órgãos de administração; Empresas de serviços e empresas transformadoras de material lenhoso e resina e empresas transformadoras de cortiça	-	-
MEDIDA 1.4 - Valorização da Produção de Qualidade			
ACÇÃO 1.4.1 - Apoio aos Regimes de Qualidade	Produtores de produtos agrícolas para consumo humano, integrados num sistema de qualidade agro-alimentar reconhecido.	-	-
ACÇÃO 1.4.2 - Informação e Promoção de Produtos de Qualidade	Conjuntos de agrupamentos de produtores de diferentes produtos ou do mesmo produto e agrupamentos de produtores de um único produto.	-	-
ACÇÃO 1.4.3 - Adaptação às Normas Exigentes	Agricultores em nome individual ou colectivo.	Agricultores sujeitos a uma norma exigente, baseada na regulamentação comunitária, recentemente transposta para a legislação nacional, cujo impacto e relevância tenha sido previamente reconhecido para efeitos de apoio.	Cumprir com a obrigação recentemente instituída, no prazo estipulado para o efeito.

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente

Tabela de Beneficiários, condições de acesso e compromissos

	Beneficiários	Condições de acesso	Compromissos
MEDIDA 1.5 - Instrumentos Financeiros e de Gestão de Riscos e de Crises			
ACÇÃO 1.5.1 - Instrumentos financeiros	<p>Fundos e Sociedades Gestoras de Capital de Risco; Fundos de Garantia e Contra-Garantia; Fundos Mutualistas; Sociedades de Garantia Mútua; Fundos de Investimento Imobiliário Florestal; Fundos Imobiliários de propriedade rural; Fundos de Desenvolvimento Tecnológico; Fundos de Compensação de Sinistralidade; Fundos de Sociedades Gestoras de Coberturas de Riscos e Crises</p> <p>Empresas agrícolas, agro alimentares e florestais fundadoras de Sociedades de Garantia Mútua (fase de arranque)</p> <p>Consideram-se como destinatários finais as empresas do sector agrícola, florestal e agroindustrial, os proprietários agrícolas e florestais e as organizações de agricultores e produtores florestais</p>	-	-
ACÇÃO 1.5.2 - Restabelecimento do potencial produtivo	<p>Produtores agrícolas cujas explorações foram atingidas pelos efeitos de catástrofes ou calamidades, individualmente ou através de organizações de agricultores</p>	-	-
MEDIDA 1.6 - Regadios e outras infra-estruturas colectivas			
ACÇÃO 1.6.1 - Desenvolvimento do Regadio	<p>Empresários agrícolas, proprietários e outros legítimos possuidores de prédios rústicos ou parcelas de prédios rústicos, em número igual ou superior a 10, desde que situados em zona a beneficiar, com área contígua igual ou superior a 100 ha, e que se apresentem associados sob formas jurídicas ou contratuais que assegurem uma adequada gestão e manutenção das infra-estruturas, isoladamente ou em parceria com os organismos da Administração Central;</p> <p>Organismos da Administração Pública;</p> <p>Entidades de interesse público</p>	-	-

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente

Tabela de Beneficiários, condições de acesso e compromissos

	Beneficiários	Condições de acesso	Compromissos
ACÇÃO 1.6.2 - Regadio de Alqueva	Empresa de Desenvolvimento das Infra-estruturas de Alqueva, SA (EDIA), isoladamente ou em parceria com Organismos da Administração Pública, Associações de beneficiários, proprietários ou outras pessoas colectivas; Associações de beneficiários e regantes ou outras pessoas colectivas.	-	-
ACÇÃO 1.6.3 - Sustentabilidade dos regadios públicos	Agricultores utentes dos aproveitamentos hidroagrícolas organizados em Associações de Beneficiários e/ou Regantes ou Juntas de Agricultores desses aproveitamentos isoladamente ou em parceria com os organismos da Administração Central ou Local ou com entidades de interesse público; Organismos da Administração Pública	-	-
ACÇÃO 1.6.4 - Modernização dos Regadios Colectivos Tradicionais	Juntas de Agricultores, Cooperativas de Rega ou outras pessoas colectivas, isoladas ou em parceria com Organismos da Administração Pública.	-	-

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente

Tabela de Beneficiários, condições de acesso e compromissos

	Beneficiários	Condições de acesso	Compromissos
<p>MEDIDA 1.7- Projectos de Impacto Relevante</p>			
<p>ACÇÃO 1.7.1 - Projectos Estratégicos de Fileira</p>	<p>Pessoas individuais ou colectivas que exerçam a actividade agrícola; Empresas e organizações de produtores com plano de investimentos e/ou acordos contratuais para produção de matéria-prima em explorações agrícolas de associados; Empresas de transformação e ou comercialização de produtos agrícolas, na acepção da definição de PME e que transformem produtos constantes no Anexo I do Tratado de Amesterdão, com excepção da cortiça; Empresas de transformação ou comercialização de produtos agrícolas, com 250 a 749 empregados ou com um volume de negócios superior a 50 e inferior a 200 milhões de €</p>		

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente

Tabela de Beneficiários, condições de acesso e compromissos

	Beneficiários	Condições de acesso	Compromissos
ACÇÃO 1.7.2 - Projectos Estruturantes	<p>Pessoas individuais ou colectivas que exerçam a actividade agrícola;</p> <p>Empresas e organizações de produtores com plano de investimentos e/ou acordos contratuais para produção de matéria-prima em explorações agrícolas de associados;</p> <p>Empresas de transformação e ou comercialização de produtos agrícolas, na acepção da definição de PME e que transformem produtos constantes no Anexo I do Tratado de Amesterdão, com excepção da cortiça;</p> <p>Empresas de transformação ou comercialização de produtos agrícolas, com 250 a 749 empregados ou com um volume de negócios superior a 50 e inferior a 200 milhões de €;</p> <p>Centros tecnológicos, associações sectoriais, profissionais ou técnicas e outras entidades privadas associadas e agentes de desenvolvimento</p>		

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente

Tabela de Beneficiários, condições de acesso e compromissos

	Beneficiários	Condições de acesso	Compromissos
Sub-Programa 2 - Gestão Sustentável do Espaço Rural			
MEDIDA 2.1 - Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas			
ACÇÃO 2.1.1 - Manutenção da Actividade Agrícola fora da Rede Natura	Agricultores em nome individual ou colectivo.	<p>São elegíveis os detentores de explorações agrícolas que respeitem as seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Situadas na totalidade ou em parte em zona desfavorecida; • Com uma Superfície Agrícola Utilizada (SAU) \geq a 1 ha em zona desfavorecida ; • Com uma dimensão económica máxima de 40 UDE (48.000 €) ; • Com encabeçamento em pastoreio igual ou inferior a: <ul style="list-style-type: none"> - 3 CN por ha de SAU, no caso de se tratar de explorações em zona de montanha ou de explorações com SAU menor ou igual a 2 ha, - 2 CN por ha de superfície forrageira, no caso de se tratar de explorações nas restantes zonas desfavorecidas e com mais de 2 ha de SAU 	Respeitar para o conjunto da exploração as exigências da condicionalidade prevista nos artigos 4 e 5 do Reg (CE) nº 1782/2003 e nos respectivos anexos III e IV (cf 5.3.2.1)
ACÇÃO 2.1.2 - Manutenção da Actividade Agrícola em Rede Natura	Agricultores em nome individual ou colectivo.	<p>São elegíveis os detentores de explorações agrícolas que respeitem as seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Situadas na totalidade ou em parte em zona desfavorecida; • Com uma Superfície Agrícola Utilizada (SAU) \geq a 1 ha em zona desfavorecida ; • Com uma dimensão económica máxima de 40 UDE (48.000 €) ; • Com encabeçamento em pastoreio igual ou inferior a: <ul style="list-style-type: none"> - 3 CN por ha de SAU, no caso de se tratar de explorações em zona de montanha ou de explorações com SAU menor ou igual a 2 ha, - 2 CN por ha de superfície forrageira, no caso de se tratar de explorações nas restantes zonas desfavorecidas e com mais de 2 ha de SAU 	<p>Respeitar para o conjunto da exploração as exigências da condicionalidade prevista nos artigos 4 e 5 do Reg (CE) nº 1782/2003 e nos respectivos anexos III e IV (cf 5.3.2.1)</p> <p>Manutenção da actividade agrícola em boas condições de produção e livre de infestantes arbustivas em toda a área candidata;</p> <p>Manutenção das árvores, dos muros de pedra posta e da sebe arbustiva e/ou arbórea de espécies autóctones entre as parcelas e nas extremas das propriedades, não tratando com herbicidas;</p> <p>Manutenção dos pontos de água acessíveis à fauna, no período crítico de Verão;</p> <p>Manutenção da vegetação arbórea e arbustiva ao longo das linhas de água, sem prejuízo das limpezas e regularizações necessárias ao adequado escoamento</p>

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE

Tabela de Beneficiários, condições de acesso e compromissos

	Beneficiários	Condições de acesso	Compromissos
<p>MEDIDA 2.2 - Valorização de Modos de Produção</p>			
<p>ACÇÃO 2.2.1 - Alteração de Modos de Produção Agrícola</p>	<p>Agricultores, em nome individual ou colectivo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▫ Submeter toda a superfície agrícola utilizada (SAU) da unidade de produção ao modo de produção integrado ou modo de produção biológico segundo o normativo base; ▫ Para cada parcela, espécie cultivada ou tipo de produção animal existente, só pode ser seguido um dos modos de produção; ▫ Candidatar toda a superfície da mesma cultura, no caso de culturas temporárias; ▫ Ter efectuado, junto da entidade competente a notificação relativa ao Modo de Produção biológico (MPB) ▫ Não utilizar sementes de variedades geneticamente modificadas (OGM); ▫ Ter submetido a unidade de produção ao regime de controlo efectuado por uma entidade de controlo e certificação (OPC), reconhecida para o efeito ; ▫ Sem prejuízo do previsto em cada normativo associado a um modo de produção, sejam titulares de uma unidade de produção cujo encabeçamento em pastoreio seja igual ou inferior a: <ul style="list-style-type: none"> - 3 CN por ha de SAU no caso de se tratar de Unidades de Produção em zona de montanha ou de Unidades de Produção até 2 ha de SAU; - 2 CN por ha de superfície forrageira , nos restantes casos; ▫ Cumprir os requisitos em matéria de condicionalidade de acordo ▫ Cumprir os requisitos estabelecidos no Plano de Acção, nas zonas 	<ul style="list-style-type: none"> ▫ Manter as condições de acesso; ▫ Planificação e registo das actividades de toda a Unidade de Produção, em caderno de campo. Manter actualizado o caderno de campo relativamente aos seguintes conteúdos: <ul style="list-style-type: none"> • Caracterização e diagnóstico da unidade de produção candidata, indicando: <ul style="list-style-type: none"> o O plano de fertilização e de protecção fitossanitária; o As rotações a praticar; o Para a componente pecuária: <ul style="list-style-type: none"> - plano alimentar e sanitário, - plano de gestão de efluentes; • Análises e resultados: análises de terras, de água e de material vegetal efectuadas; • Registos da Componente vegetal: relativos à aplicação de produtos fitofarmacêuticos, fertilizantes, dotações de rega, justificando a necessidade da sua aplicação e das condições em que os mesmos foram aplicados; • Registos da Componente animal: cuidados sanitários prestados e alimentação do efectivo pecuário (autoaprovisionamento - áreas de pastagens / forragens e aquisição de alimentos no exterior da unidade de produção); ▫ Produzir com destino directo ou indirecto ao consumo humano e vender a produção obtida sob controlo da OPC , relativa à superfície objecto da candidatura ▫ Sem prejuízo do cumprimento dos respectivos normativos

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE

Tabela de Beneficiários, condições de acesso e compromissos

	Beneficiários	Condições de acesso	Compromissos
Acção 2.2.2 Protecção da Biodiversidade Doméstica	Criadores, individuais ou colectivos de animais das raças autóctones ameaçadas de extinção	<ul style="list-style-type: none"> ▫ Explorar um efectivo de animais das raças autóctones ameaçadas de extinção, identificadas no quadro anexo à acção, registado no respectivo Registo Zootécnico ou Livro Genealógico; ▫ Não exceder um encabeçamento em pastoreio de: <ul style="list-style-type: none"> - 3 CN por ha de SAU, no caso de se tratar de Unidades de Produção em zona de montanha ou de Unidades de Produção até 2 ha de SAU, - 2 CN por ha de superfície forrageira, nos restantes casos; ▫ Participarem num plano de conservação (Classes 1 e 2) ou melhoramento da raça (Classes 3 e 4). 	<p>Manter as condições de acesso;</p> <p>Explorar os animais em linha pura;</p> <p>Comunicar à entidade responsável do Livro Genealógico ou Registo Zootécnico todas as alterações do efectivo;</p> <p>Fazer prova anual do efectivo presente na unidade de produção e manter a situação sanitária regularizada;</p> <p>Cumprir as normas do Livro Genealógico ou Registo Zootécnico;</p> <p>Disponibilizar, quando solicitado previamente, a recolha de material de propagação para o Banco Português de Germoplasma Animal (ou outra Entidade a indicar).</p>
ACÇÃO 2.2.3 - Conservação e Melhoramento de Recursos Genéticos	-	-	-
Sub-Acção 2.2.3.1 Componente Vegetal	Entidades públicas e entidades privadas em parcerias público/privadas	Espécies e variedades desenvolvidas pelos agricultores e populações rurais adaptadas às condições ambientais locais e produzidas em sistemas agrícolas tradicionais.	-
Sub-Acção 2.2.3.2 Componente Animal	Organizações associativas que tenham a seu cargo a gestão, por delegação de competências, de livros genealógicos ou registos zootécnicos, no caso das raças autóctones e das raças exóticas. No caso da raça bovina frísia deverão dispor, por delegação de competências, de uma base de dados nacional relativa ao melhoramento genético desta raça, com especial incidência nos dados de contraste leiteiro. Entidades públicas e entidades privadas em parcerias público/privadas.	Adesão a um plano de melhoramento e disponibilização da respectiva informação por parte das Associações para as bases de dados oficiais.	-

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente

Tabela de Beneficiários, condições de acesso e compromissos

	Beneficiários	Condições de acesso	Compromissos
MEDIDA 2.3 - Gestão do Espaço Florestal e Agro-Florestal			
ACÇÃO 2.3.1 - Minimização de riscos		-	-
Subacção 2.3.1.1 - Defesa da Floresta contra Incêndios	<p>Prioridades:</p> <p>Entidades Gestoras das Zonas de Intervenção Florestal;</p> <p>Organizações de produtores florestais;</p> <p>Órgãos de administração de baldios e associações de baldios, outras entidades gestoras de baldios;</p> <p>Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento Imobiliário;</p> <p>Autarquias locais e Associações Intermunicipais;</p> <p>Organismos da administração pública;</p> <p>Proprietários e produtores florestais.</p>	-	-
Subacção 2.3.1.2 - Protecção contra Agentes Bióticos Nocivos	<p>Entidades Gestoras das Zonas de Intervenção Florestal</p> <p>Organizações de Produtores Florestais</p> <p>Órgãos de administração de baldios e associações de baldios, outras entidades gestoras de baldios</p> <p>Proprietários e produtores florestais</p> <p>Organismos da Administração Pública e Autarquias Locais e Associações Intermunicipais</p> <p>Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento Imobiliário</p>	-	-
ACÇÃO 2.3.2 - Ordenamento e Reconversão dos Povoamentos		-	-

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente

Tabela de Beneficiários, condições de acesso e compromissos

	Beneficiários	Condições de acesso	Compromissos
Subacção 2.3.2.1 - Recuperação do Potencial Produtivo	Produtores /proprietários florestais; Organizações de Produtores Florestais; Organismos da administração central; Organismos da administração local e Associações Intermunicipais; Entidades gestoras das ZIF; Órgãos de administração de baldios, associações de baldios e outras entidades gestoras de baldios; Entidades gestoras de fundos imobiliários florestais; Empresas participadas pelo Estado em menos de 50%.		
Subacção 2.3.2.2 - Instalação de Sistemas Florestais e de Sistemas Agro-florestais	Agricultores; Produtores e outros proprietários florestais; Organizações de Produtores Florestais; Organismos da administração central; Organismos da administração local e Associações Intermunicipais; Entidades gestoras das ZIF; Entidades gestoras de baldios; Entidades gestoras de fundos imobiliários florestais; Empresas participadas pelo Estado em menos de 50%.		
ACÇÃO 2.3.3 - Valorização ambiental dos espaços florestais	Proprietários, produtores florestais e suas organizações; Entidades gestoras de baldios; Organismos da administração central e local	Considera-se como condição de acesso, um montante mínimo de investimento de 5000 euros e máximo de 25 000 euros, no caso de promotores de natureza privada, 50 000 euros no caso de entidades gestoras de baldios e organizações de produtores florestais e 100 000 euros no caso de organismos da administração central e autárquica. Os montantes máximos referidos não se aplicam aos investimentos relativos à elaboração do cadastro das freguesias que integram as áreas elegíveis.	
MEDIDA 2.4. - Intervenções Territoriais Integradas	Dada a complexidade das condições de acesso, beneficiários e compromissos relativos às ITI's, incompatível com a simplicidade desta representação, recomenda-se a consulta do documento integral do PDR para aceder à informação.		

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente

Tabela de Beneficiários, condições de acesso e compromissos

	Beneficiários	Condições de acesso	Compromissos
MEDIDA 2.5 - Investimentos de Requalificação Ambiental	<p>Entidades sectoriais (bovinicultura, suinicultura, avicultura, matadouros, adegas, lagares e queijarias) que se enquadrem no Plano de Acção e respeitem o cumprimento de um Plano Regional de Gestão Integrada nos respectivos Núcleos de Acção Prioritária</p> <p>Essas entidades incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Agricultores e Organizações de agricultores; • Empresas agro-industriais e cooperativas; • Estruturas empresariais de tratamento e valorização de efluentes 	<p>Apresentação do projecto nas condições definidas no quadro do Plano Regional de Gestão Integrada e nos subsequentes Planos de Acção</p>	
Sub-Programa 3 - Dinamização das Zonas Rurais			
MEDIDA 3.1 - Diversificação da Economia e Criação de Emprego em Meio Rural			
ACÇÃO 3.1.1 - Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola	Agricultor ou membro da sua família.	<p>Projectos de investimento de valor igual ou superior a 5.000 €.</p> <p>Outros requisitos de acesso: cumprimento da legislação aplicável relativa ao ambiente, higiene e bem estar animal; contabilidade na modalidade obrigatória de acordo com volume de negócios; viabilidade económica através do cumprimento de critérios a definir em sede de regulamentação operacional; capacidade profissional adequada à actividade a desenvolver</p>	
ACÇÃO 3.1.2 - Criação e Desenvolvimento de Micro Empresas	Microempresas conforme definição na recomendação da Comissão 2003/361/EC	<p>Projectos de investimento de valor igual ou superior a 5.000 €.</p> <p>Outros requisitos de acesso: as actividades produzam bens e serviços transaccionáveis; contabilidade na modalidade obrigatória de acordo com volume de negócios; viabilidade económica através do cumprimento de critérios a definir em sede de regulamentação operacional; capacidade profissional adequada à actividade a desenvolver</p>	

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente

Tabela de Beneficiários, condições de acesso e compromissos

	Beneficiários	Condições de acesso	Compromissos
ACÇÃO 3.1.3 - Desenvolvimento de Actividades Turísticas e de Lazer	Qualquer pessoa singular ou colectiva de direito privado.	Projectos de investimento de valor igual ou superior a 5.000 €. Outros requisitos de acesso: as actividades produzam bens e serviços transaccionáveis; cumprimento da legislação aplicável relativa à actividade; contabilidade na modalidade obrigatória de acordo com volume de negócios; viabilidade económica através do cumprimento de critérios a definir em sede de regulamentação operacional; capacidade profissional adequada	-
MEDIDA 3.2 - Melhoria da Qualidade de Vida			
ACÇÃO 3.2.1 - Conservação e Valorização do Património Rural	Qualquer pessoa singular ou colectiva de direito privado, ou autarquias locais no âmbito de um plano de intervenção	Projectos de investimento de valor igual ou superior a 5.000 €.	-
ACÇÃO 3.2.2 - Serviços Básicos para a População Rural	Parcerias privadas ou publico-privadas cuja componente pública não seja maioritária; IPSS e ONG.	Projectos de investimento de valor igual ou superior a 5.000 €.	-
MEDIDA 3.3 - Aquisição de competências e animação para o desenvolvimento local em zonas rurais	Parceiros de GAL.	Operações que concorram para a elaboração da estratégia de Desenvolvimento Local; Operações coerentes com as necessidades do território e a estratégia de desenvolvimento identificada pelo GAL no PDL.	-
MEDIDA 3.4 - Implementação de estratégias de desenvolvimento local	-	-	-
MEDIDA 3.5 - Cooperação LEADER para o Desenvolvimento das Zonas Rurais			
ACÇÃO 3.5.1 - Cooperação Interterritorial	Grupos de Acção Local (GAL) reconhecidos como organismos intermédios de gestão ou outros parceiros envolvidos no projecto	Projectos inseridos ou enquadrados na estratégia de Desenvolvimento Local.	-
ACÇÃO 3.5.2 - Cooperação Transnacional	Grupos de Acção Local (GAL) reconhecidos como organismos intermédios de gestão	Projectos elaborados a partir de ideias de projectos seleccionadas por concurso publico.	-

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente

Tabela de Beneficiários, condições de acesso e compromissos

	Beneficiários	Condições de acesso	Compromissos
MEDIDA 3.6 - Funcionamento dos Grupos de Acção Local (GAL), aquisição de competências e animação	Grupos de Acção Local (GAL) reconhecidos como organismos de gestão intermédia.	PDL aprovado.	-
Sub-Programa 4 - Promoção do Conhecimento e Desenvolvimento de Competências			
MEDIDA 4.1 - Cooperação para Inovação	Empresas agrícolas e florestais, agro-alimentares, de transformação de produtos florestais, associações sectoriais, centros tecnológicos, entidades públicas	-	-
MEDIDA 4.2 - Informação e Formação Profissional			
ACÇÃO 4.2.1 - Formação contínua especializada	Entidades públicas ou privadas promotoras da formação profissional.	-	-
ACÇÃO 4.2.2 - Redes Temáticas de Informação e Divulgação	Associações sectoriais, cooperativas ou centros tecnológicos e instituições.	-	-
MEDIDA 4.3 - Serviços de apoio ao desenvolvimento			
ACÇÃO 4.3.1 - Serviços de Aconselhamento Agrícola			
Sub-Acção 4.3.1.1 - Desenvolvimento de Serviços de Aconselhamento	Entidades associativas ou cooperativas reconhecidas nos termos da legislação nacional específica	-	-
Sub-Acção 4.3.1.2 - Aquisição de serviços de aconselhamento	Agricultores, a título individual ou colectivo, que desenvolvam qualquer actividade agrícola, de acordo com o artigo 2º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003.	-	-
ACÇÃO 4.3.2 - Serviços de Apoio às Empresas	Qualquer pessoa singular ou colectiva, privada ou cooperativa.	-	-

Anexo V – Tabela de Indicadores vs. Medidas

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE

Tabela de Indicadores por Medida

Indicador		Tendência desejada	Sub-programa 1							Sub-programa 2					Sub-programa 3						Sub-programa 4		
			1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	4.1	4.2	4.3
Execução financeira	Despesa Pública realizada	-																					
	FEADER	-																					
Realização	% formandos que recebe apoio noutras medidas do programa	Aumento																					
	Proporção (valor) de equipamento agrícola adquirido para utilização por múltiplos agricultores	Aumento																					
	Área agrícola apoiada noutras zonas desfavorecidas	Aumento																					
	Área agrícola/ nº explorações apoiadas em zonas de montanha ou outras zonas desfavorecidas	Aumento																					
	Área física sob apoio agro-ambiental	Aumento																					
	Área florestal com pagamentos silvo ambientais	Aumento																					
	Área florestal danificada apoiada	Aumento																					
	Área total coberta pelos GAL com projectos apoiados nestas acções	Aumento																					
	Área total coberta pelos GAL com projectos apoiados nestas acções	Aumento																					
	Área total sob apoio agro-ambiental	Aumento																					
	Áreas florestais apoiadas (privadas e públicas)	Aumento																					
Consumo de água por ha	Diminuição																						

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente

Tabela de Indicadores por Medida

Indicador	Tendência desejada	Sub-programa 1							Sub-programa 2					Sub-programa 3						Sub-programa 4			
		1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	4.1	4.2	4.3	
Realização	Quociente entre área regada por pressão e gravidade																						
	Investimentos envolvendo energias renováveis ou resíduos de outras actividades																						
	Montante total do investimento																						
	N.º acções/intervenções apoiadas																						
	N.º agricultores apoiados																						
	N.º beneficiários do apoio a adaptação a normas																						
	N.º de acções de aquisição de competências e de animação																						
	N.º de candidaturas relacionadas com os recursos genéticos																						
	N.º de dias de formação recebidos																						
	N.º de prédios que adquirem acesso adequado																						
	Área do perímetro com reestruturação predial																						
	N.º de blocos que passaram ter área superior à média regional																						
	N.º de prédios que adquirem acesso a electricidade																						
	N.º de elementos do património rural apoiados																						

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente

Tabela de Indicadores por Medida

Indicador	Tendência desejada	Sub-programa 1							Sub-programa 2					Sub-programa 3						Sub-programa 4				
		1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	4.1	4.2	4.3		
Realização	N.º de explorações ou de unidades com outras formas de gestão apoiadas																							
	N.º de GAL em cooperação																							
	N.º de iniciativas de cooperação apoiadas																							
	N.º de micro-empresas apoiadas																							
	N.º de novos elementos infra-estruturais apoiados																							
	N.º de novos serviços implementados																							
	N.º de parcerias público-privadas apoiadas																							
	N.º de participações em capital em empresas do sector																							
	N.º de participantes nas acções apoiadas																							
	N.º de participantes nas Acções de Formação/aquisição de competências																							
	N.º de projectos de cooperação apoiados																							
	N.º empresas apoiadas																							
	N.º explorações apoiadas com participação num regime de qualidade alimentar																							
	N.º GAL com projectos apoiados nestas acções																							

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE

Tabela de Indicadores por Medida

Indicador		Tendência desejada	Sub-programa 1							Sub-programa 2					Sub-programa 3						Sub-programa 4		
			1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	4.1	4.2	4.3
Realização	Nº jovens agricultores com apoio de serviços de aconselhamento ou de gestão	Aumento	■																				
	Nº jovens agricultores com prémio de desempenho	Aumento	■																				
	Nº projectos que envolvam estruturas de I&DT	Aumento																			■		
	Nº proprietários florestais apoiados em investimentos não produtivos	Aumento									■	■										■	
	Nº total de contratos	Aumento								■	■	■										■	
	População total coberta pela área do GAL	Aumento																■					
	Produção Comercializada declarada	Aumento								■													
	SAL em Natura2000	-											■										
	Valor declarado da Produção Comercializada	Aumento								■													
	Volume total de investimento	-	■		■							■	■										
Resultado	% activos do sector que beneficiaram das redes temáticas	Aumento																				■	
	% área arborizada com folhosas	Aumento									■											■	
	% povoamentos mistos no total da superfície arborizada	Aumento									■											■	
	Área apoiada afectada por incêndios /Área afectada nacional	Diminuição										■										■	

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente

Tabela de Indicadores por Medida

Indicador	Tendência desejada	Sub-programa 1							Sub-programa 2					Sub-programa 3						Sub-programa 4			
		1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	4.1	4.2	4.3	
Resultado	Concentração de NO ₃ ⁻ , Fósforo total e coliformes fecais nas águas superficiais																						
	Crescimento do VAB não agrícola dos negócios apoiados																						
	Cumprimento de exigências ambientais, segurança e prevenção de riscos (especificar)																						
	Emissão total de substâncias acidificantes e eutroficantes																						
	Emissões CH ₄ no sector agrícola																						
	Emissões CO ₂ no sector agrícola																						
	Emissões N ₂ O no sector agrícola																						
	Energia proveniente de fontes renováveis																						
	Evolução das áreas de prados e pastagens permanentes biodiversas																						
	Evolução das áreas florestais nas explorações agrícolas																						
	Evolução das áreas sob sementeira directa																						
	N.º adicional de visitas de turistas																						
N.º agricultores ou proprietários florestais que finalizaram com sucesso as acções de formação																							

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente

Tabela de Indicadores por Medida

Indicador	Tendência desejada	Sub-programa 1							Sub-programa 2					Sub-programa 3						Sub-programa 4					
		1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	4.1	4.2	4.3			
Resultado	N.º bruto de empregos criados	Aumento													1				1	1					
	N.º de acções de formação bem sucedidas	Aumento																1		1					
	N.º de participantes que terminaram com sucesso as actividades de formação	Aumento															1								
	N.º de start ups criadas com capital de risco	Aumento					1																		
	N.º empresas que introduzam novos produtos ou técnicas inovadoras	Aumento	1	1	1																1				
	Nº de predadores de topo	Aumento										1													
	Nº empresas com SGA certificado em acts abrangidas PERAGRI	Aumento											1												
	Nº incêndios na área sujeita à acção minimização de riscos / Nº incêndios nacional/ha	Diminuição										1													
	Número de explorações de aves de capoeira licenciadas	Aumento												1											
	Número de matadouros licenciados	Aumento												1											
	Número de suiniculturas licenciadas	Aumento												1											
	População beneficiada pela melhoria dos serviços	Aumento												1		1									
Produção anual RA/PIB e RA/VAB agrícola	Diminuição												1												

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente

Tabela de Indicadores por Medida

Indicador	Tendência desejada	Sub-programa 1							Sub-programa 2					Sub-programa 3						Sub-programa 4								
		1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	4.1	4.2	4.3						
Resultado	Quantidade de Resíduos Agrícolas Perigosos (RAP) (ton)	Diminuição																										
	Quantidade de resíduos de origem agrícola	Diminuição																										
	RA depositados (D) versus valorizados (R)	Diminuição																										
	RA produzidos/capacidade tecnossistemas dedicado	Diminuição																										
	Razão coliformes fecais/estreptococos nas águas superficiais	Diminuição																										
	Relação capital de risco/capital investido	Aumento																										
	Relação da garantia de risco/capital investido	Aumento																										
	SAL de áreas de explorações agrícas c/ elev valor natural	Aumento																										
	Superfície arborizada em áreas susceptíveis à desertificação	Aumento																										
	Taxa de jovens (<25 anos) desempregados	Diminuição																										
	Utilização de biocombustíveis no sector dos transportes (quota de mercado)	Aumento																										
	Utilização de fertilizantes	Diminuição																										
	Utilização de pesticidas	Diminuição																										
	Valor da produção agrícola com normas reconhecidas	Aumento																										
	Variação do nível de ameaça das variedades apoiadas	Diminuição																										

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente

Tabela de Indicadores por Medida

Indicador	Tendência desejada	Sub-programa 1							Sub-programa 2					Sub-programa 3						Sub-programa 4			
		1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	4.1	4.2	4.3	
Resultado	Volume disponibilizado de produtos certificados	Aumento																					
Impacto	Acréscimo VAB/UTA	Aumento																					
	Contribuição para o combate às alterações climáticas	Aumento																					
	Crescimento Económico	Aumento																					
	Criação de Emprego	Aumento																					
	Ecoeficiência na utilização de água (VAB/consumo)	Aumento																					
	Manutenção da área de Sistemas de Alto Valor Natural	Aumento																					
	Melhoria da qualidade da água	Aumento																					
	Nº adicional de empregos líquidos criados (medido em Equivalente Tempo Inteiro - FTE)	Aumento																					
	Qualidade da água: Balanço Bruto dos Nutrientes	Aumento																					
	Reversão do declínio da Biodiversidade	Diminuição																					
Impacto	Sequestro de carbono por florestas	Aumento																					
	Sequestro de carbono por pastagens	Aumento																					
	Sequestro de carbono por solos agrícolas	Aumento																					
Valor Acrescentado Líquido adicional (VALpps)	Aumento																						

AValiação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente

Tabela de Indicadores por Medida

Indicador	Tendência desejada	Sub-programa 1							Sub-programa 2					Sub-programa 3						Sub-programa 4			
		1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	4.1	4.2	4.3	
Adicionais	Área e representatividade de habitats naturais associados aos lameiros	Aumento																					
	Índice de composição e diversidade florística dos habitats naturais associados aos lameiros	Aumento																					
	Estado de conservação de bosques e bosquetes de espécies arbóreas e habitats naturais associados	Aumento																					
	Nº efectivos reprodutores e tendências populacionais de espécies de aves estepárias,	Aumento																					
	Nº efectivos reprodutores e tendências populacionais de espécies de aves necrófagas e rupícolas	Aumento																					
	Índice de composição e estrutura de povoamentos de espécies de aves	Aumento																					

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL**

Anexo VI – Zonas Vulneráveis à Poluição por Nitratos

ÁGUAS POLUÍDAS POR NITRATOS E DELIMITAÇÃO DAS ZONAS VULNERÁVEIS			
N.º	Nome	Carta (IGeoE) 1 : 25 000	Delimitação
CONTINENTE			
1	Zona Vulnerável de Esposende Vila do Conde	68, 82 e 96	Área delimitada pelo limite das freguesias de Antas, Forjães, Vila Chã, Curvos, Vila Cova, Perelhal, Fornelos, Gilmonte, Milhazes, Vilar de Figos, Paradela, Cristelo, Barqueiros, Estela, Navais, Aver-o-Mar, seguindo pela IC 1 até ao limite da freguesia de Argivai até ao IC 1 para sul até ao limite da freguesia de Touguinha, seguindo pela freguesia de Vila do Conde e a orla costeira até à freguesia de Antas.
2	Zona Vulnerável de Aveiro	185 e 196	Área delimitada pela EN 109, caminho de ferro Aveiro - Pampilhosa, IP 1 e caminho de ferro Sernada do Vouga - Aveiro até EN 109.
3	Zona Vulnerável de Faro	606, 607, 610 e 611	Área delimitada pela estrada de acesso à ilha de Faro, ponte do Aeroporto, EM 527, EM Monte Negro – Ludo até Biogal, Pontal Torre, EM 540, EN 125, ribeira de S. Lourenço, caminho de ferro até Caliços, estrada do matadouro, EN 125-4, EN 520-3, EN 517, EM 1312, Azinheiro segue direcção Sul passando por aldeia Cova, EM 515 até pontão do Lobo segue a ribeira até ribeira de Bela Mandil, Pechão EM 2-6, caminho de ferro Olhão – Faro até Pontes de Marchil, EN 527 até cruzamento com estrada de terra batida, vedação do aeroporto, estrada de acesso à ilha de Faro.
4	Zona Vulnerável de Mira	195, 196, 206 e 207	Área delimitada pela vala corrente dos Fojos, EN109, EM 598-2, EM 598, EN 599, Covão do Lobo, EN 334, ribeira do Palhal, vala corrente dos Fojos.
5	Zona vulnerável do Tejo	329, 330, 331, 341, 342, 353 e 354	Área delimitada pela EN 3-9, ponte de Constância até à EN 3, saída de Constância ao quilómetro 97 saída sul de Capareira para a estrada que passa a Casal de Montalvo pelo leste até à Quinta da Léguas, Casarões, pelo norte até à EN 3, segue até ao rio de Moinhos, à saída antes da entrada da Quinta da Capela vira à direita, segue a estrada junto ao rio, Caldelas, atravessa o rio em Porto da Barca (Tramagal), segue estrada através da linha da CP em direcção a oeste até Constância Sul, segue até à ponte de Constância até ao meio do rio, intercepta limite do concelho da Barquinha até Arrepiado, segue limite urbano a sul até à EN 118, Carregueira-Pinheiro Grande-Chamusca- Vale Cavalos-Alpiarça, saída para a pte de Alpiarça directo à Quinta da Torrinha até ao limite do concelho de Alpiarça, segue a norte pelo limite oeste até ao rio Alviela, seguindo ao longo do limite da freguesia de Pombalinho (incluída), São Vicente do Paul (incluída), sai do Alviela em vala do Outeiro até intercepção com limite de freguesia Pombalinho, segue este limite até à intercepção dos limites do concelho da Golegã, segue a norte até à linha da CP por nordeste, exclui a área protegida de Paul do Boquilobo, que contorna por leste até Tancos, segue a linha da CP até a EN 3-9.
6	Zona vulnerável de Beja	509, 510, 520, 521, 522, 531, 532 e 533	Área delimitada pela EN 2 em Ferreira do Alentejo, estrada de campo em direcção a Mombeja, contornando a albufeira da B. de Monte Novo à cota do nível de máxima cheia (NMC). Em Mombeja atravessa a EM 529 e segue por estrada de campo que passa pelo Monte da Corte Negra, Penedo Gordo, EM 513, Santa Clara de Louredo, seguindo por estrada de campo para o Monte da Misericórdia até ao Monte das Cabeceiras, inflectindo para nordeste até à EN 511, seguindo por esta até à Salvada. Segue por estrada de campo até ao Monte da Gravia Nova, CM 1067, Monte da Corte Condessa, estrada de campo que atravessa o rio Guadiana no sítio da Azenha da Ordem, São Brás, segue pela EM 514, sentido sul, até à estrada de campo que passa pela Quinta da Junqueira, Herdade do Peixoto e Alto da Esconcha, inflectindo para noroeste em direcção a Guadalupe, entrocando na EM 514, em direcção a Serpa, contornando esta por oeste, entrocando na EN 260 (IP 8). Segue por esta em direcção a Beja, até ao cruzamento da antiga estrada que atravessa o rio Guadiana, junto ao Monte da Sameira, seguindo pela ribeira do Enxoé até Casa Branca, EN 265, atravessa a linha de caminho de ferro, inflecte para oeste, por estrada de campo, em direcção ao Monte da Canada onde atravessa o rio Guadiana; passa pelo Monte do vale do Vinagre até Baleizão; inflecte para sul por estrada de campo até à EN 260 (IP 8); segue por esta na direcção oeste, EN 388, cruza a linha de caminho de ferro no Monte do Moinho, EM 512 até à

**AValiação Ambiental Estratégica do
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL**

			<p>estrada de campo que dá acesso ao Monte do Alto; no Monte da Lobatinha inflecte para sudoeste seguindo estrada paralela ao Barranco da Azinheira, Monte do Zambujeiro, Padrão, CM 1046 até à linha de caminho de ferro, segue esta até à Quinta das Fontainhas, estrada de circunvalação de Beja (CM 1091), EN 121 (IP 8), EM 528-2, São Brissos, Trigaches, inflectindo para sul pelo CM 1031, segue para oeste pelo barranco do Poço da Canada; na ribeira do Pisão inflecte para sul, Poço da Aldeia da Ribeira, segue por estrada de campo para Fonte de Palhais, inflecte para oeste pelo CM 1029, Peroguarda, EN 387, seguindo por estrada de campo para oeste que passa entre as albufeiras das barragens situadas na ribeira da Capela até à EN 2, seguindo por esta até Ferreira do Alentejo.</p>
7	Zona vulnerável de Elvas-Vila Boim	399, 400, 413, 414, 427 e 428	<p>Área delimitada pela estrada de campo desde Vila Boim em direcção ao Monte Valbom, Monte Texugo, Monte da Atalaia, Monte da Alcarapinha, Monte do Passo até à EN 243-1; inflecte para norte passando por Vila Fernando até Barbacena em direcção à EN 246, passando por Monte do Torrão, Monte da Carvalha, Monte das Palminhas, Monte da Cabeça Gorda, Monte da Vila Cova e Horta da Vimagreira. Na EN 246 inflecte para sueste em direcção a Elvas, passando por São Vicente; segue ao longo da ribeira do Celo até à linha de caminho de ferro, seguindo por esta até ao cruzamento com a estrada que segue até à EN 372, seguindo por esta direcção a Elvas. Seguindo pela estrada nacional de Elvas em direcção ao Monte da Torre da Bolsa até ao entroncamento com a estrada de campo que leva ao Monte de D. João, passando pelo Monte da Alagada; segue pela estrada de campo até ao rio Guadiana, seguindo por este para jusante até à estrada que passa pelo Monte da Cascalheira, Monte do Falcato, passando pela carreira de tiro, Casas Novas, Quinta de Santa Clara, Monte do Garro, Monte de Alcamins do Meio, Pomar d'El Rei, Monte das Lameiras, Herdade da Serra das Correias, seguindo para norte até Vila Boim, passando pela Quinta da Madalena.</p>
8	Zona vulnerável de Luz-Tavira	608	<p>Área delimitada pela EM 515 em Tavira em direcção a Santa Luzia; segue pela linha de costa até ao CM 1343, seguindo por este até ao cruzamento com a EN 125; segue por esta em direcção a Faro até ao cruzamento com o CM 1339, inflecte para norte até à EM 516, seguindo para oeste até à ribeira dos Mosqueiros; segue ao longo desta até à EM 514-1, em direcção à EM 514, seguindo esta até ao entroncamento com a estrada de campo em direcção à EN 270, continuando esta até à linha de caminho de ferro, segue por este até à EM 514, continuando por esta até à EM 515 em Tavira.</p>

**Tabela 1 – Delimitação de zonas vulneráveis à poluição por nitratos
(Fonte: INAG¹)**

¹ http://www.inag.pt/inag2004/port/r_externas/ue/nitratos/nitratos.html

Anexo VII – Nomenclatura Corine Land Cover

Nível 1	Nível 2	Nível 3
1. Territórios artificializados	1.1 Tecido urbano	1.1.1 Tecido urbano contínuo 1.1.2 Tecido urbano descontínuo
	1.2 Indústria, comércio e transportes	1.2.1 Indústria, comércio e equipamentos gerais 1.2.2 Rodas viárias e ferroviárias e espaços associados 1.2.3 Zonas portuárias 1.2.4 Aeroportos
	1.3 Áreas em construção, de extração, e de deposição de resíduos	1.3.1 Áreas de extração mineira 1.3.2 Áreas de deposição de resíduos 1.3.3 Áreas em construção
	1.4 Zonas verdes ordenadas	1.4.1 Espaços verdes urbanos 1.4.2 Equipamentos desportivos e de lazer
2. Áreas agrícolas	2.1 Culturas anuais	2.1.1 Culturas anuais de sequeiro 2.1.2 Culturas anuais de regadio 2.1.3 Arrozeais
	2.2 Culturas permanentes	2.2.1 Vinhas 2.2.2 Pomares 2.2.3 Olivais
	2.3 Pastagens	2.3.1 Pastagens
	2.4 Áreas agrícolas heterogêneas	2.4.1 Culturas anuais associadas às culturas permanentes 2.4.2 Sistemas culturais e pastorais complexos 2.4.3 Agricultura com espaços naturais 2.4.4 Sistemas agro-forestais
3. Florestas e matos semi-naturais	3.1 Florestas	3.1.1 Florestas de folhosas 3.1.2 Florestas de resinosas 3.1.3 Florestas mistas
	3.2 Vegetação arbustiva e herbácea	3.2.1 Pastagens naturais 3.2.2 Matos 3.2.3 Vegetação esclerófila 3.2.4 Espaços florestais degradados, cortas e novas plantações
	3.3 Zonas descobertas e com pouca vegetação	3.3.1 Pratos, dunas e areais 3.3.2 Rocha nua 3.3.3 Vegetação esparsa 3.3.4 Áreas áridas 3.3.5 Neves eternas e glaciares
4. Zonas húmidas	4.1 Zonas húmidas interiores	4.1.1 Pântanos 4.1.2 Turfeiras
	4.2 Zonas húmidas costeiras	4.2.1 Sapais 4.2.2 Salinas 4.2.3 Zonas intertidais
5. Massas de água	5.1 Águas interiores	5.1.1 Linhas de água 5.1.2 Planos de água
	5.2 Águas marinhas	5.2.1 Lagunas litorais 5.2.2 Estuários 5.2.3 Mar e oceano

Tabela 2 – Níveis 1, 2 e 3 da Nomenclatura CORINE Land Cover
Fonte: Correia *et al.*, 2004

Anexo VIII – Tipologia e Áreas RN2000 Correspondentes

	Tipos de Habitats	Áreas Classificadas Incluídas
1	Terras calcárias	Arade / Odelouca; Arrábida/Espichel; Barrocal; Cabo Espichel; Cerro da Cabeça; Minas de St. Adrião; Ribeira de Quarteira; Serra de Montejusto; Serras d'Aire e Candeeiros; Sicó/Alvaiázere
2	Floresta mediterrânica	Costa Sudoeste (ZPE e SIC); Monchique (ZPE prop. E SIC); Caldeirão (ZPE prop. e SIC); Malcata (ZPE e SIC)
3	Montados	S. Mamede; Cabeção; Monfurado; Cabrela; Nisa/Lage da Prata; Moura/Barrancos; Tejo Internacional, Erges e Ponsul; Moura/Mourão/Barrancos
4	Pseudoestepes	Caia; Rio Guadiana/Juromenha; Guadiana; Campo Maior; Castro Verde; Vale do Guadiana
5	Grandes montanhas do Norte	Peneda/Gerês (ZPE e SIC); Montesinho/Nogueira (ZPE e SIC); Alvão/Marão; Serra da Estrela; Montemuro
6	Serras e vales do Noroeste	Valongo; Rio Vouga; Serra d'Arga; Corno do Bico; Serras da Freita e Arada; Rio Paiva
7	Serras florestais do Centro	Carregal do Sal; Gardunha; Complexo do Açor; Serra da Lousã
8	Vales do Douro	Rios Sabor e Maçãs (ZPE e SIC); Douro Internacional e Vale do Rio Águeda (ZPE); Vale do Côa (ZPE); Douro Internacional (SIC); Morais (SIC); Romeu (SIC)
9	Litoral Centro	Sintra/Cascais; Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas; Peniche / St ^a Cruz
10	Zonas húmidas costeiras	Fernão Ferro / Lagoa de Albufeira; Ria de Alvor; Estuários do Rio Minho e Coura; Ria de Aveiro; Lagoa de Santo André; Ria Formosa (ZPE); Ria Formosa/Castro Marim (SIC); Sapais de Castro Marim (ZPE)
11	Estuários e pauis agrícolas	Estuário do Tejo (ZPE e SIC); Estuário do Sado (ZPE e SIC); Comporta/Galé; Paul de Arzila (ZPE e SIC); Paul de Madriz; Paul do Boquilobo; Paul do Taipal
12	Litoral e rios do Norte	Litoral Norte; Rio Minho; Rio Lima

Tabela 3 – Tipos de Habitats e Áreas RN2000
(Fonte: Santos *et al.*, 2006)

Anexo IX – Prevenção de Riscos no Sector Agrícola

PRINCIPAIS RISCOS/CONSEQUÊNCIAS	MEDIDAS DE PREVENÇÃO
UTILIZAÇÃO DE TRACTORES, MÁQUINAS E FERRAMENTAS AGRÍCOLAS <ul style="list-style-type: none">• Esmagamento devido ao reviramento do tractor;• Quedas;• Amputações;• Entalamentos;• Cortes; ...	<ul style="list-style-type: none">• Utilizar máquinas com protecções integradas – tractores com cabina de segurança;• Conduzir com as devidas precauções em terrenos inclinados;• Proteger todos os órgãos das máquinas em movimento;• Fazer a manutenção com as máquinas paradas e todos os seus órgãos imobilizados;• Formar e informar.
UTILIZAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS – PESTICIDAS <ul style="list-style-type: none">• Intoxicações agudas e crónicas;• Alergias;• Dermites;• Dificuldade respiratória;• Alterações do sistema nervoso central;...	<ul style="list-style-type: none">• Escolher os produtos de forma adequada;• Cumprir as normas de rotulagem;• Utilizar procedimentos seguros;• Fazer a aplicação dos pesticidas tendo em atenção a direcção do vento;• Não comer, beber ou fumar durante a manipulação do pesticida;• Organizar correctamente a armazenagem;• Formar e informar;• Utilizar equipamento de protecção individual adequado.
MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS E POSTURAS INCORRECTAS <ul style="list-style-type: none">• Traumatismo e lesões na coluna;• Lesões musculares;• Desgaste das vértebras e articulações;• Distúrbios dos membros superiores e inferiores;...	<ul style="list-style-type: none">• Utilizar equipamentos mecânicos para a movimentação de cargas;• Utilizar equipamentos mecânicos para auxiliar a “apanha”• Reduzir ao mínimo o peso e o volume das cargas a transportar manualmente;• Prever a rotatividade de tarefas;• Formar e informar.
BIOLÓGICOS <ul style="list-style-type: none">• Doenças infecciosas;• Alergias;• Dermites;...	<ul style="list-style-type: none">• Fazer o controlo veterinário dos animais;• Fazer a desinsectação e a desratização;• Limpar e desinfetar com regularidade os locais de trabalho;• Assegurar a vigilância médica dos trabalhadores;• Possibilitar a vacinação dos trabalhadores;• Formar e informar;• Utilizar equipamentos de protecção individual adequados.

Tabela 4 – Principais riscos no sector agrícola e algumas medidas de prevenção

Fonte: IDICT, www.idict.gov.pt

Anexo X – Pseudo-estepes Cerealíferas

As planícies cerealíferas são sistemas agrícolas caracterizados pela escassez de árvores e arbustos, onde é praticada uma rotação de cereais de sequeiro, pousios e pastagens e cultivos de leguminosas. A composição do mosaico pode variar consideravelmente entre regiões devido, sobretudo, a diferenças nos solos e nas condições climáticas. Geralmente as zonas mais produtivas são utilizadas para a produção de cereais e têm uma pequena área de pousio e pastagem, enquanto que as zonas menos produtivas estão mais vocacionadas para a criação de gado e têm, comparativamente, maiores áreas de pousio e pastagem. Esta paisagem, também denominada de pseudoestepe cerealífera é o resultado da acção do Homem sobre a floresta original ao longo dos séculos, acompanhada de uma agricultura extensiva com pouco impacto, que permitiu o estabelecimento de uma flora e fauna ricas e semelhantes às verdadeiras estepes.

As pseudoestepes possuem uma comunidade rica de plantas herbáceas, à qual está associada uma vasta comunidade de invertebrados e acolhem espécies de aves residentes e migradoras. Pela sua vulnerabilidade são de destacar as espécies residentes e migradoras estivais, que utilizam estas zonas como local de reprodução. Na sua maioria, as aves que se reproduzam nestes locais, constroem os seus ninhos no chão ou próximo deste (na vegetação rasteira), havendo ainda algumas que utilizam os poucos edifícios (nomeadamente ruínas) e árvores disponíveis.

Em geral, as espécies de aves associadas são especialistas, estando altamente dependentes destes meios para sobreviverem.

Em Portugal existem diversas espécies de aves estepárias ameaçadas de extinção, a nível nacional e internacional, como a Abetarda, o Sisão e o Francelho. As planícies cerealíferas são ainda o habitat preferencial de muitas dezenas de espécies de aves comuns nos espaços agrícolas do Sul de Portugal, como a Cegonha-branca, a Codorniz e o Abibe.

Em Portugal, a maior parte das planícies cerealíferas encontra-se no interior, próximo da fronteira com Espanha. As áreas com importância para a conservação das espécies de aves estepárias localizam-se sobretudo no Alentejo.

Actualmente apenas uma pequena parte das áreas importantes para a conservação das aves estepárias tem algum estatuto de protecção legal. Todas estas áreas estão identificadas como Áreas Importantes para as Aves (IBAs) pela BirdLife International. Das 11 áreas identificadas como prioritárias (120 000 ha²), Castro Verde e o Tejo Internacional estão contemplado no PDR 2007-2013 (acções 2.4.?).

As principais ameaças para as aves das planícies cerealíferas estão relacionadas com a alteração do uso agrícola do solo. O incentivo às culturas energéticas pode ser problemático, visto haver a possibilidade de muitas parcelas de retirada de terras (importantes para a nidificação das espécies ameaçadas) serem usadas para estas culturas.

Principais factores negativos que afectam as aves estepárias:

- conversão de extensas áreas de planície cerealífera em perímetros de rega (os perímetros de rega previstos no empreendimento do Alqueva poderão afectar fortemente três IBAs estepárias, numa extensão total de 42500 ha);
- instalação de novas culturas permanentes como o olival, vinha e outros pomares;
- abandono de terras agrícolas e florestação;
- colisão contra linhas eléctricas;
- construção de outras infra-estruturas.

² Cerca do dobro da área abrangida no Plano Zonal de Castro Verde (2001-2006).

Os contratos antigos continuam no máximo até 2008 em Castro Verde.

O Plano Zonal de Castro Verde (no âmbito do Plano de Desenvolvimento Rural 2001-2006) tem permitido a manutenção do mosaico agrícola promovendo a rotação de culturas e a compatibilização da actividade agrícola com o ciclo de vida das espécies estepárias, a manutenção de uma baixa densidade de gado na região, o cultivo de leguminosas vocacionadas para alimentação da fauna, a regulação dos fitofármacos utilizados na agricultura, entre outros. Este plano tem beneficiado espécies ameaçadas como a Abetarda, o Sisão, o Francelho e o Rolieiro.

Algumas MAA benéficas para a conservação das aves estepárias incluem:

- Sistemas Arvenses de Sequeiro: promovem o cultivo de leguminosas secas para grão, servindo, nalguns casos, de alimento para as espécies ameaçadas;
- Sementeira Directa: além dos ganhos ao nível da conservação e melhoria dos solos, tem vantagem acrescida na manutenção da diversidade em invertebrados, que servem de alimento às aves;
- Sistemas Forrageiros Extensivos: esta medida apresenta um ponto que é importante para a conservação da avifauna, que consiste na proibição de fazer cortes para feno durante a época de nidificação, embora esteja mal definida para algumas espécies ameaçadas;
- Cultura Forrageira Complementar de Outono/Inverno: esta medida pode ser importante, caso promova o cultivo de leguminosas forrageiras no período de Inverno (1 de Novembro até 1 de Abril), servindo de alimento para as aves.

Todas estas medidas promovem a conservação dos solos e o incremento da biodiversidade. No entanto, fazem falta medidas específicas que promovam a manutenção das rotações próprias da planície cerealífera, essenciais para as aves estepárias.

O novo PDR deverá conter uma medida ou um conjunto de medidas específicas que possa ser aplicada transversalmente nas áreas identificadas como prioritárias. Os objectivos desta medida deverão ser:

- manter as características do habitat das planícies cerealíferas através da promoção de rotações que incluam cereais de sequeiro;
- garantir áreas seguras de nidificação através da manutenção de pousios durante o período reprodutor;
- reforçar a disponibilidade de alimento através da sementeira de leguminosas de Outono e de Primavera.

Para atingir estes objectivos será necessário:

- Efectuar a sementeira de leguminosas como o grão-de-bico, luzerna, ervilha-forrageira e ervilhaca, simultaneamente vantajosas para as aves, para o solo e para o agricultor;
- Manter na rotação o cereal de sequeiro. Os contratos deverão articular as várias ocupações de solo em “rotações tipo” que incluam cereais de sequeiro (mínimo 25%), pousios e pastagens (mínimo 40%) e leguminosas (mínimo 5%), conforme a produtividade dos solos;
- Manter os pousios protegidos de qualquer intervenção durante o período reprodutor.

Será ainda importante realizar acções de formação em conservação de natureza para agricultores aderentes; apoiar os investimentos em alfaias forrageiras nas áreas de aplicação desta medida, uma vez que a falta de equipamento específico (ensiladoras e ganhadeiras condicionadoras) constitui uma limitação à sua aplicação; incentivar os produtores de melão de sequeiro, pela importância que esta cultura tem para as aves durante o período crítico de Verão.

Fonte: SPEA (2006)

Anexo XI – Floresta de sobro e montado

É comum considerar o litoral alentejano e a bacia do Tejo como o solar do sobreiro, sendo certo que esta espécie está presente em todo o país.

No seu meio fitoclimático, constata-se que o sobreiro se adapta bem a uma gama variada de solos, exigindo condições físicas que permitam livre expansão radicular, destacando-se arejamento elevado, boa ou regular drenagem interna, sem horizonte compactos no espaço de exploração das raízes e mostrando nítida preferência por solos ácidos (pH 5 a 6.5) e não tolerando solos calcários, salinos, orgânicos e, de certa forma, hidromórficos.

Nos solos com melhores condições para a agricultura e uma pecuária mais intensiva, como os hidromórficos e os argiluvados, as intervenções acabam por ser mais intensas, com lavouras e gradagens profundas e pastoreio com cargas excessivas, tendo como resultado a compactação e formação do “calo” da lavoura, redução da permeabilidade, destruição da regeneração natural e danos no sistema radicular. As consequências para o montado tendem a ser mais drásticas nos primeiros do que nos últimos, particularmente se coincidirem com exposições a sul. A degradação do ambiente suberícola, cuja invasão da esteva é, também, um indicador, pode ser exacerbado pela própria competição radicular com esta espécie.

Residindo a importância da floresta de sobro também na produção de cortiça, importa garantir que a época e o cuidado posto na sua extracção permitem não expor ainda mais a árvore ao stress. Mas os cuidados que merece a produção de cortiça não ficam por aqui. O cumprimento do Código Internacional das Práticas Rolheiras que dá acesso à certificação pelo Systecode prevê um conjunto de práticas que vão desde a triagem de certas partes de cortiça que não podem ser incluídas nas pilhas até à constituição destas, local, forma de empilhamento, local, drenagem e exclusão de animais das proximidades.

A questão da qualidade e, em particular, a prevenção do “gosto a rolha” causada pelos TCA, é uma questão fulcral, que aliada à escassez crescente de matéria-prima, tem levado a indústria a fortes investimentos que a permitam diminuir ao mínimo a sua incidência. Para que sejam alcançados os resultados esperados, determinantes na manutenção da competitividade a nível internacional da indústria rolheira, é fundamental que a produção faça a sua parte.

Em resumo, as formações florestais em que o sobreiro ocorre são importantes, nuns casos porque são repositórios das formações naturais e desempenham um papel na conservação de endemismos vegetais e de espécies animais de elevado estatuto de conservação mas, também, no caso dos montados, porque são fonte de rendimento para as explorações agrícolas e de matéria-prima para a indústria.

Fonte: Santos (2006)

Anexo XII – Breve Justificação Técnica à Inclusão de Majorações às Pastagens Semeadas Permanentes Biodiversas Ricas em Leguminosas nas Intervenções Territoriais Integradas

Carlos Aguiar, Tiago Domingos

Introdução e objectivos

Com este documento pretende-se demonstrar que o uso de Pastagens Semeadas Permanentes Biodiversas Ricas em Leguminosas (PSPBRC) é compatível com os objectivos de conservação da medida 2.4 do PDRc. Esta compatibilidade é acrescida pelo facto das Intervenções Territoriais Integradas (ITI) actualmente em desenvolvimento nas áreas classificadas de montanha reservarem uma parte significativa dos apoios financeiros a medidas de cerealicultura e de pastagens permanentes semi-naturais.

Recorrendo ao sistema conceptual e às terminologias desenvolvidas em torno do conceito de serviço ecossistémico (Groot *et al.*, 2000), à escala regional, para além do serviço “Refúgio de biodiversidade”, existe uma correlação positiva evidente entre o uso de PSPF e os serviços ecossistémicos de “Sequestro de CO₂”, “Regulação do ciclo da água”, “Retenção do solo” e “Produção de bens alimentares”.

Características biofísicas dos espaços marginais

O sistema de áreas classificadas português é maioritariamente constituído por áreas marginais, i.e. por espaços com fortes limitações biofísicas à actividade agrária.

As principais limitações biofísicas à actividade agrária nas áreas marginais são as seguintes:

- baixa produtividade primária dos agroecossistemas e dos ecossistemas naturais e seminaturais que, por sua vez, se deve:
 - à pobreza intrínseca em nutrientes dos solos em Portugal, sobretudo na montanha;
 - a um relevo frequentemente mais favorável a fenómenos de morfogénese do que de pedogénese (Agroconsultores & Coba, Carta dos Solos, Carta do Uso Actual da Terra e Carta da Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal, 1991);
 - a uma longa história de depleção da fertilidade química (*nutrient-mining*) e física (erosão) mediada pela agricultura e pela pastorícia de percurso (Pinto *et al.*, submetido);
 - no caso da montanha, a uma redução do integral térmico e do período favorável ao crescimento das plantas com a altitude;
- elevada área de ocupação de pastagens naturais e semi-naturais dominadas por espécies herbáceas de baixa produtividade, palatibilidade e digestibilidade;
- número reduzido de opções de uso agrícola e florestal (e.g. leque reduzido de espécies cultivadas adaptadas), sobretudo na montanha.

Promotores de mudança nos espaços marginais

A desvalorização social da actividade agrícola, a aversão ao risco dos agricultores, a rigidez da estrutura da propriedade e a PAC são as principais causas do abandono agrícola e das alterações da configuração espacial das componentes dos Sistemas de Agricultura em Portugal. O desacoplamento das ajudas directas e a progressiva abertura dos mercados agrícolas em curso com a reforma da PAC apontará ainda mais abandono agrícola, sobretudo nas áreas marginais.

Nas áreas marginais, o abandono agrícola tem como consequências directas mais evidentes:

- Contracção da actividade agrícola em torno dos povoados;
- Redução da cerealicultura;

- Aumento da área de ocupação e da continuidade das manchas de vegetação arbustiva subserial, maioritariamente dominadas por pirófitos (e.g. estevais, urzais e giestais pioneiros);
- Alteração do regime de fogos (fogos de maior dimensão e severidade);
- Redução da produção de riqueza.

O abandono agrícola, aparentemente, é uma janela de oportunidade para a reconstituição de alguns ecossistemas naturais, em particular dos bosques, e para a melhoria de muitos serviços ecossistémicos, em particular dos serviços mediados pelo solo. No entanto, o regime de fogo que emerge com o abandono agrícola é incompatível com uma regeneração dos serviços ecossistémicos nas áreas marginais. No caso da montanha granítica o “abandono com fogo severo” tem os seguintes efeitos (em grande parte generalizáveis a outros espaços marginais):

- Bloqueio, à escala humana, da sucessão ecológica em tipos vegetacionais dominados por pirófitos;
- Homogeneização da paisagem vegetal com a consequente redução das diversidades α , β e δ ;
- Alteração das propriedades do solo (e.g. calcinação da matéria orgânica dos primeiros centímetros de solo e formação, nos solos graníticos, de um estrato superficial cascalhento, muito selectivo para a flora);
- Perdas de solo (erosão hídrica);
- Redução da produtividade primária em muitos solos (e.g. substituição de um mosaico de vegetação arbustiva e herbácea perene nas áreas submetidas a fogos de elevada severidade por comunidades de plantas anuais e bienais em mosaico com arbustos pirófilos esparsos).

A conjugação do abandono com fogos severos tem um enorme custo de oportunidade ecológico e económico i.e. inviabiliza o desenvolvimento de mosaicos de vegetação produtores de mais e melhores serviços ecossistémicos, valorizados ou não pelo mercado.

Uma vez que não é expectável uma redução significativa do número de ignições nas áreas marginais é indispensável o desenvolvimento de descontinuidades com tipos de uso pouco susceptíveis ao fogo. Os agroecossistemas pratenses são particularmente adequados para este fim.

Serviços ecossistémicos prestados pelas PSPF

Na figura que se segue estão resumidos os factores e respectivas conexões causais, que controlam os serviços ecossistémicos prestados pelas PSPBRC. A maior parte das conexões causais da Figura 1 é do conhecimento de qualquer técnico formado em ciências agrárias:

- a produção animal baseia-se em pastagens permanentes nas PSPBRC;
- estas permitem aumentar o encabeçamento de forma sustentável, incrementando a matéria orgânica do solo, factor crítico para a retenção de água, a diminuição da erosão e o sequestro de carbono; Teixeira, R *et al.* (2007) estimam uma taxa líquida de fixação de CO₂ da ordem de 5 tonCO_{2,eq} ha⁻¹ ano⁻¹;
- a fixação de azoto pelas leguminosas reduz o consumo de fertilizantes azotados, cuja produção tem um elevado custo energético e portanto elevadas emissões de gases de efeito de estufa;
- quer o aumento de encabeçamento, quer a redução do consumo de adubos azotados, aumentam a viabilidade económica da exploração agrícola.

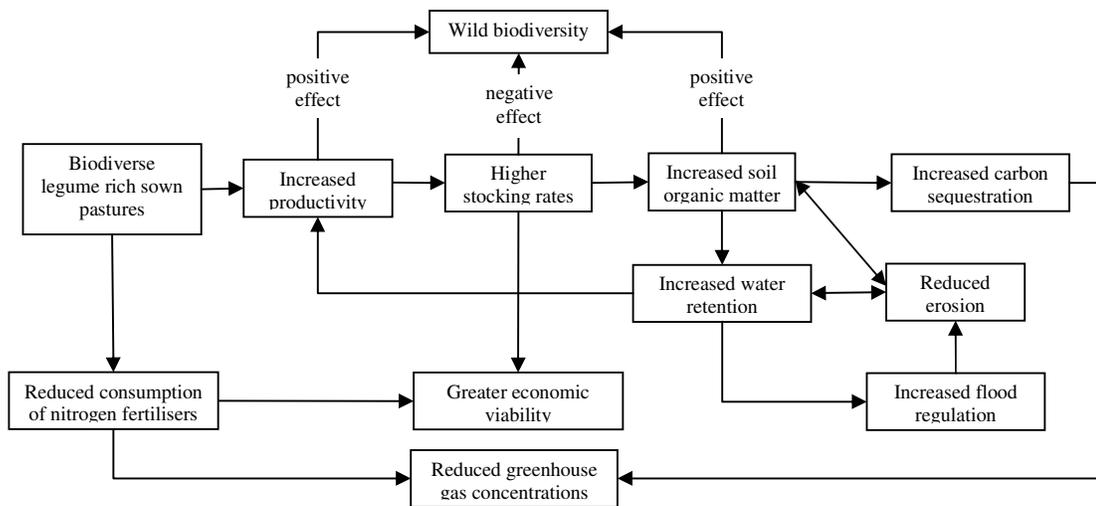


Figura 1 – Diagrama conceptual dos factores e respectivas conexões causais, que controlam os serviços ecossistémicos prestados pelas PSPBRC.

O modelo descritivo da Figura 1 não esclarece o efeito das PSPBRC nas biocenoses e ecossistemas situados na sua vizinhança. No entanto, este aspecto é talvez o mais relevante na tomada de decisão sobre a inclusão de majorações às PSPBRC nos planos zonais.

Os efeitos mais relevantes das PSPBRC nas biocenoses e nos ecossistemas situados na sua vizinhança são apresentados de seguida.

A) Efeitos negativos:

- Ocupação dos biótopos dos ecossistemas naturais e semi-naturais
 - As pastagens, como qualquer outro agroecossistema, ocupam o espaço dos ecossistemas naturais.
- Alterações do habitat
 - Mais uma vez à semelhança de qualquer agroecossistema, a persistência das PSPBRC implica uma manipulação (alteração) das condições ambientais abióticas e bióticas prevalentes nos ecossistemas naturais e seminaturais que substituem. Esta alteração verifica-se a sobretudo a dois níveis: biocenoses (e.g. substituição dos produtores primários) e variáveis ambientais abióticas (e.g. aplicação de fertilizantes fosfatados e calagens).
- Invasibilidade
 - Na recém-publicada lista das plantas invasoras de Espanha (inc. Canárias) (Dana *et al.*, 2004) não está citada uma única espécie utilizada em pastagens semeadas;
 - As pastagens melhoradas são utilizadas em Portugal desde os anos 60. Consta-se que após abandono (não aplicação de P e Ca e redução da carga de pastoreio) são colonizadas com alguma rapidez pela vegetação autóctone;
 - Embora as variedades/espécies melhoradas possam temporariamente escapar de cultura em habitats perturbados pela herbivoria com animais domésticos, a sua persistência no exterior nas PSPBRC não é muito longa porque para tal necessitam que a biomassa aérea seja intensamente consumida anualmente e as sementes enterradas pelo pisoteio;
 - De acordo com os critérios de Richardson *et al.* (2000) não existem provas de que as variedades melhoradas utilizadas nas misturas de sementes utilizadas nas PSPBRC estejam sequer naturalizadas.

- Poluição genética
 - Não são espectáveis fenómenos de introgressão significativos nas populações naturais de espécies alogâmicas por parte de genótipos artificialmente seleccionados porque estes, de modo a persistirem e produzirem biomassa de forma económica, foram artificialmente seleccionados para se organizarem em agroecossistemas muito distintos dos naturais, concretamente no que respeita 1) ao solo (pH mais elevado, maiores teores de fósforo e cálcio e de alguns micronutrientes), 2) relações competitivas inter e intraespecíficas, 3) tipos de perturbação pela herbivoria. A irrelevância da poluição genética é suportada ainda pelo facto de numerosos trabalhos desenvolvidos num contexto mediterrânico demonstrarem que a adaptação a condições ecológicas (e.g. mesoclima e solo) está generalizada nas espécies indígenas a escalas espaciais muito pequenas, i.e. a selecção natural sobrepeõe-se ao efeito de normalização genética da polinização cruzada (Thompson, 2005);
 - A espécie mais importante nas misturas de sementes de PSPBRC, o *Trifolium subterraneum*, à semelhança de muitas outras leguminosas pratenses, é uma espécie autogâmica, através de um mecanismo de cleistogamia (Morley, 1961).

B) Efeitos positivos:

- Aumento da heterogeneidade da paisagem através da diversificação dos usos e da redução dos riscos e da severidade dos incêndios
 - A riqueza em leguminosas das PSPBRL leva a uma ingestão desproporcionada de proteína bruta pelos animais que os pastoreiam; cria-se assim uma apetência dos animais por fibra, que leva a uma apetência maior pela ingestão de matos e seu consequente controlo; os maiores encabeçamentos sustentáveis permitidos pelas PSPBRL também permitem o mesmo efeito;
 - O controlo de matos mais eficaz conseguido com as PSPBRL leva a uma redução na intensidade e frequência de fogo; elimina também a pastorícia baseada na utilização do fogo. A substituição de regimes de perturbação pelo fogo muito intensos por regimes mais benignos (intermédios) conduz a um aumento das diversidades α , β e δ porque permite a coexistência de um mosaico sucessional mais diverso (com maior número de etapas sucessionais e tipos de vegetação permanente) e de maior equitabilidade (Trabaud and Gaultier, 1996). Este tipo de paisagem é francamente mais próximo das condições pristinas do que as paisagens dominados por comunidades de pirófitos. Este aspecto é da maior relevância porque implica um menor controlo antrópico das trajetórias evolutivas das populações das espécies autóctones;
 - Admite-se que o desbloqueio da sucessão ecológica e a regressão da área de ocupação dos matos pirofíticos permitem à escala regional, uma redução das perdas de solo por erosão e um aumento do teor em matéria orgânica do solo e do sequestro de carbono;
 - A correcta gestão das PSPBRL de sequeiro implica que não sejam feitos cortes para feno; este aspecto deve ser confrontado com a perturbação induzida pela ceifa no caso do cereal, que leva à necessidade de introduzir restrições a esta, quer em termos de data, quer em termos de forma de realização.

Uma vez que as PSPBRL competem com a cerealicultura pelos mesmos espaços e está previsto o apoio a este tipo de uso nos Planos Zonais, é fundamental comparar os custos de oportunidade ecológica de cada um destes tipos de uso:

- A flora dos pousios é pouco palatável para os animais; assim, é só parcialmente consumida, ficando matéria seca combustível no terreno durante todo o Verão; em contraponto, a elevada palatabilidade da flora das PSPBRL leva a que a correspondente matéria seca seja totalmente consumida durante o Verão (o que aliás constitui a forma correcta de gestão destas pastagens).

- A substituição dos cereais por PSPBRL reduzirá alguns dos impactos negativos da cerealicultura: erosão do solo e perda de matéria orgânica (quando a cerealicultura não seja realizada em sementeira directa), ecotoxicidade dos herbicidas, balanço energético muito desfavorável.
- A mobilização do solo imprescindível nos sistemas tradicionais de cerealicultura mantém o solo com níveis muito baixos de matéria orgânica e expõe-no à erosão hídrica no Outono e início do Inverno. Refira-se que as chuvas que marcam o início da estação húmida na bacia do mediterrânica são frequentemente torrenciais e encontram o solo das searas recém-mobilizado e sem qualquer tipo de cobertura vegetal (no caso das PSPBRL, o solo ainda tem algum restolho, embora pouco, mas, principalmente, tem toda a componente subterrânea das plantas, a maior matéria orgânica e a ausência de mobilização que o protegem da erosão).

Análise comparativa com a rotação cereal-pousio

A Tabela 5 apresenta a fundamentação apresentada no PDRc para o apoio à rotação cereal-pousio. Como se pode constatar, a fundamentação é em geral o apoio a aves de áreas agrícolas abertas e/ou aves de rapina: tartaranhão-caçador; tartaranhão-azulado; cotovia; sisão (*Tetrax tetrax*); alcaravão (*Burhinus oediconemus*); águia-real; águia-de-Bonelli; abutre-do-Egipto; grifo; abetarda (*Otis tarda*); cortiçol-de-barriga-branca (*Pterocles alchata*); *Anthus campestris*, *Burhinus oediconemus*; calhandrinha (*Calandrella brachydactyla*), *Pluvialis apricaria* e *Vanellus vanellus*. A esta lista deveria ser acrescentado o peneireiro-das-torres, a calhandra-real, o cortiçol-de-barriga-preta e o rolieiro.

Essencialmente a justificação é serem áreas abertas, com a possibilidade adicional (no Douro Internacional) de suportarem gado doméstico (base para a alimentação de aves necrófagas, mas este benefício vai progressivamente desaparecer com a implementação da recolha de cadáveres) e terem uma diversidade específica relativamente alta (Montesinho-Nogueira). Note-se que todos estes benefícios são garantidos com as PSPBRL, com vantagem no caso das duas últimas. Seria só necessário garantir a ausência de encabeçamentos demasiado elevados.

Um aspecto que não é referido na fundamentação é a garantia da existência no mosaico de zonas com vegetação elevada na Primavera (as zonas da rotação com cereal). No entanto, esta pode ser garantida através da imposição do fecho periódico das PSPBRL na Primavera, permitindo o seu pleno crescimento (chegando a alturas significativas), no que constitui simultaneamente uma boa medida de gestão de pastagens (aliás, acontece sempre no ano de implantação da pastagem).

Tabela 5 – ITI's com apoio à rotação cereal-pousio e respectiva fundamentação

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL**

ITI	Fundamentação
Montesinho – Nogueira	Apresenta uma diversidade específica relativamente alta. Isto deve-se essencialmente à rotação bienal das culturas cerealíferas, fazendo destas áreas importantes territórios de caça ou mesmo de reprodução para muitas espécies, particularmente quando existem orlas de matos. É comum observarem-se rapinas como o tartaranhão-caçador e o tartaranhão-azulado, e ainda alguns grupos de aves que se encontram muito associados a este biótopo, como é o caso das cotovias.
Douro Internacional	É um habitat privilegiado de várias aves estepárias, tais como o Sisão, o Alcaravão e as Cotovias, sendo ainda importantes áreas de alimentação de aves de rapina ameaçadas, nomeadamente a Águia-real a Águia-de-Bonelli e o Tartaranhão-caçador. Servem ainda como áreas de pastoreio de todo o gado doméstico, que constituem a base da alimentação de aves necrófagas como o Abutre-do-Egipto e o Grifo.
Serra da Estrela	Não é apresentada fundamentação clara.
Tejo Internacional	Constituem habitats suporte de várias espécies de avifauna como o tartaranhão-azulado (<i>Circus cyaneus</i>), o tartaranhão-caçador (<i>Circus pygargus</i>) e ainda como áreas de características pseudo-estepárias são essenciais à conservação de espécies como a abetarda (<i>Otis tarda</i>), o cortiçol-de-barriga-branca (<i>Pterocles alchata</i>) e o sisão (<i>Tetrax tetrax</i>).
Castro Verde	Não é apresentada fundamentação clara.
Costa Sudoeste	Habitat de aves associadas a áreas agrícolas abertas (nomeadamente aves estepárias e migradoras); as principais espécies visadas são <i>Anthus campestris</i> , <i>Burhinus oedicnemus</i> , <i>Calandrella brachydactyla</i> , <i>Pluvialis apricaria</i> , <i>Tetrax tetrax</i> e <i>Vanellus vanellus</i> .

Para uma análise mais detalhada, podemos considerar o diagnóstico em Santos *et al.* (2006), sintetizado na Tabela 6. Uma análise deste diagnóstico permite concluir para o Douro Internacional que a redução de áreas de cereal em si mesma não é um problema; o problema é a sua substituição por pastagens pobres e/ou o aumento das áreas de matos ou incultos. Relativamente a Castro Verde, é necessário analisar os resultados de ERENA (2003). Estes resultados indicam essencialmente um problema com pastoreio a partir do aumento da calhandrinha, por estar associada a pousios com vegetação herbácea muito baixa e esparsa, com elevado nível de pastoreio, e uma redução do sisão, utilizador de zonas com vegetação alta e sem pastoreio. Existem no entanto algumas limitações neste estudo.

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL**

Tabela 6 – Tendências agro-florestais com impactes potenciais negativos significativos, identificadas por Santos *et al.* (2006), relacionadas com o sistema cereal-pousio ou a produção animal extensiva, em áreas com ITI's e apoios à rotação cereal-pousio.

Natura 2000	Sub-Área	Tendência	Impactes Potenciais Negativos
Douro Internacional	Planalto Mirandês	Declínio das áreas de pousio e pastagem pobre	Negativo para os valores que dependem de habitats abertos e sistemas cereal pousio
		Aumento das explorações especializadas em bovinos de carne (raça mirandesa)	Positivo para os valores directa ou indirectamente dependentes dos lameiros
	Arribas e Vale do Douro	Diminuição da SAU e extensificação das terras cultivadas, com aumento das áreas de pastagens pobres	Negativo para os valores que dependem de habitats abertos e sistemas cereal pousio
		Aumento das áreas de matos e incultos	Negativo para os valores que dependem de habitats abertos Positivo para valores associados aos matagais
		Redução acentuada das áreas de cereal	-
	Planalto de Figueira	Aumento das explorações baseadas em ovinos (raça Bordaleira)	Positivo para os valores que beneficiam da maior densidade de presas domésticas ou carcaças Positivo para alguns valores associados a habitat abertos Negativo para os valores associados a matagais ou à floresta
		Redução acentuada das áreas de cereal	-
	Costa Sudoeste	Litoral Norte e Serra do Cercal	Fragilidade económica dos sistemas cerealíferos extensivos de sequeiro com pousios (sobretudo plataforma litoral); baixa margem por hectare; possível abandono / redução do maneio
Fragilidade económica dos sistemas de pastoreio extensivos (plataforma litoral e montado na zona de transição para a serra); baixa margem por hectare; possível abandono / redução do maneio			Positivo para a generalidade dos valores da directiva 92/43/CEE. Negativo para a generalidade das espécies da directiva 79/409/CEE por diminuição de habitat abertos e espécies associadas
Abandono do montado nas áreas-limite para a espécie e onde não é possível a sua exploração com invasão de esteva e supressão do sobreiro; (não gestão/ mau estado sanitário)			Negativo para alguns habitats, positivo para outros. Negativo para todas as espécies por destruição do arvoredo e diminuição da biodiversidade associada. Esta destruição pode ocorrer em consequência de problemas fito-sanitários do arvoredo e incêndios.
Aumento da pressão sobre o montado nas áreas com melhores solos, quer pela intensificação agrícola quer pelo aumento do encabeçamento com bovinos			Negativo para todos os habitats e espécies por destruição do arvoredo (quercíneas e arvoredo ripícola) e do estrato arbustivo, com diminuição da biodiversidade associada.
Regadio do Mira		Fragilidade económica dos sistemas cerealíferos extensivos de sequeiro com pousios e dos sistemas de pastoreio extensivos: baixa margem por hectare; possível abandono / redução do maneio ou intensificação (regadio)	Se a resposta for intensificação: Negativo para a generalidade dos valores em presença: - diminuição dos habitat de urzais, brejos e – charcos temporários e biodiversidade associada. - poluição de cursos e massas de água. - redução do habitat das espécies enunciadas - possíveis impactos colaterais em habitat vizinhos

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL**

Natura 2000	Sub-Área	Tendência	Impactes Potenciais Negativos
			Se a resposta for abandono: - Positivo para a generalidade dos valores da directiva 92/43/CEE. - Negativo para a generalidade das espécies da directiva 79/409/CEE por diminuição de habitat abertos e espécies associadas.
	Serra de Espinhaço de Cão/Aljezur	Grande fragilidade económica dos sistemas de pastoreio extensivo de pequena dimensão / abandono	Positivo para a generalidade dos valores da directiva 92/43/CEE.
	Plataforma de Sagres	Fragilidade económica dos sistemas cerealíferos extensivos de sequeiro com pousios; baixa margem por hectare; abandono / redução do maneio	Positivo para a generalidade dos valores da directiva 92/43/CEE. Negativo para a generalidade das espécies da directiva 79/409/CEE por diminuição de habitat abertos e espécies associadas
		Fragilidade económica dos sistemas de pastoreio extensivo de pequena dimensão / abandono	Positivo para a generalidade dos valores da directiva 92/43/CEE. Negativo para a generalidade das espécies da directiva 79/409/CEE por diminuição de habitat abertos e espécies associadas
Castro Verde		Conversão de sistemas cerealíferos extensivos de sequeiro, com pousios, em pastagens permanentes	Quanto a ZPE 1, ZPE 2 e ZPE 13 a conversão dos sistemas cerealíferos tenderá a diminuir as presas a esses habitat, diminuindo o valor da área para os juvenis dessas espécies. A conversão de sistemas cerealíferos em pastagens permanentes retira uma componente importante do habitat estepário tendo impacto negativo demonstrado nas comunidades de aves associadas (ERENA, 1998;1999;2003)
		Abandono ou florestação de sistemas cerealíferos extensivos de sequeiro, com pousios, ou de pastagens permanentes	Quanto a ZPE 1, ZPE 2 e ZPE 13 a conversão dos sistemas cerealíferos tenderá a diminuir as presas a esses habitat, diminuindo o valor da área para os juvenis dessas espécies. A conversão de sistemas cerealíferos em pastagens permanentes retira uma componente importante do habitat estepário tendo impacto negativo demonstrado nas comunidades de aves associadas (ERENA, 1998;1999;2003)
		Aumento do número de vacas aleitantes em pastoreio, com eventual melhoramento de pastagens	O aumento do número de vacas aleitantes estimula a conversão dos sistemas cerealíferos em pastagem com os efeitos já descritos.

Esta análise mostra também que deverão ser consideradas de forma diferenciada as situações das zonas de montanha (por ex., Montesinho, Douro Internacional, Serra da Estrela), onde as PSPBRC mais facilmente serão benéficas em termos de aves, sendo simultaneamente zonas onde a prevenção de incêndios é fundamental na conservação dos valores naturais, das zonas do Sul (por ex., Tejo Internacional, Castro Verde), onde a evidência actualmente disponível indica uma grande importância da rotação cereal-pousio para a protecção das aves (por exemplo, por contraponto com áreas análogas em Espanha, só com pastagem, com comunidades de aves menos equilibradas).

Conclusões

- O uso das PSPBRC poderá ser compatível com os objectivos de conservação perseguidos nas ITI e aporta um aumento dos serviços ecossistémicos (inc. “refúgio de biodiversidade”) à escala regional.

- As potenciais desvantagens das PSPBRC face à rotação cereal-pousio deverão poder ser eliminadas através de limites de encabeçamento adequados e através da obrigatoriedade de fecho periódico das pastagens ao pastoreio na Primavera (replicando o mosaico da rotação cereal-pousio).
- Seria de considerar um apoio às PSPBRC, ainda que inicialmente para proporções reduzidas das explorações (<10%), permitindo progressivamente aferir empiricamente dos seus benefícios/prejuízos para os valores naturais em causa.

Referências

AGROCONSULTORES & COBA (1991). *Carta dos Solos, Carta do Uso Actual da Terra e Carta da Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal*.

Dana, E. D., *et al.* (2004). Plantas invasoras en España: un nuevo problema en las estrategias de conservación.

de Groot *et al.* (2000). *Ecological Economics* 41: 393–408.

Domingos, T. *et al.* (2007), Conversion to Permanent Grasslands and Implementation of No-tillage Techniques in Cropland Management as a Contribution to meet the Portuguese Kyoto Target (em preparação).

ERENA (2003). *Estudo de Avaliação Intercalar do Plano de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental*. CEFAG, ERENA, CIDEF.

Morley, F. H. W. (1961). *Adv.Agron.* 13: 57–123.

Pinto, B., *et al.* (submetido), *Brief historical ecology of north Portugal during the Holocene*.

Richardson *et al.* (2000). *Diversity and Distributions* 6: 93-107.

Thompson (2005). *Plant Evolution in the Mediterranean*, 2005, cap. 4.

Trabaud and Gaultier (1996). *Landscape Ecology* 11: 215-224.

Anexo XIII – Descrição das Áreas Rede Natura 2000 incluídas em Intervenções Territoriais Integradas

Para a medição da eficácia potencial das Intervenções Territoriais Integradas (ITI), torna-se necessário caracterizar o contexto agrícola e de desenvolvimento rural onde a ITI se desenvolve. Desta forma, a informação que se segue para cada uma das ITIs resulta de uma compilação da informação presente em ICN (2006), Abreu *et al.* (2004) e Carvalho (2003) que a equipa considera pertinente na análise das ITI e que não se encontra na informação veiculada no PDR.

1. Intervenção Territorial Integrada Peneda–Gerês

Paisagem com uma morfologia acidentada e altitudes elevadas, apresentando condições climáticas determinadas em grande parte por este relevo – as massas de ar vindas do oceano, carregadas de humidade, dão origem aos valores de precipitação mais elevados de Portugal e da Europa (chegando a atingir valores perto dos 3500 mm nos cumes mais elevados).

Em termos climáticos, a área sofre não só uma forte influência atlântica, mas também influências mediterrânica e continental, que variam consoante nos deslocamos para o interior ou em altitude, o que promove a ocorrência de uma elevada diversidade de habitats.

Ao relevo vigoroso associa-se uma enorme frescura, abundância de água (excepto nos cumes mais elevados), vegetação luxuriante e variada.

Os principais rios encontram-se profundamente intervencionados com a construção de barragens para aproveitamento hidroeléctrico tendo dado lugar a uma série de albufeiras.

Dos topos escarpados e aguçados, descendo as encostas surgem as matas e pastagens, algumas aldeias e respectivos terrenos agrícolas em terraços ou nos fundos dos vales. Nestas serras domina o substrato granítico.

As encostas mais declivosas estão predominantemente ocupadas por matas, algumas delas ainda constituídas por espécies espontâneas de carvalhos, de castanheiros e sobreiros, aproximadamente até aos 1200 m; até cerca dos 1400 m encontram-se ainda vidoeiros, teixos e pinheiros. No entanto, há cada vez mais extensas manchas de plantações monoespecíficas, predominantemente de pinheiro bravo. Acima dos 1400 m, para além dos afloramentos rochosos, dominam os matos rasteiros.

Nos fundos dos vales, as pequenas parcelas junto às povoações são aproveitadas através de uma policultura intensa enquanto que nas chãs ou currais, áreas aplanadas normalmente a maior altitude, dominam as pastagens que são utilizadas de Maio a Setembro. Os topos mais aplanados são frequentemente penedias estéreis, com alguns matos que tradicionalmente eram utilizados como pastagens extensivas.

Alguns núcleos de povoamento temporário, tradicionalmente ocupados na Primavera-Verão (as “brandas”) surgem a maiores altitudes, rodeadas por campos de centeio e pastagens.

Componente Agro-Ambiental

Nesta ITI, predomina a polipequária extensiva de bovinos autóctones, pequenos ruminantes e equinos, com amplo recurso a terrenos baldios na Primavera-Verão. O garrano, que foi até ao início do século XX o meio de locomoção ideal nas veredas do Alto Portugal, ainda vive em liberdade no vale do Gerês e constitui melhor solução que as vacas para as pastagens, por comer alimentos mais grosseiros (Carlos Aguiar, pers. Comment).

Os agricultores constituem 53% da população activa. As explorações agrícolas são na grande maioria de expressão familiar: 54% das explorações têm menos de 2 ha. A reduzida dimensão física das explorações individuais, que em média tem 2,3 ha de SAU, eleva-se para 17,7 ha quando acrescida da área de utilização comunitária. A ocupação cultural consiste em prados e pastagens permanentes, culturas forrageiras e prados temporários seguidos das tradicionais culturas do milho

grão, batata, centeio e horta familiar. As fruteiras e vinha quando existem assumem um carácter de satisfação social tendo uma contribuição marginal na economia das populações.

A região está fortemente deprimida e em contínuo processo de abandono. A redução do número de residentes associada ao acréscimo de população envelhecida sentida nas últimas décadas têm conduzido a um sucessivo abandono de terras agrícolas, à falta de limpeza das áreas de matos e bosquetes, à degradação de socacos e dos muros de suporte. Estas mudanças, além de provocarem uma ruptura nos sistemas de produção tradicionais, têm tido implicações significativas na degradação do património paisagístico e natural, com conseqüente redução da biodiversidade.

A manutenção das actividades agro-pecuárias tradicionais, nomeadamente o cultivo de cereais como o centeio, a manutenção dos lameiros e a pastorícia (gado bovino) em regime extensivo são fundamentais para a conservação de todas as comunidades de aves da região.

Os espigueiros são frequentes junto às povoações. Nas chãs foram edificadas cabanas de pedra solta, em granito, designadas por “fornos”, hoje abandonadas e descuidadas na sua maioria.

Produtos classificados como de qualidade pelo Ministério da Agricultura: Carne Barrosã (DOP), Carne Cachena da Peneda (DO), Carne de Bovino Cruzado dos Lameiros do Barroso, Cabrito das Terras Altas do Minho (DOP), Cabrito de Barroso, Cordeiro de Barroso, Mel de Barroso, Mel das Terras Altas do Minho (DOP), Presunto do Barroso, Vinho com Denominação de Origem Controlada dos Vinhos Verdes.

Factores de ameaça: abandono das actividades agro-pecuárias tradicionais, fogo, queimadas dos pastores, invasão de plantas lenhosas, drenagem de certas áreas (actividade ligada ao melhoramento de pastagens), nomeadamente turfeiras e outras zonas húmidas de altitude, originando uma diminuição de algumas populações de aves, com destaque para a narceja *Gallinago gallinago*; descarga de efluentes nas zonas ribeirinhas.

Componente Silvo-Ambiental

Os espaços florestais têm uma expressão muito representativa. Os povoamentos florestais são dominados por pinheiro bravo e folhosas.

O pinheiro-bravo abrange 34% da área arborizada, encontrando-se nas zonas mais baixas, acompanhando as terras agrícolas, ou em vertentes mais declivosas. No entanto, são as folhosas que, em conjunto, representam 59% da área.

De entre estas, de destacar as quercíneas (24%), em particular o carvalho roble, nas áreas atlânticas, e o carvalho negral, nas altitudes mais elevadas e zonas de pendor mais continental. São estas essências, que formam algumas das maiores e mais bem conservadas manchas de carvalhais ainda existentes no país. Por outro lado, o carvalho roble encontra-se em carvalhais climáticos em vales encaixados. Existem, no entanto, bastante disseminados, fazendo parte de bordaduras de lameiros e dos bosquetes que bordejam as áreas de pastagem nos planaltos, associadas a manchas de matos mais ou menos desenvolvidos conforme a pressão do pastoreio. As restantes folhosas (35%), onde se devem incluir também alguns carvalhos, ocorrem principalmente em vales com bons solos como os bosques de aveleiras ou de medronheiro, associados às galerias ripícolas, como o loureiro, o azevinho e o azereiro, ou integrando-as como o amieiro, a bétula, os freixos, os salgueiros, os choupos e o teixo. Algumas manchas de sobreiro ocorrem em exposições mais viradas a sul e abrigadas.

Os carvalhais e as manchas florestais naturais mais desenvolvidas desempenham um importante papel como locais de abrigo e reprodução para o lobo.

Outras espécies, como o castanheiro ou algumas resinosas, ocorrem de forma mais localizada, relacionadas com características específicas como a altitude, o solo ou os usos locais.

Assim, são de destacar os seguintes habitats florestais com especial importância de conservação:

5230* Matagais arborescentes de *Laurus nobilis*

91E0* Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (*Alno-Padion*, *Alnion incanae*, *Salicion albae*)

9160 Carvalhais pedunculados ou florestas mistas de carvalhos e carpas subatlânticas e médio-europeias da *Carpinion betuli*

9230 Carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica*

9380 Florestas de *Ilex aquifolium*

9580* Florestas mediterrânicas de *Taxus baccata*

Aspecto determinante na gestão desta área e, em particular, da floresta, é a propriedade e modalidade de gestão da terra. No âmbito do Parque Nacional, que representa cerca de 75% da área em estudo, apenas 19% corresponde a área privada, sendo 7% propriedade do Estado e 74% comunitária. Estes perímetros foram objecto de fortes investimentos de arborização.

Os incêndios, que apresentavam, desde 1990, uma média de menos de 1000 ha ardidos por ano, parecem ter tendência para aumentar nos últimos anos, fruto da diminuição da remoção de biomassa pelo gado, roça do mato e recolha de lenha, assim como, devido à pressão do turismo.

Quanto à actividade cinegética, dentro do perímetro do Parque Nacional, e de acordo com o seu regulamento, apenas é permitido o licenciamento de zonas de caça em que a maioria dos membros sejam naturais ou residentes dos concelhos abrangidos. As zonas de caça turística apresentam, de qualquer forma, uma área insignificante no conjunto dos concelhos abrangidos, dentro ou fora do perímetro do Parque.

A importância da floresta nesta ITI sobre a biodiversidade, para além de algumas formações reliquiais já referidas, está muito dependente do mosaico de habitats que forma com as zonas de matos e de herbáceas, particularmente nas encostas até aos 800 metros, onde domina o pinheiro-bravo, por vezes acompanhado pelo eucalipto e outras espécies de resinosas, e nas áreas de planalto, delimitando as áreas abertas, onde são os carvalhos os mais representados. O mosaico formado com as áreas de matos e pastagens, importante para várias espécies da fauna, com destaque para o lobo e alguns morcegos, está dependente do equilíbrio encontrado entre a actividade silvopastoril e de recolha de lenha que permitam manter as cargas de combustível em níveis moderados que evitem a ocorrência de incêndios intensos e incontroláveis. A ocorrência de incêndios intensos e frequentes não só destrói a cobertura vegetal das áreas mais declivosas, aumentando a erosão, como afecta as áreas reliquiais e as matas ripícolas, onde têm menos risco de se iniciarem mas que poderão destruir de forma irreversível se forem suficientemente intensos.

Acresce a este risco a invasão de exóticas lenhosas, principalmente acácias, após a passagem do fogo.

Tendo em conta a dimensão das áreas comunitárias e da propriedade do Estado, a dinâmica de uma gestão activa do coberto dependerá, de forma decisiva, da adopção de planos de gestão do coberto, arbustivo e herbáceo, e não só arbóreo, por parte dos gestores destas áreas, com particular atenção para a manutenção de áreas abertas e restantes medidas de prevenção de incêndios.

Outro dos aspectos fundamentais a serem tidos em conta pelos planos de gestão deverá ser a identificação e preparação das áreas mais procuradas para o lazer, cuja procura tenderá a aumentar e é, já hoje, fonte de degradação dos recursos.

A protecção e valorização das linhas de água e vegetação ribeirinha é essencial para a conservação de habitats de grande diversidade e fundamentais para a conservação de espécies da fauna associadas a este meio.

Factores de ameaça:

- incêndios florestais, sobretudo afectando algumas espécies de rapina diurnas, como o tartaranhão-cinzento *Circus cyaneus*;
- invasão de espécies vegetais e animais exóticas (como a *Acacia dealbata* em especial na região do Gerês);
- abertura de caminhos florestais, para extracção de madeira (erosão e acesso a zonas remotas);
- utilização de venenos para combater predadores;
- sobrepastoreio;
- intervenções florestais inadequadas ou mal conduzidas;
- abate ilegal de espécies;
- colheita de espécies da flora ameaçadas.

Nesta ITI, Santos *et al.* (2006) distinguiram duas subáreas relevantes para a caracterização e análise das dinâmicas:

- a Montanha Minhota que inclui o planalto de Castro Laboreiro, os maciços da Peneda e do Soajo, compreendendo alguns vales serranos, como da Gavieira/Sr^a da Peneda; o vale do Lima, a serra Amarela e o vale do Homem;

- o Alto Barroso, que inclui o planalto de Pitões (Mourela) e a cordilheira serrana, com áreas planálticas de topo, que se desenvolve ao longo da raia norte do concelho de Montalegre.

A primeira subárea junta fundamentalmente os sistemas de agricultura dos vales serranos, em que a cultura do milho se junta à vinha alta de bordadura, com os altiplanos pastoris explorados pelos efectivos pecuários das aldeias do vale, da média encosta e do planalto de Castro Laboreiro. A média altitude, encontramos ainda sistemas agrícolas em que o prado permanente irrigado tem peso mais relevante e a vinha e o milho vão declinando. Quando atingimos o planalto de Castro Laboreiro, o prado permanente domina as terras agrícolas e o centeio é já cultivado com alguma expressão. Há pois que lembrar que os indicadores médios utilizados escondem toda esta variação.

A segunda subárea é mais homogénea e representa sobretudo os sistemas de agricultura de planalto, com lameiros (prados permanentes essencialmente irrigados), predomínio da pecuária bovina e alguma presença da cultura do centeio e da batata.

Montanha Minhota

A área agrícola privada situa-se em vales e encostas com socos, mas também em áreas planálticas, sobretudo em Castro Laboreiro. Ela representa sempre uma parte reduzida do mosaico paisagístico (em média apenas 15% do território). Nas zonas de baixa e média altitude, as manchas agrícolas encontram-se rodeadas por uma matriz geralmente florestal – sobretudo pinhal. Nos planaltos e serras, extensas áreas de matos baixos, pastagem e zonas rochosas constituem a matriz em que se integram pequenas manchas agrícolas e também algumas florestais – agora sobretudo carvalhal. Em termos médios, a expressão dos matos e zonas rochosas é de cerca de 39% do território, a da floresta estreme, 28%, e a das áreas de monte pastadas, localizadas sobretudo nos baldios, 18% (com 6% sob coberto de arvoredos florestais).

As terras aráveis, em grande parte com milho, no Verão, e forragens anuais, no Inverno, ocupam mais de 1/3 da SAU privada. As culturas permanentes (essencialmente vinha de bordadura) ocupam 6% da mesma. Os prados cultivados (lameiros) ocupam 22% e as pastagens pobres em área privada, 38%.

Com excepção das pastagens pobres, a quase totalidade da SAU privada é irrigada.

Um judicioso sistema de aproveitamento das águas da serra e uma elevada intensidade em trabalho humano, explicam a obtenção de um rendimento da terra de 55% da média comunitária num meio agro-ecológico tão difícil.

Tem havido uma certa estabilidade das superfícies pastadas, mas um marcado declínio das áreas agrícolas irrigadas do vale e da encosta.

Alto Barroso

As áreas de SAU sem arvoredos florestais têm aqui maior expressão. De facto, elas ocupam 42% do território (27% na Montanha Minhota), a que se juntam 5% de áreas florestais pastadas.

Consequentemente, reduz-se um pouco a expressão das áreas florestais estremes (parte muito significativa de carvalho) com 20% do território, e das áreas de matos e outras ocupações do solo com 33%.

As terras aráveis, em que predominam as culturas do centeio, da batata e das forragens anuais, ocupam pouco mais de 1/5 da SAU. Os prados e pastagens permanentes ocupam 77% da SAU, com os cultivados (lameiros) a ocupar 30% e os pobres, 47%. As culturas permanentes quase não têm expressão, excluídas pelas geadas frequentes durante quase todos os meses do ano.

As áreas irrigáveis representam apenas 35% da SAU, permitindo regar apenas os lameiros e uma pequena parte das terras aráveis, pelo que o sistema é mais extensivo: rendimento da terra de cerca de 29% da média comunitária.

Tem havido uma maior estabilidade (ou mesmo ligeiro crescimento) das áreas usadas pela agricultura no Alto Barroso, relativamente ao que se passa na Montanha Minhota.

A dimensão física média das explorações agrícolas é mais pequena na Montanha Minhota (6 hectares) do que no Alto Barroso (15 hectares).

Estes reduzidos valores de SAU por exploração, conjugados com uma produtividade económica da terra baixa a médio-baixa, fazem com que, em ambas as subáreas, 85-88% da SAU sejam explorados por explorações de pequena ou muito pequena dimensão económica.

Quanto à produtividade do trabalho, verifica-se um baixo valor médio nas duas subáreas: 12-14% da média comunitária, sugerindo uma tendência para forte regressão da SAU regional, no futuro, em ambas as subáreas.

No que se refere à evolução da estrutura fundiária, o número de explorações sofreu quebras nas duas subáreas (18-36%), que conduziram a aumentos mais ou menos significativos da SAU média por exploração: 52% na Montanha Minhota e 127% no Alto Barroso (este último provavelmente sobreavaliado). Considerando os valores de partida (6 ha e 15 ha, respectivamente), pode considerar-se existir um ajustamento estrutural mais significativo na segunda destas subáreas.

No entanto, a sustentabilidade económica das explorações agrícolas nas duas subáreas depende, talvez mais do que do ajustamento estrutural, das melhorias que possam ser introduzidas no uso das extensas áreas disponíveis de baldios pastoris.

A pluriactividade das famílias agrícolas, para reduzir o peso de rendimentos agrícolas do trabalho tão baixos, é muito limitada nas duas subáreas, por ausência de oportunidade de emprego fora da agricultura: apenas 3 a 11% da SAU são detidos por famílias agrícolas cujo rendimento venham principalmente de salários nos sectores da indústria ou serviços.

Apesar de um peso um pouco superior das explorações policulturais, especializadas em vinha ou culturas permanentes diversas, na subárea da Montanha Minhota, são as explorações mais ou menos especializadas na produção animal, sobretudo de bovinos de carne, ovinos e caprinos, que utilizam a maior parte da SAU nas duas subáreas: 92% no Alto Barroso, 83% na Montanha Minhota. Outro traço comum é o elevado peso das explorações que combinam diversas espécies animais (49-55% da SAU). A maior diferença do Alto Barroso face à Montanha Minhota é o maior peso das explorações especializadas em bovinos de carne: 27% da SAU (10% na Montanha Minhota). Esta especialização bovina traduz uma melhor qualidade da área de lameiros de feno, bem como um relevo mais favorável ao trabalho das máquinas de colheita do feno – o qual constitui o grosso da alimentação dos bovinos durante metade do ano.

Relativamente à dinâmica dos diversos tipos de especialização produtiva das explorações agrícolas, podem detectar-se algumas tendências:

Declínio significativo das explorações policulturais em toda a Montanha Minhota (-8,5% da SAU regional em 1989);

Declínio significativo das explorações especializadas em bovinicultura de leite, em ambas as subáreas (4% da SAU regional em 1989);

Aumento relativo das explorações especializadas em pecuária intensiva, por perda das produções vegetais para autoconsumo familiar, sobretudo das que combinam diversas espécies de ruminantes, em ambas as subáreas;

Reforço da especialização bovina de carne no Alto Barroso.

Nos próximos anos, importa estar atento aos efeitos do desligamento parcial dos prémios aos ovinos e caprinos, que poderá conduzir a alguma pressão acrescida para o abandono dos efectivos em pastoreio nas áreas de baldio, com regressão das manchas abertas no mosaico paisagístico dos planaltos e serras.

Em relação à bovinicultura extensiva de carne, o principal factor limitante é a reduzida dimensão das explorações. Assim, o grosso da área dedicada à bovinicultura de carne especializada, no Alto Barroso, é explorado por explorações de pequena dimensão económica, que têm, em média, 20,5 ha de SAU, incluindo 9,5 ha de lameiros, que lhes permitem manter 10 vacas aleitantes.

Apenas 4% da área dedicada à bovinicultura de carne especializada, está em médias explorações, com uma SAU de 31 ha, incluindo 14,5 ha de lameiros, que suportam 16 vacas. O rendimento do trabalho agrícola sobe de 19 para 48% da média comunitária, das pequenas para as médias explorações, indicando o caminho a seguir para assegurar a sustentabilidade económica destes sistemas muito extensivos mas de reduzida dimensão física.

Os efectivos bovinos têm estado relativamente estáveis, mas a redução da mão-de-obra presente nas explorações tem conduzido ao incremento do pastoreio do gado bovino sem pastor. Isto, juntamente com a invasão por matos e indisponibilidade de algumas áreas de pastagem, induz o pastoreio ou pisoteio de áreas dos baldios anteriormente pouco pastadas, de que pode resultar dano a alguns habitats de turfeira/urzal húmido. O pastoreio de garranos, que tem sofrido incremento, é também sem pastor, com efeitos ambientais semelhantes.

De seguida, resumem-se as tendências de evolução mais marcantes, agrupadas por subáreas de referência da Peneda-Gerês, bem como uma breve descrição dos impactes previsíveis.

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL**

Subárea de referência	Tendências do sector agrícola e florestal	Descrição dos impactes potenciais
Montanha Minhota	Declínio rápido do uso agrícola de zonas de socacos em encosta e abandono de sistemas de rega tradicionais	Diminuição de habitat
	Provável redução futura das áreas pastadas por efectivos bovinos, ovinos e caprinos	Positivo SIC7: por conversão de áreas pastadas em matagal SIC1: negativo por diminuição de presas SIC6: negativo por diminuição da componente alimentação e coberto associado ao gado
	Aumento da frequência do pastoreio de bovinos e garranos sem pastor	Por impacte do pastoreio
	Aumento da frequência e da intensidade dos incêndios florestais	Diminuição de habitat
	Aumento da pressão dos visitantes e da procura de actividades de lazer	Diminuição de habitat por perturbação
	Alto Barroso	Declínio das áreas de centeio
Provável redução futura das áreas pastadas por efectivos de ovinos e caprinos		Positivo SIC7: por conversão de áreas pastadas em matagal SIC1: negativo por diminuição de presas SIC6: negativo por diminuição da componente alimentação e coberto associada ao gado
Aumento da frequência do pastoreio de bovinos e garranos sem pastor		Por impacte do pastoreio
Provável redução do pastoreio nos planaltos, com concentração do pastoreio de bovinos em zonas mais próximas da aldeia; fechamento do mosaico de matos baixos/pastagem com declínio de áreas abertas e progressão de áreas de mato mais alto		Diminuição de habitat
Abandono de lameiros mais marginais onde não é possível mecanizar a colheita do feno		Diminuição de habitat

2. Intervenção Territorial Integrada Montezinho-Nogueira

Na área desta ITI, ocorre uma agricultura de montanha, baseada principalmente na exploração pecuária extensiva de ovinos e bovinos e que normalmente tem contribuído para a manutenção dos valores naturais existentes. Esta ITI contribui significativamente para a manutenção de populações

viáveis em Portugal de diversas espécies florísticas e faunísticas ameaçadas, incluindo fauna aquática e ribeirinha.

O envelhecimento da população é preocupante (30,2% com idade superior a 64 anos); os agricultores representam 59% da população activa. A área média por exploração é de 11,2 ha.

O espaço florestal é muito representativo, com uma distribuição equivalente entre matos e uma composição diversificada de povoamentos.

Os sistemas produtivos mais representativos são os cereais, a pecuária (ovinos e bovinos) e os frutos secos, designadamente a castanha, cujas áreas têm aumentado significativamente nos últimos anos. O abandono agrícola tem aumentado, sobretudo nas áreas mais afastadas das aldeias.

Os usos agrários na ITI têm vindo a sofrer, nos últimos anos, profundas alterações. A maior alteração verifica-se na diminuição da área de cereal, que se repercutiu no aumento da área de culturas permanentes, nomeadamente de souto, pastagens e floresta. Na pecuária, o total da superfície forrageira aumentou, fruto da transformação em pastagens da área de cereal deixada em pousio. Para o aumento das áreas forrageiras tem contribuído o aumento das culturas forrageiras anuais, nomeadamente a aveia.

O efectivo pecuário é na sua grande maioria de raças autóctones: bovina mirandesa, ovina churra galega bragançana e suína bísara. Devido às condições edafo-climáticas da zona, as produções obtidas são baixas para a maioria das actividades. Como contrapartida, os produtos são de inegável qualidade, razão pela qual são protegidos como denominação de origem (DOP).

O cultivo de cereais para grandes declives (a partir de IQFP ≥ 2) envolve processos erosivos elevados no solo; além disso, o fomento da cultura dos cereais a fracos declives contribui para a expansão destes ao redor da montanha em vez de ser em altitude, contribuindo da melhor forma para a heterogeneidade da paisagem. Os soutos velhos apresentam maior resistência à doença da tinta e constituem um reservatório genético por representarem variedades tradicionais com pouco uso actual.

Torna-se fundamental a manutenção de extensas zonas de matos acima dos 700-800 metros de altitude, a conservação dos ecossistemas ribeirinhos de toda a área e a manutenção das práticas agrícolas que fomentem a conservação dos lameiros, das pequenas áreas de cereal e de pastagens de sequeiro e que preservem os soutos de castanheiro antigos.

A ITI comporta mais de um milhar de taxa de plantas vasculares, sendo o sítio mais representativo para a flora ultrabásica e inclui muitos endemismos nacionais ou locais.

É uma área muito importante para a conservação do lobo (*Canis lupus*) a nível nacional, albergando uma parte significativa do efectivo populacional total (cerca de 15%).

Tem sido feita a melhoria dos regadios tradicionais e existe o regadio colectivo/Barragem de Prada.

Produtos classificados como de qualidade pelo Ministério da Agricultura: Carne Bovina Mirandesa (DOP), Cordeiro Bragançano (DOP), Castanha da Terra Fria (DOP), Mel do parque de Montesinho (DOP), Salpicão (IGP) e Linguíça de Vinhais (IGP).

Principais factores de ameaça: Florestação de áreas de mato que representam importantes habitats para a avifauna; florestação com resinosas; a redução da actividade agrícola e da pastorícia que ameaça a conservação dos lameiros e de pequenas folhas de cereal; alteração das características naturais dos cursos de água, que pela construção de novas barragens quer pela inapropriada gestão das existentes; incêndios florestais de grandes proporções; introdução de práticas agrícolas desadequadas, como por exemplo o pastoreio livre de bovinos; florestação de áreas naturais em detrimento da regeneração natural e da sucessão ecológica; pressão cinegética; corte ilegal dos bosques.

3. Intervenção Territorial Integrada Douro Internacional

Os vales escarpados e assentes sobretudo em substratos graníticos são a principal característica do relevo desta ITI. As paisagens são quase naturais. A intervenção humana que houve, traduzida no esforço para construir e aproveitar pequenos socalcos das encostas, encontra-se hoje ao abandono. Ocorrem também outros cenários orográficos, nomeadamente os planaltos, cerros montanhosos e encostas suaves.

A dicotomia paisagística entre arribas e planaltos, pautada pela alternância de zonas de formações naturais com espaços onde domina a actividade agro-pecuária extensiva, disponibilizando importantes recursos tróficos. Esta dicotomia favorece assim a presença de espécies da fauna tão diversas como o lobo-ibérico (*Canis lupus*) ou ao nível do micro-mosaico, o rato de Cabrera (*Microtus cabreræ*), bem como a riqueza de habitats e espécies de aves nesta área, nomeadamente aves estepárias (entre as quais o Sisão), aves de rapina florestais e passeriformes florestais ou dependentes de matos. O grupo que melhor expressa essa realidade ecológica muito própria corresponde ao das aves rupícolas, sendo a ZPE do Douro Internacional uma dos seus principais santuários no continente Europeu.

A ITI possui também uma elevada importância florística e possibilita o desenvolvimento e estabilização de um coberto vegetal extremamente rico e diversificado, em particular nas arribas. Observa-se assim uma grande diversidade de formações vegetais, cuja composição e estrutura reflectem o declive e a exposição solar e todas elas associadas ao micro-clima mediterrânico. As comunidades mais representativas são os azinhais, sobreirais, carvalhais, zimbrais, bosques higrofilos, matos pré-florestais e lameiros. A vegetação natural surge também nas sebes e limites de propriedade ou sob a forma de maciços ou bosquetes confinados aos barrocais ou nas parcelas agrícolas recentemente abandonadas.

Os sistemas culturais podem agrupar-se em dois grupos:

- o sistema cultural do Planalto – zona de minifúndio com clima atlântico, que se caracteriza por uma agricultura extensiva de sequeiro, onde predominam os cereais associados à produção forrageira e pecuária (com os característicos lameiros). Esta actividade baseia-se nas raças autóctones, principalmente de ovino Mirandês e ovinos das raças Churra Galega Mirandesa, Churra da Terra Quente e a Mondegueira;
- o sistema cultural das arribas – que se caracteriza pela existência das culturas mediterrânicas – vinha, olival (com predominância da especialização azeitona de conserva), amendoal e dos citrinos.

Tem-se verificado, nos últimos anos, um decréscimo geral da actividade agro-pecuária devido ao êxodo e envelhecimento da população, reduzindo-se igualmente o número de explorações agrícolas. O peso dos que têm menos de 40 anos é máximo no Planalto Mirandês e Arribas de Miranda e Mogadouro, enquanto que o peso dos que têm 65 anos ou mais é máximo nas duas áreas do Vale do Douro (44-46%). Por outro lado, a dimensão física média das explorações agrícolas é superior nas áreas planálticas (15-22 ha) do que nas arribas (7-11 ha).

O declínio da superfície agrícola das arribas e vales é significativo e acompanhado, no Vale do Douro, por uma extensificação das terras que permanecem cultivadas (crescimento da componente pastagens pobres). Tem havido um crescimento progressivo das áreas de matos e outros incultos e uma cada vez maior fragmentação das manchas agrícolas.

A produtividade do trabalho agrícola é superior a metade da média comunitária (EU 15) em 40% ou mais da SAU nos planaltos a norte e sul do Douro (máximo de 51% da SAU nas bacias leiteiras), o que estará provavelmente na origem da maior estabilidade da SAU nestas áreas. Nas Arribas e Vale do Douro (com excepção do Vale do Douro Norte), a produtividade do trabalho agrícola é um pouco inferior, o que explicará a significativa retracção da SAU nestas áreas.

Nas zonas de planalto há um declínio mais significativo do número de explorações agrícolas (entre 1989 e 1999), o que, conjugado com a maior estabilidade da SAU nestas áreas, se traduz num crescimento significativo da SAU média por exploração. Este ajustamento estrutural vem reforçar a melhor posição económica das explorações das áreas planálticas.

Nas áreas planálticas, a exploração agrícola constitui tipicamente a principal fonte de rendimento da família (em 66 a 82% da SAU), enquanto que os salários não agrícolas e reformas são tipicamente a principal fonte de receita para as famílias agrícolas das Arribas e Vale do Douro (com excepção do Vale do Douro Sul).

Pode assim concluir-se pela maior sustentabilidade económica dos sistemas agrícolas das áreas planálticas, reforçada pelo ajustamento estrutural das respectivas explorações agrícolas e pela manutenção do peso da agricultura como principal fonte de receita das famílias que têm exploração agrícola.

A área de cereais permanece ainda importante no Planalto Mirandês, com 20% da SAU. Mais de 70% desta área de cereal está incluída em explorações com pecuária extensiva ou pecuária leiteira. Com excepção das Arribas de Miranda e Mogadouro, a área de cereais representa, nas restantes áreas, menos de 10% da SAU.

As explorações especializadas em culturas permanentes tiveram, na década 90, um ligeiro ganho em termos de ocupação de SAU no Planalto Mirandês e Arribas e uma ligeira perda a sul, no Vale do Douro e Figueira.

As explorações especializadas na produção pecuária extensiva ou leiteira, juntamente com aquelas que combinam a pecuária com as culturas arvenses ou permanentes, ocupam 70% ou mais da SAU nas áreas planálticas, quase 40% nas Arribas de Miranda e Mogadouro e no Vale do Douro Sul (Foz Coa) e menos de 20% nas Arribas de Freixo e Vale do Douro Norte (Ligares/Moncorvo).

As explorações especializadas na bovinicultura de leite ocupam cerca de metade da SAU nas bacias leiteiras do Planalto Mirandês, mas apenas 20% na maior parte do Planalto Mirandês; têm peso ainda significativo nas Arribas de Miranda e Mogadouro (13% da SAU) e no Planalto da Figueira (9%). Este tipo de explorações tem declinado generalizadamente em termos de ocupação de SAU, com excepção das bacias leiteiras, onde ganhou ainda mais 13% da SAU na última década. A produção leiteira está a especializar-se e concentrar-se em 4 freguesias do Planalto Mirandês.

No que se refere ao uso do solo, as explorações leiteiras mais especializadas têm, relativamente às explorações pecuárias mais extensivas, as seguintes diferenças:

- a) um maior peso das culturas forrageiras anuais (aveia e aveia x ervilhaca) e uma ligeira redução dos pousios, que decorre da substituição, nas melhores terras, da rotação cereal-pousio por rotações cereal-culturas forrageiras anuais (1 ou mais anos);
- b) um peso um pouco inferior dos lameiros e das pastagens pobres.

As explorações especializadas em pecuária bovina de carne têm um peso muito reduzido e ocupam pouco mais de 5% da SAU nos planaltos Mirandês e de Figueira. As explorações especializadas na criação de ovinos têm um peso muito significativo no Planalto de Figueira, onde ocupam mais de um terço da SAU; têm ainda peso significativo no Vale do Douro e no Planalto Mirandês.

As explorações de pecuária extensiva mista (bovinos e ovinos) são dominantes no Planalto Mirandês (com excepção das bacias leiteiras), onde ocupam 21% da SAU, tendo também bastante peso no de Figueira (20% da SAU).

As explorações que combinam a pecuária extensiva com as culturas permanentes têm algum peso nas Arribas, Vale do Douro e Planalto de Figueira, enquanto que as que combinam a pecuária extensiva com culturas arvenses apenas têm algum significado no Planalto Mirandês.

Tem havido uma tendência para o crescimento das explorações especializadas em bovinos de carne (Planalto Mirandês e Planalto de Figueira) e em ovinos (sobretudo em Figueira), em detrimento das

explorações de pecuária extensiva mistas e das que combinam os gados com a produção de culturas arvenses. Esta tendência prende-se com a escassez de mão-de-obra para gerir efectivos de espécies diferentes, com a afirmação no mercado de diversas raças locais (bovinos ou ovinos) e com o declínio dos cereais em muitas áreas.

A maior dinâmica de especialização dos bovinos no Planalto Mirandês e dos ovinos no de Figueira prende-se com o peso dos lameiros no primeiro e o das pastagens pobres no segundo. Além disso, em Figueira, as explorações especializadas na produção ovina distinguem-se pelo elevado peso de forragens anuais na SAU, o que revela o peso assumido pela produção de leite/queijo em Figueira (raça Bordaleira).

Produtos de Qualidade: DOP: Carne Bovina Mirandesa, Borrego Terrincho e Queijo Terrincho, Azeite de Trás-os-Montes, Azeitona Negrinha de Freixo e Amêndoa do Douro, Cabrito transmontano, Mel da Terra Quente, Queijo de Cabra transmontano e uma parte significativa da ITI integra a Região Demarcada do Douro

Principais factores de ameaça na ITI: abandono das actividades agro-pecuárias tradicionais ou sua substituição por regimes intensivos e declínio do cultivo cerealífero; realização de queimadas (associadas ao pastoreio) e correspondente risco de incêndio; abertura de caminhos nas arribas; corte da vegetação ripícola nos afluentes do Douro; alguns outros aspectos negativos incluem o excesso de mobilizações do solo, o uso de agro-químicos em algumas culturas e a destruição de sebes.

De seguida, resumem-se as tendências de evolução mais marcantes, agrupadas por subáreas de referência do Douro Internacional, bem como uma breve descrição dos impactes previsíveis.

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL**

Subárea de referência	Tendências do sector agrícola e florestal	Descrição dos impactes potenciais
Planalto Mirandês	Declínio das áreas de pousio e pastagem pobre	Negativo para os valores que dependem de habitats abertos e sistemas cereal-pousio
	Aumento das explorações especializadas em bovinos de carne (raça mirandesa)	Positivo para os valores directa ou indirectamente dependentes dos lameiros
	Florestação de terras de cereal pobre (rotações com pousio) e lameiros, em terras de explorações leiteiras	
	Aumento da pressão sobre o montado nas áreas com melhores solos, quer pela intensificação agrícola quer pelo aumento do encabeçamento com bovinos	
Arribas e Vale do Douro	Diminuição da SAU e extensificação das terras cultivadas, com aumento das áreas de pastagens pobres	Negativo para os valores que dependem de habitats abertos e sistemas cereal-pousio
	Aumento das áreas de matos e incultos	Negativo para os valores que dependem de habitats abertos Positivo para valores associados aos matagais
	Fragmentação de manchas agrícolas	
	Redução acentuada das áreas de cereal	
Planalto de Figueira	Aumento das explorações especializadas em ovinos (raça Bordaleira)	Positivo para os valores que beneficiam da maior densidade de presas domésticas ou carcaças Positivo para alguns valores associadas a habitat abertos Negativo para os valores associados a matagais ou à floresta
	Redução acentuada das áreas de cereal	

4. Intervenção Territorial Integrada Serra da Estrela

Para esta ITI, recorreu-se a uma fonte adicional de informação: Jansen (2002), representando esta a área mais emblemática de Portugal Continental para valores naturais associados à altitude, muitos deles com carácter exclusivo.

Componente Agro-ambiental

A paisagem Estrelense tem sido profundamente afectada pelas actividades humanas ao longo dos últimos sete milénios. Novos biótopos semi-naturais evoluíram a partir da longa tradição de pastorícia e agricultura, muitas espécies tornando-se dependentes desses novos biótopos e, subsequentemente, das práticas agrícolas que os mantinham. Na Serra da Estrela é usado um sistema agro-pastoril baseado nos matos, incluindo a queima, o pastoreio, a fenação, a lavoura e a rotação das terras cultiváveis.

Acima dos 800 m, as principais culturas são o centeio e a batata. A menores altitudes, cresce a importância do olival, dos pomares e das vinhas ocupando as bordaduras das parcelas.

O pastoreio dos ovinos é a actividade predominante na área do Parque Natural da Serra da Estrela. A manutenção da agricultura extensiva tradicional permite conservar não só o mosaico paisagístico, mas também garantir a manutenção de habitats que suportam importantes comunidades faunísticas. Por exemplo o habitat do pisco-de-peito-azul (*Luscinia svecica cyanecula*) é constituído por um

padrão de vegetação em mosaico de prados abertos e diferentes estádios evolutivos dos matos de *Cytisus oromediterraneus*. As queimadas controladas e o pastoreio mantêm o seu biótopo.

Além de serem importantes para certas espécies e biótopos, estes mosaicos são também altamente valorizados pelo seu valor paisagístico e pela sua relevância cultural.

Os prados que hoje ocorrem na Estrela são mais ou menos semi-naturais, sendo constituídos essencialmente por gramíneas e herbáceas anuais, bianuais ou vivazes. Tal como os matos, têm fundamentalmente origem antrópica, através do desbaste e do fogo. A sua diversidade depende, não só do clima, do solo, da altitude e da topografia, mas também do sistema agro-pastoril. O pastoreio influencia a estrutura e a composição da vegetação, dependendo da intensidade, do ritmo e do tipo de gado.

Quando a intensidade de pastoreio aumenta, os solos são mais enriquecidos (pelos dejectos) e tornam-se mais compactos (pelo pisoteio) e certas espécies perenes, como *Poa bulbosa*, podem ser beneficiadas em termos competitivos. Os prados deste tipo ocupam pequenas áreas na Estrela.

Os lameiros são cortados na estação de crescimento e podem ser pastados fora dela, ao contrário das pastagens, geralmente pastadas durante todo o ano. Existem dois tipos de lameiros: os irrigados (ou lameiros de regadio) e os não regados (ou lameiros de secadal). A prática tradicional da irrigação durante o Inverno, com a circulação contínua de uma fina película de água (“lima”), tem como objectivo evitar os estragos provocados pelas geadas. Os prados são geralmente ceifados e pastados no mesmo ano (lameiros de feno). Alguns lameiros de regadio, localizados na proximidade das aldeias, são ceifados várias vezes por ano (lameiros de erva). Em condições naturais, os prados são enriquecidos por uma entrada de minerais provenientes dos sedimentos depositados ou da água corrente. Adicionalmente podem ser fertilizados com estrume orgânico. A longa história de uso tradicional produziu uma elevada diversidade de espécies. As espécies de biótopos irrigados naturalmente, como pastagens de planícies aluviais, orlas de bosques ripícolas, cervunais, urzais, turfeiras ou outra vegetação (sub-higrófila) foram capazes de invadir este novo biótopo. A grande diversidade de espécies de plantas diferentes atrai muitos tipos de insectos que, por sua vez, atraem várias aves insectívoras. Os lameiros são a prova viva de que o Homem pode criar novos biótopos com uma elevada biodiversidade.

Componente Silvo-Ambiental

A partir do século XIX, várias espécies exóticas foram introduzidas na Estrela, principalmente com o objectivo de produzir madeira mais rapidamente ou de melhor qualidade. Desde os anos 30 do século XX, extensas áreas de incultos foram florestadas. De um modo geral, foram usadas espécies de árvores alóctones para novas plantações ou para melhorar os restos dos bosques climácicos originais. Grande parte das áreas plantadas eram baldios, usados para recolher lenha, pedra para construção, etc., mas acima de tudo, para pastagens ou terras cultivadas. Depois de estas áreas terem sido plantadas, os agricultores e pastores locais não eram autorizados a entrar, causando um declínio do sistema silvo-pastoril tradicional.

Algumas espécies arbóreas introduzidas começaram a espalhar-se para fora das plantações e constituem uma ameaça para a restante flora. Em resultado da sua grande capacidade de regeneração, a chinesa *Ailanthus altissima*, a australiana *Acacia dealbata* e o pinheiro-bravo *Pinus pinaster*, por exemplo, estão actualmente a substituir as espécies florestais autóctones. As plantações de carvalho-vermelho-americano (*Quercus rubra*), uma espécie arbórea de crescimento rápido proveniente da América do Norte, parecem produzir matéria morta nociva para muitas espécies do sub-bosque das florestas autóctones.

Ocorrem na Serra da Estrela vários tipos de matos, como urzais, giestais, tojais, estevais, sargaçais, caldoneirais e zimbrais-rasteiros. Os matos, albergando frequentemente uma interessante flora, passaram a ocupar grandes extensões após o desaparecimento dos bosques devido ao corte, ao fogo e ao pastoreio. Na ausência da acção humana e do seu gado, estas áreas evoluiriam novamente para bosques, atingindo eventualmente a floresta climácica. A excepção a esta regra são os locais

impróprios para a instalação de bosques, como as partes mais altas da Estrela, onde os ventos fortes, o frio acentuado e uma espessa cobertura de neve no Inverno impedem o crescimento de árvores. A manutenção dos matos depende em grande medida da continuação do sistema tradicional agro-pastoril.

Principais factores de ameaça: abandono da pastorícia tradicional de percurso; incêndios; colheita de espécies vegetais ameaçadas; proliferação de flora exótica infestante.

Produtos de Qualidade: Queijo da Serra da Estrela (DOP), Requeijão Serra da Estrela (DOP), Borrego da Serra da Estrela (DOP) e já em fase de conclusão do processo de reconhecimento, o Queijo da Serra da Estrela Velho.

5. Intervenção Territorial Integrada Tejo Internacional

Esta ITI é caracterizada por encostas bastante declivosas, cobertas por matagal mediterrânico rico e diverso, com afloramentos rochosos frequentes, dominados pelo xisto e, pontualmente, granito. As áreas adjacentes, mais aplanadas, estão cobertas por montado de azinho, eucaliptais, terrenos de cultivo maioritariamente tradicional (olival e cereais de sequeiro), pastagens e matos esclerófilos.

Este mosaico de habitats, constituído por áreas semi-naturais, pouco intervencionadas, associado a uma cada vez mais organizada gestão cinegética, possibilitam a existência de uma elevada diversidade de espécies com especial relevância para populações importantes de aves ameaçadas tipicamente rupícolas e associadas ao bosque mediterrânico.

Em termos de uso agrícola, surgem maioritariamente áreas de sob-coberto de montado, de incultos e de culturas arvenses associadas a pousios prolongados em sistema de rotação. A maior parte da SAU (80%) está incluída em explorações de grande dimensão (≥ 100 ha).

Nesta área dominam os espaços florestais, constituídos por povoamentos de eucalipto e montados de azinheira e sobreiro, com utilização associada à produção pecuária extensiva, principalmente de ovinos, o qual representa uma contribuição de cerca de 25% para a MBT média por exploração na zona.

Factores de ameaça: actividades agro-silvícolas (abertura, limpeza e caminhos, desmatamentos), abandono de práticas agrícolas tradicionais, gestão deficiente de algumas zonas de caça condicionada, uso indiscriminado de venenos e abate a tiro.

6. Intervenção Territorial Integrada Serra de Aires e Candeeiros

As serras de Aire e Candeeiros são o mais importante repositório de formações calcárias existentes em Portugal – a erosão cársica originou formações geológicas características, como as grutas, muito importantes para os morcegos. A secura, acentuada pela ausência de cursos de água superficiais, constitui a característica marcante da paisagem a que falhas, escarpas e afloramentos rochosos conferem um traço vigoroso e agreste.

Por isso mesmo, assume-se como sítio representativo da flora e vegetação calcícola do centro-oeste de Portugal, com numerosos endemismos lusitânicos, nomeadamente as formações rupícolas e as comunidades de orquídeas. Destaca-se ainda a ocorrência de uma população importante e muito característica de gralha de bico vermelho.

As áreas de matos, de maior ou menor altura, os afloramentos calcários e outros usos constituem a matriz paisagística que envolve as bolsas agrícolas, em grande parte associadas às depressões, as pastagens, geralmente em mosaico com áreas de matos e as manchas florestais de diversos tipos.

Componente agro-ambiental

O fogo, o pastoreio e agricultura moldaram uma paisagem cársica. Estas paisagens também se encontram associadas a olivais nas encostas pedregosas e à presença de muros de pedra seca usados na compartimentação de pequenas parcelas cultivadas ou para segurar o escasso solo existente, nas zonas de vale ou depressões (poldjes) com uma utilização agrícola variada.

Os usos nesta ITI continuam a ser fortemente condicionados pelo principal factor limitante e agente erosivo: a água. Áreas mais altas e secas não têm ocupação permanente, sendo utilizadas de forma muito extensiva ou mesmo abandonadas como ocorreu para as culturas arvenses de sequeiro; nas baixas ou depressões onde há disponibilidades de água, o relevo é mais suave, o solo permite uma utilização agrícola e concentram-se os estabelecimentos humanos. Esta tradicional coerência entre usos e características biofísicas tem vindo a ser alterada devido ao abandono de situações agrícolas mais difíceis (nomeadamente de olivais e pastagens), gestão deficiente de matos e matas, entre outros.

A agricultura é uma actividade complementar para a maioria das pequenas explorações familiares. O olival, com pastagem sob-coberto (frequentemente dominada por gramíneas anuais e/ou perenes), os cereais, a batata e as culturas forrageiras são as actividades agrícolas dominantes. A pecuária, actualmente em acentuada decadência, inclui ovinos e caprinos. Contudo, a suinicultura e a avicultura, em moldes industriais, tem uma significativa importância económica.

A dimensão física média das explorações agrícolas é muito pequena: entre 3 a 4 ha. Assim e apesar de uma significativa produtividade económica da terra, cerca de 70% da SAU são explorados por explorações de pequena ou muito pequena dimensão económica.

A produtividade do trabalho agrícola é superior a metade da média comunitária (UE15) em 47-49% da SAU regional, sendo superior à média comunitária em apenas 19-25% da mesma. Estes indicadores levariam a prever uma significativa tendência para a regressão da superfície agrícola regional, no futuro, previsão que poderá, no entanto, ser algo matizada pela importância da pluriactividade e do pluri-rendimento das famílias agrícolas.

O número de explorações sofreu uma quebra significativa entre 1989 e 1999 (36-40%). Tendo em conta a dimensão média de partida (3-4 ha), não se pode considerar que esteja a existir um ajustamento estrutural susceptível de elevar significativamente a produtividade do trabalho agrícola.

Entre 22 e 28% da SAU são detidos por famílias agrícolas cujo rendimento vem principalmente de salários de trabalho exterior nos sectores da indústria ou serviços, o que revela algumas oportunidades ao nível do mercado local de trabalho. Por outro lado, entre 17 e 27% da SAL são detidas por famílias que vivem principalmente de reformas ou pensões e 39 a 57% por famílias que vivem principalmente da exploração. Em grande parte destas últimas e dada a dimensão média das explorações, é de prever que o rendimento seja claramente insuficiente para remunerar a força de trabalho familiar. Será pois neste segmento que se concentrará a maior vulnerabilidade económica futura, cuja solução dependerá provavelmente mais do ritmo a que a economia rural se vá diversificando, com criação de empregos fora da agricultura, do que do ajustamento estrutural das explorações agrícolas.

Verifica-se um declínio das explorações policulturais.

A reforma da OCM do azeite sobre a produção olivícola e oleícola regional é susceptível de levar ao abandono do cultivo de parte da área de olival (embora o olival de encosta esteja, desde há muito, abandonado), ou à sua extensificação, com a consequente fragilização económica das estruturas de transformação que servem os olivicultores locais.

Por outro lado, o desligamento parcial dos prémios aos ovinos e caprinos poderá conduzir a alguma pressão para o abandono dos efectivos de menor dimensão, com alguma regressão do pastoreio e progressão dos matos no mosaico paisagístico.

Relativamente ao leite de bovino, a recente reforma da OCM faz prever alguma tendência para a extensificação dos sistemas produtivos, embora isto tenha um efeito muito limitado em explorações com áreas tão diminutas.

Principais factores de ameaça: colheita de espécies vegetais ameaçadas; perturbação das grutas; implantação de infra-estruturas; incêndios e erosão (associada ao fogo ou ao pastoreio em áreas declivosas).

Componente silvo-ambiental

As áreas florestais ocupam 27% da área total, não tendo expressão a floresta com culturas sob coberto. Cerca de 39% da área é ocupada por formações de carvalhos cerquinho e negral, marginalmente acompanhados pela azinheira e, pontualmente, pelo sobreiro. O pinheiro bravo ocupa 37% da área e o eucalipto 20%. O pinheiro manso (3%) e outras folhosas, nomeadamente o castanheiro e as espécies das matas ripícolas (1%) completam o conjunto de espécies florestais.

Quase só os perímetros florestais que representam 30% da área do sítio (13 107 há) estavam disponíveis para arborização. Desta área, desde 1962 deverão ter sido arborizados pelo Estado cerca de 7200 ha, o grosso até 1972. Uma parte significativa desta área florestal terá ardido (a uma taxa de 4% por ano, pelo menos desde 1999), tendo em conta que as Serras de Aires e de Candeeiros têm sido das mais recorrentemente afectadas por incêndios do litoral centro e mantendo-se como zona crítica para a protecção de incêndios.

Assim, constata-se uma ocupação florestal dispersa por toda a área, sem apresentar grandes manchas arborizadas, ocorrendo as maiores, de pinheiro bravo e eucalipto, no interior dos perímetros, particularmente nos contrafortes da serra de Candeeiros e em áreas privadas nas zonas menos declivosas, já no concelho de Alcobaça.

Os povoamentos de quercíneas acompanham os campos junto das aldeias e os vales mais encaixados e menos perturbados. Nas áreas abandonadas, verifica-se forte regeneração natural de carrasco, carvalho cerquinho e carvalho negral. Algumas destas formações são particularmente importantes e constituem habitats classificados identificados neste sítio, a saber:

- Matagais arborescentes de *Laurus nobilis*
- Carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica*
- Carvalhais ibéricos de *Quercus faginea* e *Quercus canariensis*
- Florestas de *Quercus suber*
- Florestas de *Quercus ilex* e *Quercus rotundifolia*

A vegetação ripícola tem particular importância nesta área, não só pelo seu papel de corredor ecológico num meio árido, fortemente transformado e, em certas zonas, desarborizado, como pelo papel de protector contra a erosão e melhoria da qualidade da água. As áreas do maciço calcário estremenho são, simultaneamente, áreas sensíveis à poluição dos lençóis freáticos e muito sujeitas à poluição de diversas fontes, especialmente as de origem na produção pecuária e de cortumes.

A actividade cinegética apresenta um ordenamento variável, entre pouco mais de 20% na Batalha e 65% em Rio Maior. O concelho com maior área dentro do sítio apresenta cerca de 47% e, em todos os casos, trata-se exclusivamente de zonas de caça associativa e municipal, não tendo a exploração turística da caça qualquer expressão.

A apicultura apresenta alguma importância no concelho de Porto de Mós, no que beneficia das grandes extensões de matos de toda a área, não tendo, no entanto, o mel nenhuma designação de proveniência.

Apesar da extensão dos espaços florestais, a aumentarem continuamente, tendo em conta o abandono das áreas agrícolas menos acessíveis, as condições naturais limitantes para a produção florestal determinam um contributo marginal da floresta para o rendimento, representado por apenas 0.4% do VAB no concelho de Porto de Mós e 7.5% do VAB gerado pela agricultura e floresta.

Devido às características litológicas e edáficas, esta área não apresenta um grande potencial para a floresta de produção de lenho na maior parte da sua extensão. No entanto, tendo em conta os valores florísticos, faunísticos e paisagísticos que encerra, encontrando-se a cerca de uma hora de Lisboa e tendo várias cidades nas proximidades, deverá ver a sua importância aumentar, enquanto área de protecção e de lazer ligado à natureza e ao ar livre.

Tomando as alterações da actividade agrícola e o abandono que se fazem sentir, paralelamente com a reduzida dimensão da propriedade e o interesse marginal para a produção lenhosa, não parece fácil incrementar uma dinâmica de arborização e gestão da floresta para as metas do PROF do Centro Litoral, que apontam para um aumento da área arborizada para mais do dobro (passando de 18% para 40% nos próximos 40 anos) e que este aumento se fará à custa do aumento das áreas de azinheira (que crescerá para 10%) e dos carvalhos cerquinho e negral (que deverão chegar aos 45%). Para além do contributo da regeneração natural, com os inconvenientes do aumento do risco de incêndio caso não seja conduzida, não se compreende de que forma serão atingidas as metas referidas, a menos que as áreas públicas adoptem um plano de investimentos e gestão que permita, através de parcerias a diversos níveis, arrastar as áreas privadas e os baldios no sentido de uma gestão efectiva e na condução de uma floresta virada para a conservação dos valores naturais e para o lazer.

Em qualquer dos cenários, as medidas de prevenção contra incêndios serão fundamentais. Neste sentido e face à tendência de abandono e regeneração natural, deverá ser evitada a formação de manchas florestais contínuas de grandes dimensões.

Torna-se necessário manter e promover o pastoreio extensivo adequando o maneo às necessidades de conservação dos valores em presença e assegurar o mosaico de habitats.

Principais factores de ameaça: incêndios; abandono da actividade agrária.

Produtos de Qualidade: Pêra Rocha do Oeste (DOP) e Vinho Regional “Estremadura”

De seguida, resumem-se as tendências de evolução mais marcantes, agrupadas por subáreas de referência da Serra de Aires e Candeeiros, bem como uma breve descrição dos impactes previsíveis.

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL**

Subárea de referência	Tendências do sector agrícola e florestal	Descrição dos impactes potenciais
Candeeiros/S. António/Alvados	Redução das terras aráveis, associado ao declínio dos sistemas policulturais	Impactos positivos para todos os habitats e espécies vegetais, podendo ser, a longo prazo, algo desfavorável para os habitats herbáceos 6210 e 6220 e para os morcegos que neles se alimentam (SIC2, SIC4)
	Tendência de regressão da área de pastagens pobres pastoreadas por efectivos ovinos e caprinos, com progressão do mato no mosaico	Impactos positivos para os habitats 5330 (excepto subtipo 7), 8130, 9230 e 9240, negativos para os restantes habitats e espécies vegetais (excepto <i>Narcissus calcicola</i>) devido à sucessão ecológica. Negativo para os morcegos que se alimentam em meios herbáceos (SIC2, SIC4)
	Algum abandono das práticas culturais no olival	Impactos positivos para todos habitats e espécies vegetais, excepto para 6220 por sucessão ecológica. Negativo para os morcegos que se alimentam em zonas arborizadas sem subcoberto (SIC6), positivo para as que preferem áreas com subcoberto (SIC7 e SIC9)
	Manutenção de encabeçamentos elevados nas pastagens exploradas pela bovinicultura de leite	Impactos negativos para todos os habitats e para os animais aquáticos mais sensíveis à poluição orgânica (SIC 11; SIC 12; SIC 13)
Alcobertas/Aire	Redução das terras aráveis com pousios, sob coberto de olival	Impactos positivos para todos os habitats e espécies vegetais, excepto para 6220 por sucessão ecológica. Negativo para os morcegos que se alimentam preferencialmente em zonas sem subcoberto (SIC2; SIC4; SIC6), positivo para as que preferem áreas com subcoberto (SIC7 e SIC9)
	Tendência de regressão da área de pastagens pobres pastoreadas por efectivos ovinos e caprinos, com progressão do mato no mosaico	Impactos positivos para os habitats 3170, 5330 (Excepto subtipo 7), 9330 e 9340, negativos para os restantes habitats e espécies vegetais devido à sucessão ecológica. Negativo para os morcegos que se alimentam em meios herbáceos (SIC2, SIC4)
	Algum abandono das práticas culturais no olival	Impactos positivos para todos os habitats e espécies vegetais, podendo ser, a longo prazo, excepto para 6220 por sucessão ecológica. Negativo para os morcegos que se alimentam em zonas arborizadas sem subcoberto (SIC6), positivo para as que preferem áreas com subcoberto (SIC7 e SIC9).

7. Intervenção Territorial Integrada Castro Verde

Esta ITI é a área mais importante em Portugal para a conservação da avifauna estepária, com destaque para a Abetarda *Otis tarda* e para o Francelho *Falco naumanni*, sendo o local mais

importante no país para estas duas espécies. É também a principal área de reprodução do Rolieiro *Coracias garrulus* em Portugal e onde ocorrem as maiores densidades nacionais de machos reprodutores de Sisão *Tetrax tetrax*.

A ITI de Castro Verde integra a área nuclear do “Campo Branco”, região de peneplanície vocacionada para a agricultura e pecuária extensiva, cujo habitat predominante são áreas agrícolas extensivas, desprovidas de vegetação arbóreo-arbustiva. Ocorrem também montados de azinho de densidade variável, charnecas dominadas por estevais e olivais tradicionais. As áreas agrícolas são exploradas num regime de rotação tradicional de parcelas de acordo com o seguinte esquema geral: 1º ano cereal primário (trigo); 2º ano cereal secundário (aveia); 3º ano pousio; 4º ano pousio, o qual é mobilizado no Outono para reinício do ciclo. Ocorrem variações a este esquema, nomeadamente no número de anos de pousio (o qual está dependente da fertilidade do solo).

A pecuária tem também um carácter extensivo, com predominância de ovinos mas com um forte incremento actual de gado bovino.

A zona de “Campo Branco” caracteriza-se por sistemas onde dominam as culturas arvenses de sequeiro extensivas. Esta zona, de terrenos frios e encharcadiços, apresenta no entanto boas potencialidades pascícolas, aproveitadas em maioria por pequenos ruminantes em regime extensivo.

Componente agro-ambiental

As áreas agrícolas abertas representam 57% do território. O montado tem fraca expressão (12%) e a floresta sem usos agrícolas do sob coberto, muito fraca (3%). As outras superfícies, sobretudo esteval e outra vegetação arbustiva, ocupam contudo uma parte significativa do território (28%). As terras aráveis (2/3 das quais estão de pousio) representam cerca de 2/3 da SAU, as pastagens permanentes, 1/3, e as culturas permanentes não têm qualquer expressão (2%).

O sistema de agricultura é muito extensivo (rendimento da terra igual a 14% da média comunitária), quase exclusivamente de sequeiro (apenas 1% da superfície agrícola utilizada é irrigável). Os pousios e as pastagens permanentes ocupam, em conjunto, cerca de 75% da SAU.

A superfície utilizada pela agricultura sofreu uma ligeira quebra (cerca de 5% da SAU inicial durante uma década), a qual se terá ficado essencialmente a dever ao abandono de terras aráveis (pousios) e pastagens permanentes mais marginais, já que as restantes componentes da SAU permaneceram estáveis.

Apesar da natureza muito extensiva dos sistemas de produção praticados, a área média de SAU por exploração é de 130 hectares, revelando uma elevada dimensão física das explorações agrícolas. As explorações de muito pequena ou pequena dimensão um peso territorial reduzido: respectivamente, 7 e 15%.

A população agrícola está relativamente envelhecida, ao nível dos chefes de exploração, 64% dos quais têm 55 anos ou mais.

A produtividade do trabalho agrícola assume valores geralmente elevados, ultrapassando metade da média comunitária (UE 15) em quase 80% da SAU, e ultrapassando mesmo esta média em cerca de metade da SAU.

Apesar disto, sendo a margem bruta por hectare muito reduzida (14% da média comunitária), a manutenção do uso da SAU está mais vulnerável, por exemplo, a reduções de preços, níveis de apoio, desligamento das ajudas nos cereais ou subida geral dos custos de produção. O cenário mais provável para os próximos anos é o de alguma pressão para a redução da área de cereais, com conversão de terra arável (incluindo pousios) em pastagem extensiva ou simples abandono do uso agrícola de parcelas mais marginais, onde surgirá mais esteval ou a pressão para florestar. O aumento do número de vacas aleitantes, associada à melhoria das pastagens, é também uma tendência possível.

No que se refere à evolução da estrutura fundiária, verifica-se o ligeiro declínio da SAU, acompanhado por uma redução muito significativa do número de explorações, o que se traduziu num sensível aumento (43%) da área média de SAU por exploração.

A existência de um ritmo significativo de ajustamento estrutural permitirá reduzir o custo fixo, mas não é susceptível de aumentar as margens brutas por hectare. Não fica assim eliminada a vulnerabilidade dos sistemas ao declínio futuro da SAU ou à conversão entre usos (cereal-pousio para pastagem de bovinos), em função de alterações nos mercados ou nos incentivos de política agrícola.

No que se refere à importância relativa do rendimento proveniente da exploração agrícola e das outras fontes de rendimento das famílias agrícolas, verifica-se que uma percentagem elevada da SAU (87%) é detida por explorações que constituem a principal fonte de rendimento da família, revelando uma certa suficiência do rendimento agrícola.

As explorações agrícolas especializadas na produção cerealífera de sequeiro, ou combinando os cereais com outras culturas anuais, têm alguma expressão, ocupando 29% da SAU.

São, no entanto, as explorações com gado ovino ou bovino de carne que ocupam a maior fatia da SAU: cerca de 68%. Esta grande parte da SAU regional subdivide-se, por sua vez entre as explorações que associam a pecuária extensiva à produção cerealífera de sequeiro (40% da SAU regional) e as mais especializadas na pecuária extensiva (26%), sobretudo ovina.

Relativamente à dinâmica dos sistemas de produção, a especialização cereais sofreu um declínio ligeiro: 1% da SAU regional total em 1989. Já as explorações com produções animais extensivas, sofreram um declínio de 5% relativamente à da SAU regional total em 1989, declínio quase exclusivo em explorações que combinam a pecuária extensiva com a produção cerealífera de sequeiro. A especialização em bovinos de carne terá sofrido um incremento de 1% relativamente à da SAU regional total em 1989.

Assim, relativamente à dinâmica do padrão de especialização, verifica-se alguma regressão da SAU anteriormente ocupada por explorações mistas gado x cereais, ou seja aquelas que estão mais associadas à conservação do mosaico cereal-pousio-pastagem, uma dinâmica paralela, embora com menor intensidade, à das áreas agrícolas abertas de Mourão.

Nos próximos anos, o desligamento total das ajudas aos cereais, combinado com a manutenção das ajudas ligadas às vacas aleitantes, para além da disponibilidade de direitos adicionais ao prémio à vaca aleitante, poderão incentivar a conversão de terras de cereal pobre com pousio em pastagem extensiva para bovinos ou ao aumento dos encabeçamentos bovinos, eventualmente associado a uma melhoria das pastagens permanentes.

O desligamento parcial dos prémios aos ovinos, bem como questões de gestão e maneio, indiciam uma perda da importância relativa, actualmente dominante, dos ovinos em favor dos bovinos, apesar da maior adequação dos primeiros ao sistema produtivo regional, com grande peso do sequeiro e dos pousios em campo aberto.

Componente silvo-ambiental

O uso florestal corresponde apenas a 18.5% da área total da ZPE, com uma distribuição marginal, essencialmente na área mais a sul (?) correspondendo a maior parte ao sul da freguesia de Castro Verde e Sta. Bárbara de Padrões. Da área florestal, 89% é montado.

Em termos de espécies, 81% da área corresponde a formações de azinho, seguindo-se o eucalipto, com 10%, o pinheiro manso com 7% e, por fim, o sobreiro, com 2%.

A ausência de coberto arbóreo tem particular significado quer para os valores naturais da ITI quer para a paisagem que a caracteriza. Daí que, quer os instrumentos de ordenamento do território, quer os de política agrícola, tenham criado dispositivos que inibiram o aumento da área arborizada.

Assim, durante o QCA III, a florestação de terras agrícolas, face à existência do Plano Zonal de Castro Verde e aos valores avifaunísticos que o justificaram, não considerou elegível esta área, inibindo, à partida, qualquer intenção de investimento, mais compensador em termos de prémios do que o plano zonal (mas sujeito a um investimento inicial de 80%). No entanto, por diversas vezes foi comunicada a existência de intenções em florestar.

Assim, tendo em conta o regime de pagamento único e a natural retracção da área de cereal e conversão para pastagens, a área não afectada a direitos de culturas arvenses terá tendência a ser convertida em floresta ou em sistemas agro-florestais, a menos que, mais uma vez, o recurso a estas medidas seja vedado.

O principal factor de ameaça é o desaparecimento dos sistemas agrícolas extensivos. A manutenção de uma agricultura extensiva baseada na cultura de cereais de sequeiro enfrenta vários problemas:

- 1) a baixa rentabilidade das explorações agrícolas obriga ao seu apoio mediante um sistema de subsídios;
- 2) em terrenos menos produtivos, há um risco real de abandono agrícola;
- 3) a florestação de terrenos agrícolas em virtude de apoios comunitários bastante aliciantes;
- 4) a intensificação agrícola em terrenos mais produtivos, com desaparecimento da rotação tradicional, sobrepastoreio, instalação de regadios e vedações.

Outro factor de ameaça é o desrespeito das actividades agrícolas pelo ciclo de vida das espécies.

De seguida, resumem-se as tendências de evolução mais marcantes em Castro Verde, bem como uma breve descrição dos impactes previsíveis.

Subárea de referência	Tendências do sector agrícola e florestal	Descrição dos impactes potenciais
--	Conversão de sistemas cerealíferos extensivos de sequeiro, com pousios, em pastagens permanentes	Quanto a ZPE 1, ZPE 2 e ZPE 13 a conversão dos sistemas cerealíferos tenderá a diminuir as presas a esses habitat, diminuindo o valor da área para os juvenis dessas espécies. A conversão de sistemas cerealíferos em pastagens permanentes retira uma componente importante do habitat estepário tendo impacto negativo demonstrado nas comunidades de aves associadas
	Abandono ou florestação de sistemas cerealíferos extensivos de sequeiro, com pousios, ou de pastagens permanentes	Quanto a ZPE 1, ZPE 2 e ZPE 13 a conversão dos sistemas cerealíferos tenderá a diminuir as presas a esses habitat, diminuindo o valor da área para os juvenis dessas espécies. A conversão de sistemas cerealíferos em pastagens permanentes retira uma componente importante do habitat estepário tendo impacto negativo demonstrado nas comunidades de aves associadas
	Aumento do número de vacas aleitantes em pastoreio, com eventual melhoramento de pastagens	O aumento do número de vacas aleitantes estimula a conversão dos sistemas cerealíferos em pastagem com os efeitos já descritos.

8. Intervenção Territorial Integrada Costa Sudoeste

Esta ITI corresponde a áreas litorais com elevada diversidade ecológica e paisagística, com grande importância científica e conservacionista. Esta faixa costeira é caracterizada de uma forma geral por falésias altas embelezadas por matos diversificados e formações dunares, intercaladas por praias, que constituem uma situação paisagística ímpar a nível internacional. Nesta costa também se encontram estuários e ribeiras costeiras, lagoas temporárias, pequenas manchas florestais e áreas agrícolas extensivas com rotações tradicionais de cereal, pousio e pastagens naturais.

A ZPE da Costa Sudoeste constitui um importante corredor migratório para aves planadoras, aves marinhas e passeriformes migradores transarianos (inclui cerca de 230 espécies de presença regular e cerca de 40 de presença irregular ou acidental).

Litologicamente, o Sítio inclui um território silicioso, constituído por rochas sedimentares e metamórficas, das quais predominam os litossolos de xistos e grauvaques dispostos em bancadas alterantes e um território de arenitos dunares de génese particular muito raros em Portugal, aos quais está associado um elenco florístico de singular importância.

A ITI apresenta uma grande diversidade florística e de habitats costeiros, incluindo sapais, falésias, sistemas dunares e sistemas lagunares. Destacam-se igualmente os matos sobre areias consolidadas, com diversos habitats prioritários, caso das comunidades de toais, tojais-urzais e tojais-estevais.

Esta área apresenta dois sistemas culturais bastante distintos, um ligado às áreas de sequeiro e outro associada às áreas de regadio.

Nas áreas de sequeiro, o sistema produtivo é do tipo extensivo, conciliando a produção de cereal com a criação de gado. Nas zonas onde os declives são mais acentuados, no sob-coberto do montado de sobre pouco denso, existe maioritariamente a pastagem natural. Na zona Algarvia aparecem ainda algumas áreas ocupadas com figueiras ou alfarrobeiras, com pequena densidade e rendimento.

Na zona de regadio, a horticultura – de ar livre e de estufa – tem conhecido um forte incremento ao longo dos últimos anos, concentrando-se na área do Aproveitamento Hidroagrícola do Mira e representando cerca de 20% da Margem Bruta Agrícola da ZPE. As culturas arvenses e as pastagens melhoradas também assumem alguma importância, sendo principalmente destinadas à produção de gado bovino para carne em regime semi-intensivo, mas também à produção bovina para leite que apresenta algum crescimento na região.

No concelho de Odemira ainda se praticam sistemas culturais tradicionais de orizicultura e na região entre o Rio Mira e Odeceixe as culturas do amendoim e da batata doce, de produtividade reduzida com alguma tendência para o desaparecimento.

Subáreas de referência:

(territórios homogêneos quanto aos respectivos sistemas agrícolas/GPPAA),

de norte para sul:

Litoral Norte e Serra do Cercal

Regadio do Mira

Odeceixe e Rogil

Serra do Espinhaço de Cão, Aljezur e Bordeira

Plataforma de Sagres

Componente agro-ambiental

Litoral norte e Serra do Cercal

Esta subárea compreende três unidades de paisagem, com mosaicos paisagísticos diferenciados: a plataforma costeira Porto Covo-Vila Nova de Milfontes, coberta por depósitos arenosos e de matriz paisagística claramente agrícola; esta é delimitada a nascente pela Serra do Cercal, de matriz florestal, com áreas de montado na zona de transição menos ondulada; para o interior desta serra, desenvolve-se uma zona de vales encaixados, essencialmente florestal, com importantes manchas de sobreiro e carvalho cerquinho. Deste modo, os dados sobre os grandes usos do solo da subárea devem ser interpretados como médias de um todo relativamente heterogêneo.

Assim, as superfícies agrícolas, incluindo áreas sob coberto de montado, representam um pouco mais de metade do território – cerca de 54%, dos quais 37% em terra limpa (sobretudo na plataforma costeira) e 17% sob coberto de montado (periferia da serra).

As superfícies florestais extremas (*i.e.*, excluindo o montado, com usos agrícolas e pastoris do sob coberto), são, ainda assim, muito representativas (35% do território) e concentradas na serra e vales encaixados interiores. Esta subárea concentra grande parte da área de sobreiro e outras folhosas que ocupam, em conjunto, cerca de 16% do território do Sítio.

O coberto florestal da plataforma costeira é diminuto, reduzindo-se a bosquetes e cortinas de abrigo, onde tem certa importância o pinhal.

As outras superfícies (dunas, matos costeiros e outros) ocupam uma parte menos significativa do território (11%).

A superfície agrícola (incluindo o sob coberto de montado) distribui-se entre um pouco menos de 2/3 de terras aráveis, concentradas sobretudo na plataforma costeira, e um pouco mais de 1/3 de pastagens permanentes extensivas, em grande parte associadas ao montado. As culturas permanentes têm um peso insignificante na ocupação das terras agrícolas.

A agricultura praticada é muito extensiva (o rendimento da terra é de 18% da média comunitária), essencialmente de sequeiro: apenas 6% da superfície agrícola utilizada é irrigável. Os pousios e as pastagens permanentes pobres ocupam, em conjunto, cerca de 70% da SAU.

Os dados estatísticos revelam um aumento de 23% da superfície utilizada pela agricultura, que, além de provavelmente sobreavaliado, se explica apenas por um acentuado crescimento das classes de uso mais extensivo: pousios e pastagens permanentes pobres. Excluindo estas duas classes, a restante superfície agrícola terá mesmo sofrido uma significativa quebra (25%), o que dá conta de um movimento de extensificação dos sistemas produtivos.

Regadio do Mira

Esta subárea apresenta-se mais homogénea do que a primeira. A matriz agrícola domina a paisagem da plataforma a sul do rio Mira, com bastante mais do que os 40% apurados para a totalidade das freguesias desta subárea, pois que a área florestal destas freguesias (33%) se situa sobretudo a leste do limite da área de intervenção. O coberto florestal da plataforma do Mira reduz-se, em grande parte, a alguns bosquetes e cortinas de abrigo, onde tem certa importância o pinhal. O montado tem pouco significado, pelo que a maior parte da agricultura é praticada em terra limpa³. As outras superfícies (dunas e matos costeiros) ocupam quase 1/4 do território.

Cerca de 3/4 da superfície agrícola utilizada são terras aráveis e cerca de 1/4, pastagens permanentes, em grande parte extensivas. As culturas permanentes são praticamente inexistentes.

A agricultura praticada é intensiva: rendimento da terra de cerca de 73% da média comunitária.

Cerca de 55% da superfície agrícola utilizada são irrigáveis, percentagem essa que será bastante superior nas terras aráveis e muito inferior nas pastagens permanentes. Parte significativa da SAU (4,3%) é ocupada por hortofloricultura intensiva, em que tem grande expressão o uso de estufas e estufins.

³ Nesta sub-área está incluída uma mancha cujas características de transição não correspondem à descrição geral adoptada para a sub área. Corresponde a uma transição entre o regadio do Mira e o interior centro/sul do concelho de Odemira, reunindo quer algumas áreas planas dos limites da charneca litoral, quer um conjunto de vales encaixados e de áreas de relevo mais acidentado, o que proporciona igualmente uma clara diversidade da ocupação do solo - áreas abertas ocupadas com horto-fruticultura, floricultura e agro-pecuária e áreas de algum montado e matos associados aos vales, bem como áreas de eucaliptal.

A superfície utilizada pela agricultura aumentou muito ligeiramente (cerca de 2% numa década), mas as classes de uso mais intensivo terão aumentado muito significativamente à custa das classes de uso mais extensivo.

Refira-se, no entanto, que os pousios e pastagens permanentes pobres representavam ainda, em 1999, quase metade da SAU regional, revelando a existência, também nesta subárea, de sistemas produtivos relativamente extensivos, situados principalmente nas manchas de terras não irrigáveis.

Estes resultados carecem de interpretação espacial: é, por exemplo, admissível ter havido conversão de áreas não agrícolas para a agricultura intensiva (para além dos 2% de crescimento global da SAU) compensada por abandono de áreas agrícolas mais extensivas.

Odeceixe e Rogil

Trata-se de uma subárea ilustrativa das zonas agrícolas de várzea, associadas à ribeira de Seixe e à plataforma de Rogil.

A agricultura domina a paisagem, sobretudo nas zonas de várzea, seguramente com bastante mais do que os 35% apurados para estas duas freguesias (as áreas florestais e outras áreas não agrícolas, respectivamente, 24% e 41%, situam-se sobretudo a leste da área do sítio).

A superfície agrícola é quase exclusivamente constituída por terras aráveis, em boa parte de regadio (40%) e utilizadas de modo intensivo (rendimento da terra de cerca de 69% da média comunitária), mais propriamente trabalho-intensivo. Contudo, parte muito significativa da terra agrícola está de pousio, sendo provável que parte significativa destes pousios esteja associada a terras de sequeiro situadas a leste da área de intervenção.

Serra do Espinhaço de Cão, Aljezur e Bordeira

Trata-se de uma subárea de relevo acidentado, entrecortada pelos vales de diversas ribeiras e praticamente sem a plataforma litoral aplanada, de cobertura arenosa, que caracteriza as zonas mais a norte.

O uso florestal extreme é dominante, com 46% do território, seguido por outras áreas não agrícolas, tais como áreas de matos, com 43%. O montado não tem significado.

As áreas agrícolas são diminutas (10% do território) e circuscritas a algumas várzeas e zonas mais aplanadas, em Aljezur, Alfambra e Carrapateira.

Mais de metade da superfície agrícola são terras aráveis e quase 40% são pastagens permanentes, em grande parte extensivas. As culturas permanentes têm já algum peso (7%) na ocupação das terras agrícolas.

A agricultura praticada nas reduzidas áreas agrícolas é intensiva (rendimento da terra próximo da média comunitária) ou melhor trabalho-intensiva. Cerca de 1/3 da superfície agrícola utilizada é irrigável.

Os dados estatísticos revelam uma redução de 47% da superfície utilizada pela agricultura, durante uma década, sendo que a redução das classes de uso mais intensivas é ainda superior (54%). Trata-se de uma agricultura que, não só ocupa uma porção reduzida do território, como também tem claras dificuldades em sustentar essa reduzida ocupação.

Plataforma de Sagres

Trata-se de uma subárea de relevo bastante aplanado, de solos calcários ou mediterrânicos derivados de calcários, na sua maioria pouco espessos.

Os usos agrícolas e pastoris reduzem-se a 14% do território e a floresta ocupa apenas 9%, onde pontuam faixas mais ou menos largas de pinheiro-bravo. O montado é praticamente inexistente.

Os outros usos do solo, em boa parte matos costeiros sobre as arribas ou outros matos baixos, ocupam mais de 3/4 do território.

Mais de 80% da superfície agrícola são terras aráveis e apenas 10% são pastagens permanentes extensivas. As culturas permanentes têm um peso reduzido.

A agricultura praticada é bastante extensiva (rendimento da terra abaixo de metade da média comunitária) e apenas 5% da superfície agrícola utilizada são irrigáveis (valor mínimo de todas as subáreas consideradas).

A superfície utilizada pela agricultura e pelo pastoreio reduziu-se em 50%, durante uma década, sendo que a redução das classes de uso mais intensivas é ainda superior (60%). Tal como na subárea anterior, a agricultura, não só ocupa uma porção reduzida do território, como também tem claras dificuldades em sustentar essa reduzida ocupação.

A dimensão física média das explorações agrícolas é claramente superior nas subáreas do Litoral Norte e Serra do Cercal (46 ha) e Regadio do Mira (32 ha) do que nas três subáreas algarvias: 8 ha, em Odeceixe e Rogil; 6 ha, na Serra de Espinhaço de Cão, Aljezur e Bordeira; e 15 ha na plataforma de Sagres.

Em termos de dimensão económica, conta também o facto de a produtividade da terra ser maior nos sistemas produtivos de regadio do que no sequeiro. Assim, quase 40% da SAU do Regadio do Mira são detidos por explorações de grande ou muito grande dimensão económica. Nesta subárea, bem como no Litoral Norte e Serra do Cercal, cerca de 60% da SAU estão em explorações de média, grande ou muito grande dimensão económica. Já nas três subáreas algarvias, entre 60 (Sagres) e 80% (Odeceixe) da SAU são detidos por explorações de pequena ou muito pequena dimensão económica.

Esta dicotomia entre subáreas alentejanas e algarvias detecta-se também, relativamente à estrutura etária dos agricultores. Assim, mais de ¼ dos agricultores das subáreas algarvias têm mais de 54 de idade, enquanto que 33% (Litoral Norte) a 40% (Mira) dos agricultores das subáreas alentejanas têm menos de 55 anos.

A produtividade do trabalho e o factor que, por si só, mais determina a dinâmica de crescimento ou retracção da SAU regional.

A produtividade do trabalho agrícola é superior a metade da média comunitária (UE 15) em 72-74% ou mais da SAU no Litoral Norte e Mira, sendo que é mesmo superior à média comunitária em quase metade da SAU do Mira. Este nível de resultados explica a estabilidade ou acréscimo da SAU nestas áreas, embora por vias diferentes: a da progressiva extensificação, no Litoral Norte, e a da intensificação, no Mira. A primeira revela algumas fragilidades económicas já que, sendo a margem por hectare muito reduzida, está mais vulnerável, por exemplo, a reduções de preços, nível de apoio, desligamento das ajudas ou subida de custos.

Já em Odeceixe e Serra do Espinhaço de Cão/Aljezur, a produtividade do trabalho agrícola é superior a metade da média comunitária (UE 15) em apenas 23-35% da SAU. Sagres apresenta uma situação intermédia, com uma produtividade do trabalho agrícola superior a metade da média comunitária (UE 15) em 61% da SAU. Refira-se, no entanto, uma clara fragilidade desta subárea relativamente às subáreas alentejanas: a produtividade do trabalho agrícola é superior a 75% da média comunitária (UE 15) em apenas 27% da SAU de Sagres comparativamente a 56% da SAU nas subáreas alentejanas. Assim, independentemente do carácter mais intensivo (Odeceixe, Aljezur) ou extensivo (Sagres) dos sistemas produtivos, as subáreas algarvias revelam uma insustentabilidade económica das respectivas SAU, que sofreram reduções de 50% ou mais apenas numa década.

Em relação à evolução da estrutura fundiária, no Litoral Norte e no Mira, o aumento da SAU regional foi acompanhado por uma significativa redução do número de explorações, o que se traduziu num aumento muito significativo da dimensão média das explorações agrícolas: quase 80% no Litoral Norte e 95% (quase duplicação) no Regadio do Mira. Nas subáreas algarvias, a redução de mais de metade no número de explorações foi acompanhada por uma redução semelhante da SAU regional pelo que há apenas um aumento pouco significativo da área média por exploração: 4 a 11%.

O ajustamento estrutural apenas nas subáreas alentejanas veio reforçar a dicotomia de posições económico-agrícolas entre as duas subáreas.

No que se refere à importância relativa do rendimento proveniente da exploração agrícola e das outras fontes de rendimento das famílias agrícolas (salários não agrícolas, reformas e pensões), verifica-se que uma percentagem elevada da SAU (60-85%) é detida por explorações que constituem a principal fonte de rendimento da família, revelando uma elevada dependência da população residente em explorações agrícolas face aos rendimentos agrícolas. Esta dependência é explicável pela reduzida oportunidade de emprego noutras actividades.

Ainda assim, a reduzida dimensão das explorações (logo do rendimento delas proveniente), nas subáreas algarvias, faz com que aí os salários, reformas e pensões sejam a principal fonte de rendimento da família agricultora em 26-36% da SAU (apenas 10% nas subáreas alentejanas).

Pode assim concluir-se pela maior sustentabilidade económica dos sistemas agrícolas das subáreas alentejanas relativamente às algarvias, o que é reforçado pela existência de ajustamento estrutural das explorações agrícolas apenas no Alentejo e por um quadro regional em que as oportunidades económicas não agrícolas se mantêm muito limitadas em todas as subáreas.

Dentro das sub-regiões alentejanas refira-se a maior vulnerabilidade das explorações extensivas do Litoral Norte e Serra do Cercal (e também das explorações extensivas de sequeiro do Mira) face a alterações do contexto de mercado ou das políticas, vulnerabilidade esta devida a uma reduzida margem económica por hectare nos sistemas agrícolas extensivos.

As explorações agrícolas especializadas na produção cerealífera ou combinando os cereais com outras culturas vegetais (cereais e policultura) têm maior importância, em termos de ocupação de SAU regional, nas subáreas do Mira (31% da SAU), em que assume particular importância o milho de regadio, e de Sagres (37% da SAU), onde se trata apenas de cereais de sequeiro; as explorações mais ou menos especializadas nos cereais ocupam uma posição intermédia no Litoral Norte (22% da SAU), tendo menos significado nas outras duas subáreas algarvias (Odeceixe e Aljezur).

Nestas duas últimas, assumem maior relevo as explorações especializadas noutras produções vegetais (batata doce, amendoim e hortícolas extensivas), associadas à cultura irrigada em pequena escala, bem como as explorações policulturais.

A especialização cereais apenas se expandiu significativamente em termos de ocupação de SAU na subárea do Mira (aumento de 16,5% relativamente ao total de SAU regional em 1989), tendo sofrido uma retracção importante em Aljezur e Sagres.

As explorações especializadas em horticultura e floricultura intensivas apenas têm expressão territorial significativa na subárea do Mira, onde ocupam 4% da SAU.

As explorações especializadas em culturas permanentes apenas têm expressão territorial significativa na subárea de Espinhaço de Cão/Aljezur, onde ocupam 9% da SAU (sobretudo vinho, fruta e mistas).

Em relação à produção animal, a produção de leite especializada apenas apresenta expressão territorial significativa na subárea do Mira (3% da SAU), enquanto que a suinicultura especializada se concentra, em particular na subárea de Espinhaço de Cão/Aljezur (21% da SAU).

As explorações especializadas em carne de bovino ou ovino, ou mistas de diversas espécies animais, ou que combinam estas espécies com a cultura dos cereais têm um peso territorial mais expressivo na subárea do Litoral Norte e Serra do Cercal (63% da SAU), onde ocupam extensas áreas de pousios e pastagens permanentes pobres, associadas, respectivamente, às áreas abertas e aos montados. Estas explorações têm ainda uma importância territorial significativa no Mira (46% da SAU) e em Sagres (46% da SAU), sendo que, na primeira destas duas subáreas, o peso das culturas forrageiras anuais (12,3% da SAU, face aos 6% no Litoral Norte e em Sagres) denota alguma intensificação da produção animal extensiva.

As explorações especializadas na produção animal extensiva (explorações especializadas em bovinos ou ovinos, ou mistas das diversas espécies) têm maior peso territorial no Litoral Norte e Serra do Cercal (36% da SAU), Espinhaço de Cão/Aljezur (28%) e Sagres (24%).

Relativamente à dinâmica do padrão de especialização das diversas subáreas, verifica-se, no Litoral Norte e Serra do Cercal, uma estabilização das explorações especializadas na produção de cereais (e arvenses em geral), bem como daquelas que combinam a produção cerealífera com as produções animais extensivas. Por outro lado, verifica-se uma grande expansão da expressão territorial das explorações especializadas em produções animais extensivas (bovinos, ovinos ou mistas): mais 14% face à SAU inicial da subárea, acentuando o padrão de especialização desta área na produção pecuária extensiva.

No que se refere à subárea do Mira, é notória a expansão da peso territorial das explorações especializadas em cereais, arvenses e outras culturas anuais, sobretudo milho (+15% face à SAU inicial da subárea), à custa de uma redução da expressão territorial das explorações especializadas na pecuária extensiva (-4%) ou que combinam esta com os cereais (-7%), acentuando um padrão de especialização nas culturas anuais intensivas de regadio. Tem havido também o declínio, para metade, da área das explorações especializadas na produção de arroz, de que decorre uma área significativa de antigos arrozais abandonados, com eventual interesse enquanto zona húmida.

No que se refere às subáreas algarvias, refira-se o declínio da expressão territorial de todos os tipos de explorações agrícolas, com algumas exceções, como o crescimento da especialização suinicultura em Espinhaço de Cão/Aljezur, mas existem algumas diferenças a realizar:

- em Espinhaço de Cão/Aljezur, regista-se um declínio mais forte das explorações especializadas na produção cerealífera ou arvense (menos 21% face à SAU inicial da subárea) do que das explorações especializadas em pecuária extensiva (-8%) e das que combinam a pecuária extensiva como os cereais (-8%);
- em Sagres, são as explorações especializadas em pecuária extensiva e as que combinam a pecuária extensiva como os cereais a sofrer maior redução do seu peso territorial (-18% e -10% respectivamente) do que as especializadas na produção cerealífera ou arvense (-8%).

Nos próximos anos, o desligamento total das ajudas aos cereais, combinado com a manutenção das ajudas ligadas às vacas aleitantes, para além da disponibilidade de direitos adicionais ao prémio à vaca aleitante, poderão incentivar a conversão de terras de cereal pobre com pousio, em pastagem extensiva para bovinos, ou mesmo alguma intensificação forrageira com vista a aumentar a carga de pastoreio de bovinos. A primeira tendência poderá verificar-se sobretudo no Litoral Norte e Serra do Cercal, bem como na Serra do Espinhaço de Cão, e eventualmente em Sagres; a segunda poderá ter maior expressão no Mira, quer intensificando área forrageira de regadio quer substituindo sistemas extensivos de sequeiro por regadio.

Por outro lado, o desligamento parcial dos prémios aos ovinos poderá conduzir a alguma pressão para o abandono de efectivos de menor dimensão, sobretudo em Sagres.

Componente silvo-ambiental

A floresta apresenta neste sítio uma heterogeneidade grande, em muito introduzida pelas diferentes dinâmicas de ocupação e alteração do uso do solo.

Assim, no Litoral Norte e Serra do Cercal a floresta na serra e para o interior apresenta diversos estádios e degradação do coberto natural, com maiores ou menores distúrbios provocados pelo uso do sub coberto com culturas agrícolas e pastoreio, mais intacta nos vales encaixados e ao nível das galerias ripícolas. Na área mais interior desta subárea encontramos montado de sobre mais aberto, apresentando estádios mais conservados das séries junto das linhas de água onde se podem encontrar os seguintes habitats:

Montados de *Quercus* spp. de folha perene;

Florestas de *Quercus suber*; e

Florestas-galerias com *Salix alba* e *Populus alba*

Já no Regadio do Mira a floresta está presente nos vales mais encaixados e em bosquetes e na rede de corta-ventos composta por pinheiros, bravo e manso, eucaliptos e acácias, entre outras. A floresta na subárea de Odeceixe e Rogil é já muito influenciada pela floresta de produção de eucalipto e pinheiro que encontramos na subárea da Serra do Espinhaço de Cão, Aljezur e Bordeira. Junto às linhas de água, nomeadamente do rio Mira e afluentes de referir as Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (*Alno-Padion*, *Alnion incanae*, *Salicion albae*), assim como nos vales mais encaixados e menos perturbados os Carvalhais ibéricos de *Quercus faginea* e *Quercus canariensis*.

A floresta de eucalipto tem tido uma expansão rápida nos concelhos de Odemira e Aljezur, pese embora haver dados indicando a baixa produtividade em matéria de fibra para pasta Kraft. A existência de povoamentos de produção marginal e no termo da explorabilidade vem tornar a situação da falta de ordenamento florestal desta subárea ainda mais problemática quanto ao risco de incêndio.

Algumas das manchas de pinhal têm particular importância devido ao papel de habitat de protecção e dormida nas rotas de migração outonais, sendo os casos mais notáveis os do pinhal manso de Bordeira e bravo do Vale Santo de Vila do Bispo.

Face às pressões a que a floresta de sobreiro, quer estreme quer em formações mais próximas da vegetação natural, está sujeita, abordam-se de seguida algumas tendências da sua evolução.

A floresta de sobreiro

A influência atlântica e a preferência por solos bem drenados e sem calcário activo favorece a presença do sobreiro, o que a justifica nos concelhos do litoral alentejano, desde Grândola a Odemira, incluindo Aljezur e subindo às serras algarvias, geralmente beneficiado pelas exposições mais umbrias e pela altitude. O efeito conjugado das serras de Grândola e Cercal na pluviosidade e condições edáficas menos favoráveis determinam a sua rápida substituição para o interior.

No entanto, esta presença não significa que o sobreiro vegete bem em toda esta área. De facto, são os litossolos de xistos, os solos litólicos de materiais arenáceos e de arenitos grosseiros, os solos mediterrâneos pardos não calcários de xistos ou grauvaques, os solos mediterrâneos vermelhos de materiais não calcários de xistos ou grauvaques e de depósitos do tipo rana, podzóis de arenitos ou areias sem surraipa ou com surraipa e regossolos psamíticos aqueles em que o sobreiro está representado de forma expressiva.

O sobreiro ocorre, no entanto, em situações em que a sua exploração não é viável. Nas restantes importa promover a gestão do conjunto dos recursos, particularmente do solo, de forma a compatibilizar os diferentes usos sem pôr em causa a componente florestal, em especial quando se perspectiva um aumento da importância do gado bovino tendo em conta o seu não desligamento no âmbito da reforma da PAC.

O sobreiro para além de revestir a serra do Cercal, expande-se a partir do sopé para o interior onde ocorre em formações variadas. No litoral confina-se a vales das ribeiras principais que se encaixam em formações de xistos e arenitos.

Esta distribuição sofreu pressões de sinais contrários: a expansão do arvoredado em povoamentos estremes mas com utilização agro-pastoril para condições nem sempre as mais adequadas de solo e exposição, em que as árvores mantêm um equilíbrio precário; as formações naturais em que o sobreiro era, por vezes, acompanhado por outras quercíneas como a *Quercus rotundifolia*, a *Quercus faginea* e a *Quercus canariensis* e que por via da abertura dos povoamentos para aproveitamento do sub coberto ou mera substituição por outra espécie, o ambiente suberícola foi fortemente alterado ou destruído.

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL**

De seguida, resumem-se as tendências de evolução mais marcantes, agrupadas por subáreas de referência da Costa Sudoeste, bem como uma breve descrição dos impactes previsíveis.

Subárea de referência	Tendências do sector agrícola e florestal	Descrição dos impactes potenciais
Litoral Norte e Serra do Cercal	Fragilidade económica dos sistemas cerealíferos extensivos de sequeiro com pousios (sobretudo plataforma litoral); baixa margem por hectare; possível abandono/redução de maneio	Positivo para a generalidade dos valores da Directiva 92/43/CEE, podendo ser algo negativo para algumas espécies da mesma; negativo para a generalidade das espécies da Directiva 79/409/CEE por diminuição de habitat abertos e espécies associadas
	Fragilidade económica dos sistemas de pastoreio extensivos (plataforma litoral e montado na zona de transição para a serra); baixa margem por hectare; possível abandono/redução do maneio	Positivo para a generalidade dos valores da Directiva 92/43/CEE e negativo para a generalidade das espécies da Directiva 79/409/CEE por diminuição de habitat abertos e espécies associadas
	Abandono do montado nas áreas-limite para a espécie e onde não é possível a sua exploração com invasão de esteva e supressão do sobreiro (não gestão/mau estado sanitário)	Negativo para alguns habitats, positivo para outros. Negativo para todas as espécies por destruição do arvoredo e diminuição da biodiversidade associada. Esta destruição pode ocorrer em consequência de problemas fitosanitários do arvoredo e incêndios
	Aumento da pressão sobre o montado nas áreas com melhores solos, quer pela intensificação agrícola quer pelo aumento do encabeçamento com bovinos	Negativo para todos os habitats e espécies por destruição do arvoredo (quercíneas e arvoredo ripícola) e do estrato arbustivo, com diminuição da biodiversidade associada
Regadio do Mira	Intensificação da agricultura de regadio e da lixiviação de agroquímicos / qualidade da água e ecossistemas aquáticos	Diminuição dos habitats de urzais, brejos e charcos temporários e biodiversidade associada Poluição de cursos e massas de água com prejuízo dos habitats de espécies associados Impacto negativo sobre as espécies vegetais de zonas húmidas Possíveis impactos colaterais em habitats vizinhos
	Possível expansão dos usos agrícolas intensivos (milho-grão, pouco provável; hortícolas, flores, culturas forrageiras anuais ou prados temporários) em áreas previamente não agrícolas (habitat)	Negativo para a generalidade dos valores em presença: - diminuição dos habitats de urzais, brejos e charcos temporários e biodiversidade associada - poluição de cursos e massas de água - redução do habitat das espécies enunciadas - possíveis impactos colaterais em habitat vizinhos
	Existência de áreas de antigos arrozais abandonados	

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL**

	<p>Fragilidade económica dos sistemas cerealíferos extensivos de sequeiro com pousios; baixa margem por hectare; possível abandono / redução do maneio ou intensificação (regadio)</p>	<p>Se a resposta for intensificação: Negativo para a generalidade dos valores em presença: - diminuição dos habitats de urzais, brejos e charcos temporários e biodiversidade associada - poluição de cursos e massas de água - redução do habitat das espécies enunciadas - possíveis impactos colaterais em habitat vizinhos</p> <p>Se a resposta for abandono: Positivo para a generalidade dos valores da Directiva 92/43/CEE Negativo para a generalidade das espécies da Directiva 79/409/CEE por diminuição de habitat abertos e espécies associadas</p>
	<p>Fragilidade económica dos sistemas de pastoreio extensivos; baixa margem por hectare; possível abandono/redução do maneio ou intensificação (regadio)</p>	<p>Se a resposta for intensificação: Negativo para a generalidade dos valores em presença: - diminuição dos habitats de urzais, brejos e charcos temporários e biodiversidade associada - poluição de cursos e massas de água - redução do habitat das espécies enunciadas - possíveis impactos colaterais em habitat vizinhos</p> <p>Se a resposta for abandono: Positivo para a generalidade dos valores da Directiva 92/43/CEE Negativo para a generalidade das espécies da Directiva 79/409/CEE por diminuição de habitat abertos e espécies associadas</p>
<p>Odeceixe/Rogil</p>	<p>Fragilidade económica dos sistemas agrícolas de pequena dimensão, que apenas se podem viabilizar na área irrigada/abandono do sequeiro ou mesmo do regadio</p> <p>A existência de infra-estruturas de rega faz supor que a evolução poderá ser no sentido da intensificação agrícola</p>	<p>Se a resposta for intensificação: Negativo para a generalidade dos valores em presença: - diminuição dos habitats de urzais, brejos e charcos temporários e biodiversidade associada - poluição de cursos e massas de água - redução do habitat das espécies enunciadas - possíveis impactos colaterais em habitat vizinhos</p>

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL**

Serra de Espinhaço de Cão / Aljezur	Fragilidade económica dos sistemas agrícolas de pequena dimensão, que apenas se podem viabilizar na área irrigada/abandono do sequeiro ou mesmo do regadio	Positivo para a generalidade dos valores da Directiva 92/43/CEE
	Grande fragilidade económica dos sistemas de pastoreio extensivos de pequena dimensão/abandono	Positivo para a generalidade dos valores da Directiva 92/43/CEE
	Aumento do risco de incêndio com o abandono de áreas de eucaliptal no termo de explorabilidade e inexistência de ordenamento florestal	Negativo por aumento do risco de incêndio e consequente invasão de espécies exóticas. Positivo para os habitats caso se consiga controlar aquele risco através da recuperação e gestão apropriada
Plataforma de Sagres	Fragilidade económica dos sistemas cerealíferos extensivos de sequeiro com pousios; baixa margem por hectare; abandono / redução do maneio	Positivo para a generalidade dos valores da Directiva 92/43/CEE Negativo para a generalidade das espécies da Directiva 79/409/CEE por diminuição de habitat abertos e espécies associadas
	Fragilidade económica dos sistemas de pastoreio extensivo de pequena dimensão / abandono	Positivo para a generalidade dos valores da Directiva 92/43/CEE Negativo para a generalidade das espécies da directiva 79/409/CEE por diminuição de habitat abertos e espécies associadas

Factores de ameaça: empobrecimento do mosaico agrícola e desaparecimento dos sistemas agrícolas extensivos associada à crescente intensificação agrícola em particular na área do Aproveitamento Hidro-Agrícola do Mira; desaparecimento da rotação tradicional, degradação e destruição de lagoas temporárias, instalação de culturas de regadio e mortalidade de espécies da fauna associada a fogos florestais.

Produtos de Qualidade: A ITI está inserida na área geográfica de produção, abate, desmancha e acondicionamento da Carne de Bovino Mertolenga (DOP), Alentejana (DOP), do Porco Alentejano (DO), da Charneca (DO), bem como de produção de Borrego do Baixo Alentejo (IGP).

9. Intervenção Territorial Integrada Douro Vinhateiro

Estas paisagens são a expressão de uma relação singular com os elementos naturais. O seu carácter é determinado por uma sábia gestão da escassez do solo e água e do elevado declive do terreno e resulta da observação permanente e intensa, do ensaio localizado e do conhecimento profundo da adaptação da cultura da vinha (destinada quase exclusivamente à produção do Vinho do Porto) a situação tão adversa.

Traduz-se numa intensa escultura de encostas armadas onde a cultura da vinha assume preponderância ao lado da oliveira e da amendoeira e de um mosaico de parcelas constituído por matos mediterrâneos. A inscrição na paisagem das diversas formas de armação da vinha é a manifestação por excelência da relação aqui estabelecida com os elementos naturais que levou à criação de solo e à construção de socacos suportados por muros. A evolução das formas de construção da paisagem prosseguiu em coexistência com as formas tradicionais, contribuindo para a perpetuação de uma actividade económica próspera e sustentável.

A presença de xisto é determinante para a sua qualidade quer pelas temperaturas que transmite à videira, quer por permitir uma maior longevidade das vinhas e uma elevada qualidade dos mostos. O clima contribui para otimizar as condições para a produção de vinho: é um clima de excessos,

com Verões muito quentes e Invernos muito frios; a qualidade e tipo do vinho depende ainda da orientação das encostas.

Os socalcos para a plantação da vinha situam-se em encostas onde antes dominavam matos, são sustentados por muros de pedra extraídos da própria encosta xistosa e foram construídos à custa de muito esforço e da acumulação de conhecimento ao longo de gerações. O processo construtivo iniciava-se a partir das altitudes mais baixas da encosta para as mais altas. Nas áreas mais inclinadas, apenas há espaço para uma fileira de videiras ao longo do socalco.

O Vinho do Porto produz-se normalmente a partir das vinhas situadas até aos 600 m; das que se encontram entre os 600 e os 700 m produz-se outro tipo de vinho do Douro. A partir dos 700 m já não se considera a área apta para esta produção.

A necessidade de mecanização para rentabilização da produção e a escassez de mão-de-obra, sentida sobretudo a partir dos anos 70, levou à implantação de vinhas novas em patamares com taludes de terra que têm um desenvolvimento variável, conforme a inclinação do terreno, podendo atingir alturas da ordem dos cinco metros. A partir dos anos 80, e sobretudo nos anos 90, começou a aplicar-se um sistema novo no Douro em que a vinha é plantada segundo as linhas de maior declive, a chamada “vinha ao alto”. Este sistema, embora não possa ser usado em grandes declives, permite a mecanização total e, por isso, tem vindo a ser utilizado nas plantações mais recentes. O novo mosaico do Douro é assim composto por vinhas destes diferentes tipos, a que se acrescentam ainda as vinhas sem armação do terreno, dominantes no Douro Superior, com terrenos menos inclinados. Actualmente, os socalcos tradicionais são ainda dominantes, em termos de área, mas o padrão poderá vir a ser alterado.

Há por outro lado alguns socalcos que se encontram abandonados, cobertos de mato ou que foram utilizados para a plantação de oliveiras ou uma outra cultura – são, quase sempre, vestígios do ataque da filoxera no fim do século passado, que levou à destruição da vinha existente e ao consequente abandono da produção vitícola por alguns proprietários. Os socalcos abandonados nessa época e consequentemente cobertos de mato têm a designação de “mortórios”.

Estreitamente associados à construção dos socalcos, os sistemas de captação e de drenagem das águas, bem como as rampas e escadas entre terraços, constituem também testemunhos notáveis de resolução de problemas complexos.

Apesar do domínio quase absoluto da vinha, a paisagem do Douro Vinhateiro tem uma clara diversidade cromática, pelo contraste das encostas verdes com o espelho de água e com os matos e florestas das áreas mais elevadas e pelo confronto da vinha com os muros de pedra. A variação das vinhas ao longo do ano é também significativa, desde o Inverno sem folhas à Primavera e Verão em que domina o verde, ao Outono onde sobressaem os tons de vermelho, castanho e laranja.

Esta paisagem revela uma capacidade extraordinária para se tirar o melhor partido das condições naturais, à partida muito difíceis. A aptidão natural foi profundamente alterada através de um esforço de múltiplas gerações que souberam construir, ao longo dos séculos, paisagens humanizadas.

Produtos de Qualidade: Azeite de Trás-os-Montes, Cabrito Transmontano, Borrego Terrincho, Maçã da Beira Alta, Maçã de Bravo de Esmolfe, Amêndoa do Douro, Azeitona de Conserva Negrinha de Freixo, Mel da Terra Quente, Vinhos DOC do Porto e Douro e com Indicação de Proveniência Regulamentada Encostas da Nave e Varosa.

Factores de ameaça: perda e envelhecimento da população.

Anexo XIV – Ruralidade no Continente Português

Delimitação da Ruralidade no Continente Português segundo metodologia OCDE	SAU (ha)	Superfície Agrícola Não Utilizada (ha)	Área Territorial (ha)
Predominantemente Urbanas	199.850	6 655	682 598
Significativamente Rurais	427.302	77 272	1 796 568
Predominantemente Rurais	3.245.696	116 376	6 492 296
Continente	3.872.848	200 303	8 971 462

Tabela 7 – Delimitação da Ruralidade no Continente segundo metodologia OCDE e SAU respectiva
Fonte: Dados fornecidos pelo GPP

A Metodologia OCDE classifica as NUT III em:

- ***Predominantemente Urbanas***: menos de 15% da população reside em freguesias com densidade demográfica < 150 habitantes/km²
- ***Significativamente Rurais*** (Intermédias): entre 15 a 50% da população reside em freguesias com densidade demográfica < 150 habitantes/km²
- ***Predominantemente Rurais***: mais de 50% da população reside em freguesias com densidade demográfica < 150 habitantes/km²

Anexo XV – Lista de indicadores propostos e fonte

A Tabela 8 apresenta a lista de indicadores que a AAE propôs como forma de controlo activo do desempenho ambiental do PDRc. Alguns destes indicadores foram incorporados ou encontram par em alguns indicadores já contemplados na lista do PDRc, pelo que a lista apresentada pretende ser o mais completa possível.

Tema	Indicador	Baseado em
Água e efluentes líquidos	Aplicação de programas de acção em zonas vulneráveis a poluição por nitratos	DN, DQA, LA
	Área sob regime de condicionalidade	DN
	Concentração de NO ₃ ⁻ , Fósforo total e coliformes fecais nas águas superficiais	Parecer da Cooperativa Agrícola de Barcelos
	Consumo de água para rega	DQA, LA
	Ecoeficiência na utilização de água (VAB/consumo)	DQA, LA
	Qualidade da água: Balanço Bruto dos Nutrientes	SEC (2005)914
	Quociente entre área regada por pressão e gravidade	DQA, LA
	Razão coliformes fecais/estreptococos nas águas superficiais	Marques Pinto e Galhardo, 1983
	Utilização de fertilizantes	ENDS, DAS, DN
	Utilização de pesticidas	ENDS, DAS
Alterações climáticas	Emissões CH ₄ no sector agro-florestal	ENDS, CQAC, PNAC, PNALE
	Emissões CO ₂ no sector agro-florestal	ENDS, CQAC, PNAC, PNALE
	Emissões N ₂ O no sector agro-florestal	ENDS, CQAC, PNAC, PNALE
	Sequestro de carbono por florestas	PNAC
	Sequestro de carbono por pastagens	PNAC
	Sequestro de carbono por solos agrícolas	PNAC
	Balanço global de carbono no sector agro-florestal (Sequestro - Emissões)	Proposto pela equipa
Biodiversidade	Alteração do estado de ameaça de espécies protegidas	EASAC
	Índice de composição e estrutura de povoamentos de espécies de aves	ENDS
	Nº de predadores de topo	ptMA
	Variação do nível de ameaça das espécies e raças apoiadas	Proposto pela equipa
Económico	Proporção (valor) de equipamento agrícola adquirido para utilização por múltiplos agricultores	ETAP, PAA
	Taxa de jovens (<25 anos) desempregados	SEC (2005)914
Energia e Transportes	Área de culturas energéticas	PAB, EB
	Energia proveniente de fontes renováveis	ENDS, PAB, EB, PNAC
	Investimentos envolvendo energias renováveis ou resíduos de outras actividades	ENDS, ETUSRN, PAB, EB
	Produção de energias renováveis com base na agricultura e na floresta	ENDS, ETUSRN, PAB, EB
	Utilização de biocombustíveis no sector dos transportes (quota de mercado)	PAB, EB, PNAC

Tabela 8 – Indicadores propostos e fonte de onde foram retirados/sugeridos

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL**

Tema	Indicador	Baseado em
Paisagem e ordenamento do território	% área arborizada com folhosas	Av. Intercalar RURIS
	% povoamentos mistos no total da superfície arborizada	Av. Intercalar RURIS
	Área sob condicionalidade	Proposto pela equipa
	Estado de conservação de bosques e bosquetes de espécies arbóreas e habitats naturais associados	Proposto pela equipa
	Evolução das áreas florestais nas explorações agrícolas	GPPAA, 2006
	Área (ha) de explorações agrícolas com elevado valor natural	SEC (2005)914
	SAU em Natura 2000	SEC (2005)914
Poluição atmosférica	Emissão total de substâncias acidificantes e eutrofizantes	REA 2004
	Número de explorações de aves de capoeira licenciadas em PCIP	IPCC
	Número de matadouros licenciados em PCIP	IPCC, DN
	Número de suiniculturas licenciadas em PCIP	IPCC, DN
Resíduos	N.º empresas com SGA certificado em actividades abrangidas pelo PERAGRI	PERAGRI
	Produção anual RA/PIB e RA/VAB agrícola	PERAGRI
	Quantidade de Resíduos Agrícolas Perigosos (RAP)	PERAGRI
	Quantidade de resíduos de origem agrícola	ENDS, PERAGRI
	RA depositados versus valorizados	PERAGRI
	RA produzidos/capacidade tecnossistemas dedicado	PERAGRI
Riscos Naturais e Tecnológicos	Área apoiada afectada por incêndios /Área afectada nacional	ENDS, PANCD
	Área apoiada destruída por pragas e doenças	Proposto pela equipa
	Área apoiada infestada de espécies invasoras lenhosas	Proposto pela equipa
	Área média anual ardida	ENDS
	N.º de incêndios na área apoiada/N.º de incêndios nacional	ENDS, PANCD
	N.º de incêndios na área sujeita à acção minimização de riscos / N.º de incêndios nacional	ENDS, PANCD
Solos	Área em risco de erosão do solo (nível de risco)	SEC (2005)914
	Área perdida de solo por erosão hídrica e eólica	ENDS, ETPS, PANCD
	Área perdida de solo por erosão mecânica	ENDS, ETPS, PANCD
	Área de solos impermeabilizados	ETPS
	Área de solos sujeitos a salinização	ETPS
	Área sujeita a desertificação	ENDS
	Área com pastagens permanentes biodiversas	Proposto pela equipa
	Área com sementeira directa	Proposto pela equipa
	Superfície arborizada em áreas susceptíveis à desertificação	Proposto pela equipa
Sem tema definido	N.º de produtos florestais de qualidade (DOP, IGF, etc.) nas áreas apoiadas (por variedade de produto e em absoluto)	Proposto pela equipa

**Tabela 8- Indicadores propostos e fonte de onde foram retirados/sugeridos
(continuação)**

Anexo XVI – Comparação entre ajudas a MPB e MPRODI nos períodos de programação 2000-2006 e 2007-2013

As tabelas seguintes apresentam, para cada tipo de cultura apoiada por MPRODI e MPB, a correspondência entre ajudas obtidas no período de programação anterior, de 2000 a 2006, e as propostas no novo período de programação, de 2007 a 2013.

1. MPB

Pomóideas, Prunóideas, Citrinos, Figos, Frutos subtropicais e Pequenos frutos		Frutos frescos de regadio	
2000-2006		2007-2013	
Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)	Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)
≤ 5	750	≤ 5	900
5 a 10	545	5 a 10	720
10 a 25	409	10 a 25	450
> 25	273	> 25	180

Tabela 9 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPB, para frutos frescos de regadio

Sem correspondência		Frutos frescos de sequeiro	
2000-2006		2007-2013	
Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)	Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)
		≤ 5	720
		5 a 10	576
		10 a 25	360
		> 25	144

Tabela 10 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPB, para frutos frescos de sequeiro

Frutos secos, Medronho e Olival		Olival e frutos secos de regadio	
2000-2006		2007-2013	
Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)	Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)
≤ 5	260	≤ 10	510
5 a 10	189	10 a 20	408
10 a 25	142	20 a 50	255
> 25	95	> 50	102

Tabela 11 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPB, para olival e frutos secos de regadio

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL

Frutos secos, Medronho e Olival		Olival e frutos secos de sequeiro	
2000-2006		2007-2013	
Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)	Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)
≤ 5	260	≤ 20	236
5 a 10	189		
10 a 25	142		
> 25	95	20 a 40	188,8
		40 a 100	118
		> 100	47,2

Tabela 12 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPB, para olival e frutos secos de sequeiro

Vinha		Vinha	
2000-2006		2007-2013	
Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)	Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)
≤ 5	500	≤ 5	490
5 a 10	364	5 a 10	392
10 a 25	273	10 a 25	245
> 25	182	> 25	98

Tabela 13 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPB, para vinha

Arvenses e aromáticas de regadio		Culturas temporárias de regadio	
2000-2006		2007-2013	
Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)	Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)
≤ 5	400	≤ 20	356
5 a 10	291		
10 a 25	218		
> 25	145	20 a 40	284,8
		40 a 100	178
		> 100	71,2

Tabela 14 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPB, para culturas temporárias de regadio

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL

Arvenses e aromáticas de sequeiro		Culturas temporárias de sequeiro e culturas forrageiras	
2000-2006		2007-2013	
Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)	Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)
≤ 5	209	≤ 30	76
5 a 10	152		
10 a 25	114		
> 25	76		
		30 a 60	60,8
		60 a 150	38
		> 150	15,2

Tabela 15 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPB, para culturas temporárias de sequeiro e culturas forrageiras

Hortícolas as ar livre e em estufa		Horticultura ao ar livre	
2000-2006		2007-2013	
Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)	Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)
	600	≤ 5	600
		5 a 10	480
		10 a 25	300
		> 25	120

Tabela 16 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPB, para horticultura ao ar livre

Hortícolas ao ar livre e em estufa		Horticultura em estufa	
2000-2006		2007-2013	
Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)	Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)
	600		600

Tabela 17 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPB, para horticultura em estufa

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL

Pastagem natural e Prado permanente ou temporário e Pastagem espontânea herbácea e/ou arbustiva		Pastagem permanente	
2000-2006		2007-2013	
Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)	Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)
≤ 10	193	≤ 50	172
10 a 20	140		
20 a 50	105		
> 50	70	50 a 100	137,6
		100 a 250	86
		> 250	34,4

Tabela 18 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPB, para pastagens permanentes

Pastagem natural e Prado permanente ou temporário e Pastagem espontânea herbácea e/ou arbustiva		Pastagem permanente biodiversa	
2000-2006		2007-2013	
Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)	Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)
≤ 10	193	≤ 70	210
10 a 20	140		
20 a 50	105		
> 50	70	70 a 140	168
		140 a 350	105
		> 350	42

Tabela 19 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPB, para pastagens permanentes biodiversas

Sementeira Directa e/ou Mobilização na Zona ou na Linha		Sementeira directa/ mobilização na linha	
Arvenses de regadio em cultura principal		Culturas temporárias de regadio	
2000-2006		2007-2013	
Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)	Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)
≤ 50	118	≤ 20	115
		20 a 40	92
50 a 100	94	40 a 100	57,5
100 a 200	59	> 100	23

Tabela 20 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPB, para sementeira directa / mobilização na linha de culturas temporárias de regadio

Sementeira Directa e/ou Mobilização na Zona ou na Linha		Sementeira directa/ mobilização na linha	
Arvenses de sequeiro em cultura principal		Culturas temporárias de sequeiro e culturas forrageiras	
2000-2006		2007-2013	
Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)	Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)
≤ 50	87	≤ 30	75
		30 a 60	60
50 a 100	70	60 a 150	37,5
100 a 200	44	> 150	15

Tabela 21 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPB, para sementeira directa / mobilização na linha de culturas temporárias de regadio

2. MPRODI

Pomóideas, Prunóideas e Citrinos		Frutos frescos de regadio	
2000-2006		2007-2013	
Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)	Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)
≤ 5	549	≤ 5	584
5 a 10	399	5 a 10	467,2
10 a 25	299	10 a 25	292
> 25	200	> 25	116,8

Tabela 22 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPRODI, para frutos frescos de regadio

Sem correspondência		Frutos frescos de sequeiro	
2000-2006		2007-2013	
Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)	Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)
		≤ 5	419
		5 a 10	335,2
		10 a 25	209,5
		> 25	83,8

Tabela 23 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPRODI, para frutos frescos de sequeiro

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL

Olival		Olival e frutos secos de regadio	
2000-2006		2007-2013	
Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)	Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)
≤ 5	195	≤ 10	260
5 a 10	142		
10 a 25	106		
> 25	71	10 a 20	208
		20 a 50	130
		> 50	52

Tabela 24 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPRODI, para olival e frutos secos de regadio

Olival		Olival e frutos secos de sequeiro	
2000-2006		2007-2013	
Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)	Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)
≤ 5	195	≤ 20	164
5 a 10	142		
10 a 25	106		
> 25	71	20 a 40	131,2
		40 a 100	82
		> 100	32,8

Tabela 25 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPRODI, para olival e frutos secos de sequeiro

Vinha e Kiwi		Vinha	
2000-2006		2007-2013	
Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)	Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)
≤ 5	380	≤ 5	250
5 a 10	276	5 a 10	200
10 a 25	207	10 a 25	125
> 25	138	> 25	50

Tabela 26 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPRODI, para vinha

Arvenses de regadio Primavera/Verão		Culturas temporárias de regadio	
2000-2006		2007-2013	
Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)	Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)
≤ 5	380	≤ 5	250
5 a 10	276	5 a 10	200

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL

10 a 25	207	10 a 25	125
> 25	138	> 25	50

Tabela 27 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPRODI, para culturas temporárias de regadio

Sistemas arvenses de sequeiro		Culturas temporárias de sequeiro e culturas forrageiras	
2000-2006		2007-2013	
Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)	Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)
≤ 50	100	≤ 30	40
		30 a 60	32
50 a 100	75	60 a 150	20
100 a 200	50	> 150	8

Tabela 28 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, para culturas temporárias de sequeiro e culturas forrageiras (note-se que no período anterior de programação, “sistemas arvenses de sequeiro” é um sistema menos exigente que MPRODI para o período actual de programação)

Hortícolas as ar livre		Horticultura ao ar livre	
2000-2006		2007-2013	
Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)	Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)
≤ 5	539	≤ 5	567
5 a 10	392	5 a 10	453,6
> 10	196	10 a 25	283,5
		> 25	113,4

Tabela 29 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPRODI, para horticultura ao ar livre

Hortícolas em estufa		Horticultura em estufa	
2000-2006		2007-2013	
Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)	Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)
≤ 5	550		600
5 a 10	400		
> 10	200		

Tabela 30 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPRODI, para horticultura em estufa

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL

Sistemas Forrageiros Extensivos		Pastagem permanente	
2000-2006		2007-2013	
Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)	Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)
≤ 10	109	≤ 50	106
10 a 20	87		
20 a 50	71		
50 a 100	54	50 a 100	84,8
100 a 500	44	100 a 250	53
		> 250	21,2

Tabela 31 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPRODI, para pastagens permanentes

Sistemas Forrageiros Extensivos		Pastagem permanente biodiversa	
2000-2006		2007-2013	
Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)	Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)
≤ 10	109	≤ 70	130
10 a 20	87		
20 a 50	71		
50 a 100	54	70 a 140	104
100 a 500	44	140 a 350	65
		> 350	26

Tabela 32 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPRODI, para pastagens permanentes biodiversas

Sementeira Directa e/ou Mobilização na Zona ou na Linha		Sementeira directa/ mobilização na linha	
Arvenses de regadio em cultura principal		Culturas temporárias de regadio	
2000-2006		2007-2013	
Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)	Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)
≤ 50	118	≤ 20	115
		20 a 40	92
50 a 100	94	40 a 100	57,5
100 a 200	59	> 100	23

Tabela 33 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPRODI, para sementeira directa / mobilização na linha de culturas temporárias de regadio

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL

Sementeira Directa e/ou Mobilização na Zona ou na Linha		Sementeira directa/ mobilização na linha	
Arvenses de sequeiro em cultura principal		Culturas temporárias de sequeiro e culturas forrageiras	
2000-2006		2007-2013	
Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)	Escalão de área (ha)	Pag. Unitário (€/ha)
≤ 50	87	≤ 30	75
		30 a 60	60
50 a 100	70	60 a 150	37,5
100 a 200	44	> 150	15

Tabela 34 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, em MPRODI, para sementeira directa / mobilização na linha de culturas temporárias de regadio

Anexo XVII - Comparação entre ajudas e taxas de adesão a PZ e ITI nos períodos de programação 2005-2006 e 2007-2013

As tabelas seguintes apresentam, para cada tipo de ajuda apoiada pelas ITI, a correspondência entre ajudas obtidas no período de programação anterior, de 2000 a 2006, e as propostas no novo período de programação, de 2007 a 2013.

Escalaões de área (ha)	Vinha em Socalcos do Douro	Plano Zonal do Douro Vinhateiro ⁴	ITI Douro Vinhateiro ⁵	
	2005-2006	2005-2006	2007-2013	
	Pagamento Unitário (€/ha)			
	Base			INP ⁶
≤ 5	374	900	Comprimento muro [m] x 1,25 € ⁷	
5 a 10	299	760		
10 a 25	224	615		
> 25	75	475		
Vinha em sistema pré-floxérico	0	900	0	
Vinha não implantada em socalcos		152		
			Recup. muros de suporte em pedra posta nos socalcos Requalifi. casebres ou cardanhos Pombais	100% da despesa elegível

Tabela 35 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, na ITI do Douro Vinhateiro

Vinhas socalcos Douro		PZ Douro Vinhateiro		ITI Douro Vinhateiro	
2001-2004		2005-2006		2007-2013	
N.º de candidaturas	Área candidata (ha)	N.º de candidaturas	Área candidata (ha)	N.º de candidaturas	Área candidata (ha)
605	772	3052	7111	1600 a 1800	3000 a 3500

Tabela 36 – Comparação entre níveis de adesão (n.º de candidaturas e área candidata) dos três períodos de programação, na ITI do Douro Vinhateiro

⁴ Inclui vinha tradicional, olival em socalcos, amendoal em socalcos e citrinos.

⁵ Unidade de produção com parcelas armadas em socalcos.

⁶ A definir custos máximos unitários por tipo de investimento e limites máximos por tipo de beneficiário.

⁷ Metros de metro linear; ajuda máxima: 900 €/ha.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL

Plano Zonal Peneda-Gerês (2005-2006)							ITI Peneda-Gerês 2007-2013														
Escalões de área (ha) / INP	Explorações					Baldios		Escalões de área (ha)	Pagamento Unitário (€/ha)					INP							
	Pagamento Unitário					Pagamento Unitário (€/ha)			AA				S A								
	(€/ha) ⁸			(€/CN)		Base ¹²	INP ¹³		Base ¹⁴	Baldios ¹⁵	Socalcos	Prados Perman. Alto Valor Natural			3) 4) 5) 6) 7)						
	Base ⁹	Sementeira culturas locais	Socalcos ¹⁰	Mobiliz. vertical	Raças Autóctones ¹¹							Reg.	Seq.								
≤ 100	400	200	100	15	50	100	-	≤ 2	80	200	200	100	20	0							
100 a 200								2 a 2,5							0	50	50	0	0		
200 a 500								2,5 a 5												50	
> 500								5 a 10													25
								10 a 25													
								25 a 50													
								50 a 100													

⁸ Montante total não pode exceder o limite de 600 €/ha/ano para culturas anuais e 900 €/ha/ano, no caso de culturas permanentes.

⁹ Ajuda concedida por superfície agrícola utilizável.

¹⁰ Área armada em socalcos integrada num perímetro de lugar; esta ajuda fica condicionada à verificação de uma área candidata em cada perímetro de lugar de, pelo menos, 30%.

¹¹ Raças: Barrosã, Cachena, Bravia e Garrano.

¹² Valores majorados em 20% desde que os rebanhos sejam acompanhados por pastor com um máximo de 100 CN de bovinos ou 75 CN de pequenos ruminantes, sendo a majoração atribuída por rebanho a uma área calculada em função de 0,3 CN – 1 ha.

Montante máximo nos baldios MA = [ZPT + ZPC + ZPP + Fcons – Fprod + APN x 2 + APM x 1 + APV x 0,5 + (Prum – Equ) x PB] x 27€

¹³ Ajudas atribuídas de acordo com montante a aprovar pela ELA.

¹⁴ Área agrícola e florestal: Exclui-se o espaço florestal não arborizado com aproveitamento forrageiro. Engloba as culturas temporárias, permanentes, plurianuais, pastagem permanente, outras superfícies agrícolas e culturas sob coberto de espaço florestal arborizado.

¹⁵ Valores majorados em 20% no caso de áreas pastoreadas por rebanhos acompanhados de pastor; ajuda máxima de acordo com o que for estabelecido pela ELA. MA = [ZPT + ZPC + ZPP + Fcons – Fprod + APN x 2 + APM x 1 + APV x 0,5 + (Prum – Equ)] x 27€

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL**

Construção vedação habitats prioritários	Até 10% valor da ajuda (máx: 100 €/ha vedado)	Instalação e/ou recuperação cercas e/ou de protectores individuais	100% da despesa elegível
Recup. poios, parques ou troncos de maneio	Até 10% valor da ajuda (máx: 1000 €/unidade)	Recup. poios, currais, mangas, parques e troncos de maneio	
Recup. casa abrigo de pastor	Até 10% valor da ajuda (máx: 3000 €/unidade)	Recup. casa abrigo de pastor	
		Recup.: mariolas, pontos de abeberamento para a fauna selvagem, percurso do pastoreio, fojo do lobo, cilha do urso, carreiros de pé posto	
		Reconstrução de muros de suporte de socacos	
		Investimento em equipamentos de preservação e/ou protecção de maciços, bosquetes ou núcleos de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones, galeria ripícola e corredores ecológicos de conexão	

Tabela 37 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, na ITI de Peneda-Gerês

PZ Peneda-Gerês		ITI Peneda-Gerês	
2005-2006		2007-2013	
N.º de candidaturas	Área candidata (ha)	N.º de candidaturas	Área candidata (ha)
(186+19) 205	(247+30591) 30838	(1002+41) 1043	(3383+21523) 24906

Tabela 38 – Comparação entre níveis de adesão (n.º de candidaturas e área candidata) dos dois períodos de programação, na ITI de Peneda-Gerês

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL

Plano Zonal Montesinho (2005-2006)				ITI Montesinho-Nogueira (2007-2013)											
Escalaões de área (ha) / INP	Pagamento Unitário ¹⁶ (€/ha)			Escalaões de área (ha)	Pagamento Unitário (€/ha)							SA 1) ¹⁹ 3) 4) 5) 6) 7)	INP		
	Base ¹⁷	Soutos ¹⁸	Mobil. vertical		AA										
					Base	Soutos	Rotação C-P	Sement. directa	Prados Perman. Alto Valor Natural						
									Reg.	Seq.					
≤ 2	300	500	15	≤ 2	120	500	100	75	200	100	200				
2 a 2,5	265	400		2 a 2,5	50	250			70				50	70	100
2,5 a 5				2,5 a 5											
5 a 10	235	0		5 a 10	0	250	15	37,5	15	0					
10 a 20				10 a 20							0		0	0	0
20 a 25				20 a 25											
20 a 50	175	0		25 a 50	0	250	0	0	0	0					
50 a 100				50 a 100											
100 a 200	175	0		7	100 a 200	0	250	0	0	15	0				
200 a 250				0	200 a 250										
> 250			0	> 250			0	0	0						
				Pombais Instalação de sebes naturais de espécies autóctones Plantação de espécies autóctones na bordadura dos lameiros Acções de erradicação de plantas invasoras lenhosas Instalação de vedações							100% da despesa elegível				

Tabela 39 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, na ITI de Montesinho-Nogueira

¹⁶ Montante total não pode exceder 600 €/ha/ano para culturas anuais e 900 €/ha/ano para culturas permanentes.

¹⁷ Ajuda concedida por superfície agrícola utilizável.

¹⁸ Para o caso de árvores isoladas, considera-se que cada uma ocupa uma área de 400 m².

¹⁹ Os montantes para esta SA são diferentes dos indicados na tabela, correspondendo para os mesmos escalaões de área a 200, 150, 100 e 0 €.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL

PZ Montesinho-Nogueira		ITI Montesinho-Nogueira	
2005-2006		2007-2013	
N.º de candidaturas	Área candidata (ha)	N.º de candidaturas	Área candidata (ha)
547	5844	1629	10048

Tabela 40 – Comparação entre níveis de adesão (n.º de candidaturas e área candidata) dos dois períodos de programação, na ITI Montesinho-Nogueira

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL

Plano Zonal do Parque Natural do Douro Internacional (2005-2006)							ITI Douro Internacional 2007-2013							
Escalões de área (ha) / INP	Pagamento Unitário ²⁰ (€/ha)						Escalões de área (ha)	Pagamento Unitário (€/ha)						
	Base ²²	Lameiros Regad	Vinha em "taça"	Citrinos	Mobiliz Vertical I	INP ²³		AA				SA 5) 6) 7)	INP ²¹	
								Base ²⁴	Rotação C-P	Sement. directa	Prados Perman. Alto Valor Natural			
											Reg			Seq
≤ 2							≤ 2							
2 a 2,5	190	100	200	300	15		2 a 2,5	120	100	75	200		100	200
2,5 a 5							100							
5 a 10							50							
10 a 20	170	60	180	250			10 a 20	0			70	50	70	
20 a 25					70									
20 a 50					140	40	150		25 a 50	40			60	40
50 a 100	40		0											
100 a 200	7		100 a 200	15				37,5	15		15			
200 a 250	0		200 a 250											

²⁰ Montante total não pode exceder 600 €/ha/ano para culturas anuais e 900 €/ha/ano para culturas permanentes.

²¹ A definir custos máximos unitários para este tipo de investimentos e limites máximos por tipo de beneficiário.

²² Ajuda concedida por superfície agrícola utilizável.

²³ De acordo com o montante a aprovar pela ELA.

²⁴ Área agrícola e florestal: Exclui-se o espaço florestal não arborizado com aproveitamento forrageiro. Engloba as culturas temporárias, permanentes, plurianuais, pastagem permanente, outras superfícies agrícolas e culturas sob coberto de espaço florestal arborizado.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL

> 250							> 250		0	0		0		
Recup. Pombal tradicional						Até 15% valor Ab (max: 1500 € / benefic.)	Instalação de sebes naturais de espécies autóctones, limpezas de matos, podas de condução, remoção de espécies alóctones, adensamentos, instalação de vedações					100% da despesa elegível		
Recup. moinho e represas moinhos Recup. Curriça e palheiro tradicional						Até 10% valor Ab (max: 1500 € / benefic.)	Plantação de espécies autóctones na bordadura dos lameiros Curriças							
Recup. Fojo/refúgio lobo						Até 5% valor Ab (max: 500 € / benefic.)	Acções de erradicação de plantas invasoras							

Tabela 41 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, na ITI do Douro Internacional

PZ Douro Internacional		ITI Douro Internacional	
2005-2006		2007-2013	
N.º de candidaturas	Área candidata (ha)	N.º de candidaturas	Área candidata (ha)
1488	12163	1737	9697

Tabela 42 – Comparação entre níveis de adesão (n.º de candidaturas e área candidata) dos dois períodos de programação, na ITI Douro Internacional

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL

Plano Zonal da Serra da Estrela (2005-2006)			ITI Serra da Estrela 2007-2013											
Escalões de área (ha)	Pagamento Unitário ²⁵ (€/ha)		Escalões de área (ha)	Pagamento Unitário (€/ha)							INP ²⁶			
	Base ²⁷	Mobiliz Vertical		AA					SA					
				Baldios ²⁸	Base ²⁹	Rotação C-P	Sement. directa	Prados Perman. Alto Valor Natural	3) 4) 5) 6) 7)					
										Reg		Seq		
≤ 2	300	15	≤ 2,5	80	280	100	75	200	100	200				
2 a 5	270		2,5 a 4								100	75	200	100
			4 a 5											
5 a 50			5 a 10	80	100	75	75	70	70	100				
			10 a 25											
			25 a 50											
50 a 100			11	50 a 100		40	60	40						
100 a 200	216		7	100 a 200	50	0	15	37,5	50	15	0			
> 200				0								200 a 250		
												250 a 500		
				> 500	25									

²⁵ Montante total não pode exceder 600 €/ha/ano para culturas anuais e 900 €/ha/ano para culturas permanentes.

²⁶ A definir custos máximos unitários para este tipo de investimentos e limites máximos por tipo de beneficiário.

²⁷ Ajuda majorada em 20% caso os agricultores possuam pelo menos uma fêmea adulta das raças autóctones: Bordaleira da Serra da Estrela e Mondegueira (ovinos) e Cabra Serrana (caprinos) explorada em linha pura e inscrita no livro genealógico ou no registo zootécnico, relativamente a uma área calculada em função de 1 ha – 1 CN (fêmeas inscritas no livro de adultos).

²⁸ Ajudas majoradas em 20% para áreas pastoreadas por rebanhos acompanhados de pastor; ajuda máxima definida pela ELA

²⁹ Área agrícola e florestal: Exclui-se o espaço florestal não arborizado com aproveitamento forrageiro. Engloba as culturas temporárias, permanentes, plurianuais, pastagem permanente, outras superfícies agrícolas e culturas sob coberto de espaço florestal arborizado.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL

INVESTIMENTO NÃO PRODUTIVOS		
	Manutenção: abrigos, rodeios e cortes; infra-estruturas de dispersão e retenção da água; canadas Instalação cercas, a definir por perímetro a vedar Reconstrução muretes de suporte Recup. cervunais/turfeiras, construções tradicionais (cortes, rodeios e aperiscos) desactivadas Protecções individuais, Paliçadas e Adensamentos	100% da despesa elegível

Tabela 43 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, na ITI da Serra da Estrela

PZ Serra da Estrela		ITI Serra da Estrela	
2005-2006		2007-2013	
N.º de candidaturas	Área candidata (ha)	N.º de candidaturas	Área candidata (ha)
129	2902	1892 + 12	5564 + 5000

Tabela 44 – Comparação entre níveis de adesão (n.º de candidaturas e área candidata) dos dois períodos de programação, na ITI da Serra da Estrela

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL

Plano Zonal do Parque Natural do Tejo Internacional (2005-2006)				ITI TejoInternacional 2007-2013					
Escalões de área (ha) / INP	Pagamento Unitário ³⁰ (€/ha)			Escalões de área (ha)	Pagamento Unitário (€/ha)				
	Base ³²	Mobiliz Vertical	INP ³³		AA			SA	INP ³¹
					Base ³⁴	Rotação C-P	Sement. directa	4) 5) 6) 7)	
≤ 5	414	15		≤ 5	250	80	75	200	
5 a 10	331,2			5 a 10				100	
10 a 20	248,4			10 a 20				50	
20 a 50	100			20 a 25					
50 a 100		11	25 a 50	60					
100 a 200	75	7	-	100 a 200	0	45	37,5	0	
200 a 250	32	0	200 a 250		20	15			
250 a 1000			250 a 500	10					
			500 a 750	0					
> 1000			0	750 a 1000					
				> 1000					
INVESTIMENTOS NÃO PRODUTIVOS									
Recup. Muros e muretes, poços, pias, bebedouros, azenhas, furdões e apiários e manutenção de património cultural edificado			Até 10% valor Ab	Recup. Estruturas tradicionais desactivadas: poços, pias e bebedouros; furdões Reconstrução de muretes e muros de suporte				100% da despesa elegível	
Instalação vedações			Até 100 €/ha vedado	Vedações para circunscrever o acesso do gado					

Tabela 45 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, na ITI do Tejo Internacional

³⁰ Montante total não pode exceder 600 €/ha/ano para culturas anuais e 900 €/ha/ano para culturas permanentes.

³¹ A definir custos máximos unitários para este tipo de investimentos e limites máximos por tipo de beneficiário.

³² Ajuda concedida por superfície agrícola utilizável; ajuda majorada em 10% nas áreas objecto do Programa da Melhoria da Qualidade da Produção Oleícola.

³³ De acordo com montante a aprovar pela ELA.

³⁴ Área agrícola e florestal: Exclui-se o espaço florestal não arborizado com aproveitamento forrageiro. Engloba as culturas temporárias, permanentes, plurianuais, pastagem permanente, outras superfícies agrícolas e culturas sob coberto de espaço florestal arborizado.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL

Plano Zonal do Parque Natural de Serra de Aire e Candeeiros (2005-2006)							ITI Serra de Aire e Candeeiros 2007-2013				
Escalaões de área (ha) / INP	Pagamento Unitário ³⁵ (€/ha)						Escalaões de área (ha) / INP	Pagamento Unitário (€/ha)			INP ³⁶
	Base ³⁷	Olival tradicional	Olival c/ sobcoberto cultivos agrícolas/pastagens	Aromát, condiment, medicinais ou ornament	Mobiliz Vertical	Composto ³⁸		AA		SA	
								Base ³⁹	Gestão pastoreio	1) ⁴⁰ 3) 5) 6) 7)	
≤ 2	280	49	24	200	15	60	≤ 2	280	100	200	
2 a 5	200	39	19	160			2 a 5	80			
5 a 50	145	24	14	120	11	36	5 a 10	0	50	100	
							10 a 25			50	
50 a 100							25 a 50			50	
100 a 200					7		50 a 100				
> 200					0		100 a 200		25	0	
							Reconstrução de muros de pedra posta na delimitação das parcelas			100% da despesa elegível	
							Reconstrução de muretes de suporte no caso do olival				
							Instalação de vedação/cerca eléctrica para circunscrever o acesso do gado				
							Construção e recuperação de pontos de água para abeberamento				

Tabela 46 – Comparação entre ajudas dos dois períodos de programação, na ITI de Serra de Aire e Candeeiros

³⁵ Montante total não pode exceder 600 €/ha/ano para culturas anuais e 900 €/ha/ano para culturas permanentes.

³⁶ A definir custos máximos unitários para este tipo de investimentos e limites máximos por tipo de beneficiário.

³⁷ Ajuda concedida por superfície agrícola utilizável; Ajuda majorada em 40% relativamente às parcelas de terras agrícolas inseridas no interior de uma mancha florestal, confinando com a mesma em mais de 50% do perímetro da parcela; Ajuda majorada em 20% relativamente às parcelas com muros de pedra solta e ou muretes em mais de 50% do seu perímetro.

³⁸ Ajuda para uma área calculada em função de 1 CN – 0,5 ha.

³⁹ Área agrícola e florestal: Exclui-se o espaço florestal não arborizado com aproveitamento forrageiro.

Engloba as culturas temporárias, permanentes, plurianuais, pastagem permanente, outras superfícies agrícolas e culturas sob coberto de espaço florestal arborizado.

⁴⁰ Os montantes para esta SA são diferentes dos indicados na tabela, correspondendo para os mesmos escalaões de área a 200, 150, 100 e 0 €.

PZ Serra de Aire e Candeeiros		ITI Serra de Aire e Candeeiros	
2005-2006		2007-2013	
N.º de candidaturas	Área candidata (ha)	N.º de candidaturas	Área candidata (ha)
99	1060	985	3233

Tabela 47 – Comparação entre níveis de adesão (n.º de candidaturas e área candidata) dos dois períodos de programação, na ITI da Serra de Aire e Candeeiros

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL

Plano Zonal de Castro Verde				ITI Castro Verde 2007-2013					
Escalões de área (ha)	1996-2000	2001-2004 / 2005-2006		Escalões de área (ha) / INP	Pagam. Unitário (€/ha)			INP ⁴¹	
	Pagamento Unitário (€/ha)				AA	SA	2) 5) 6) 7)		
	Base	Base ⁴²	Sementeira Directa		Rotação Cereal - Pousio	Sementeira Directa			
≤ 10	102,42	108 / 108		≤ 5	80	75	200		
10 a 50	85,27	64 / 86		87 / 87			5 a 10		100
				10 a 25			50		
				25 a 50					
50 a 100	85,27	64 / 86		70 / 70	50 a 100	80	60		0
100 a 200	73,66	43 / 73		44 / 44	100 a 200	45	37,5		
200 a 250	37,34	22 / 38		- / -	200 a 250	45	37,5		
250 a 750	37,34	22 / 38		- / -	250 a 500	20	15		
					500 a 750	10	15		
750 a 1000	37,34	22 / 38		- / -	750 a 1000	0	15		
> 1000	0	0		0	> 1000	0	15		
				Substituição e correcção de cercas; Instalação vedações, cercas e protectores individuais Limpeza e construção pontos água; Manutenção infra-ests dispersão e retenção água Recup. e/ou instalação novas estruturas para a nidificação Peneireiro-das-torres e do Rolieiro Instalação bosquetes Adensamento ou substituição espécies específicas Redistribuição da sua composição específica ao longo da galeria				100% da despesa elegível	

Tabela 48 – Comparação entre ajudas dos quatro períodos de programação, na ITI de Castro Verde

PZ Castro Verde 2001-2006		ITI Castro Verde 2007-2013	
N.º de candidaturas	Área candidata (ha)	N.º de candidaturas	Área candidata (ha)
112	21865	140	23631

Tabela 49 – Comparação entre níveis de adesão (n.º de candidaturas e área candidata) dos dois períodos de programação, na ITI de Castro Verde

⁴¹ A definir custos máximos unitários para este tipo de investimentos e limites máximos por tipo de beneficiário.

⁴² Ajuda majorada em 20% para agricultores inseridos nos planos de ordenamento e beneficiação (POB).

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL

Plano Zonal do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (2005-2006)								ITI Costa Sudoeste 2007-2013						
Escalaões de área (ha)	Pagamento Unitário ⁴³ (€/ha)							Escalaões de área (ha)	Pagamento Unitário (€/ha)				INP ⁴⁴	
	Cereais e leguminosas	Forragens e pastagens	Batata-doce, amendoim, horteijos, aromát, medicinais, condimentares	Pomares tradicionais	Matos arbóreos e arbustivos	Mobilização vertical	Lagoas temporárias ⁴⁵		AA			SA		
							Reg. ⁴⁶		Seq.	Rotação C-P	Sement. directa			Pastagens Perman. Seq Nat ou Melhorada
≤ 1			480											
1 a 2			381	150					≤ 5			100	200	
2 a 5	180	120			120					100	75			
5 a 10				120		15			5 a 10				100	
10 a 25					90		450	300	10 a 25			70		50
25 a 30	144	90	240		60				25 a 50					
30 a 50									50 a 100	75	60	40		
50 a 100	108	60		0		11			100 a 250	50	37,5	15	0	
100 a 200					0	7			> 250	0	0	0		
200 a 250	0	0				0								
> 250														

⁴³ Montante total não pode exceder 600 €/ha/ano para culturas anuais e 900 €/ha/ano para culturas permanentes.

⁴⁴ A definir custos máximos unitários para este tipo de investimentos e limites máximos por tipo de beneficiário.

⁴⁵ Ajuda atribuída à área ocupada por lagoas temporárias e faixa envolvente retirada da produção.

⁴⁶ Áreas de regadio definidas nos termos do Despacho Normativo n.º 37/2001.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
ANEXOS
VERSÃO FINAL

INVESTIMENTOS NÃO PRODUTIVOS		
	Erradicação das espécies invasoras lenhosas Instalação ou recuperação de vedação/cercas para circunscrever acesso do gado	100% da despesa elegível

Tabela 50 – Comparação entre ajudas dos quatro períodos de programação, na ITI Costa Sudoeste

PZ Sudoeste Alentejano		ITI Costa Sudoeste	
2005-2006		2007-2013	
N.º de candidaturas	Área candidata (ha)	N.º de candidaturas	Área candidata (ha)
26	476	579	10550

Tabela 51 – Comparação entre níveis de adesão (n.º de candidaturas e área candidata) dos dois períodos de programação, na ITI Costa Sudoeste

Nomenclatura

AA – Agro-Ambientais

INP – Investimentos não produtivos

SA – Silvo-Ambientais

Componentes das Silvo-Ambientais:

- 1) Renaturalização de manchas florestais
- 2) Renaturalização de montados de azinho
- 3) Conservação e recuperação da diversidade inter-específica nos povoamentos florestais
- 4) Requalificação de matagais estremes de baixo valor de conservação
- 5) Manutenção de maciços, bosquetes ou núcleos de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones e de exemplares e formações reliquiais notáveis
- 6) Manutenção de galerias ripícolas
- 7) Conservação da rede de corredores ecológicos